

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 151 SEXTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 167ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015 006
1.1 – ABERTURA 006
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO
Destinada a comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e a entregar a Comenda Dorina Gouvêa Nowill, em sua primeira edição, às agraciadas nos termos da Resolução nº 34/2013 006
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros) 006
1.2.3 – Entrega das Comendas às Srªs Maria Luiza Costa Câmara, Aracy Maria de Silva Lêdo, Loni Elisete Manica, Solange Calmon, Rosinha da Adefal e ao Sr. Cristiano Humberto Nowill 008
1.2.4 – Oradores
Senadora Lídice da Mata 009
Senador José Serra 011
Senador Elmano Férrer 013
Senador Lasier Martins 014
Deputado Alfredo Kaefer 015
Senadora Fátima Bezerra 016
Senador Wellington Fagundes 018
Srª Maria Luiza Costa Câmara, ex-membro do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência 020
Deputada Rosinha da Adefal, Secretária da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas e ex-presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal) 022
Srª Loni Elisete Manica, assessora parlamentar especialista em educação de pessoas com deficiência 024
Srª Aracy Maria de Silva Lêdo, Presidente da Federação Nacional das Apaes 025
Srª Solange Calmon, criadora e apresentadora do programa Inclusão, da TV Senado. 025
Sr. Cristiano Humberto Nowill, filho da Srª Dorina Gouvêa Nowill 026
Senador Paulo Paim 027
1.2.5 – Execução da ópera Turandot de Giacomo Puccini, pelo Sr. Saulo Laucas Pereira
1.3 – ENCERRAMENTO 032
2 – ATA DA 168ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015 033
2.1 – ABERTURA 033
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 033
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação 034
2.2.1.1 – Projetos de Lei do Senado
Nº 644/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que *dispõe sobre o exercício da profissão da dança* 035
Nº 645/2015, de autoria do Senador José Medeiros, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, substitui o termo "indiciado" por "investigado" e revoga o §6º do artigo 2º da Lei 12.830, de 20 de junho de 2013* 039
2.2.1.2 – Comunicação
Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 **(Ofício nº 121/2015).** *Designação do Senador Lasier Martins, como suplente, para compor a referida comissão* 044
2.2.1.3 – Recurso
Nº 6/2015, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 554/2011 045
2.2.1.4 – Abertura de prazo
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 554/2011 049

2.2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Emendas da Câmara nº 6/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238/2008 (nº 3.554/2012, naquela Casa), do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala* 049

Emendas da Câmara nº 7/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 274/2015-Complementar (nº 124/2015-Complementar, naquela Casa), do Senador José Serra, que *dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal* 051

2.2.1.6 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 509/2015, para oitiva da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa 052

2.2.1.7 – Requerimentos

Nº 1.097/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, de realização de auditoria do Tribunal de Contas da União para inspeção sobre o exato cumprimento da Emenda Constitucional nº 79/2014 053

Nº 1.098/2015, de autoria do Senador Renan Calheiros, de homenagens de pesar pelo falecimento dos militares Major Milton Carnaúba, Capitão Mário Henrique de Oliveira Assunção, Soldado Marcos de Moura Pereira e Soldado Diogo de Melo Gonzaga 064

2.2.2 – Oradores

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro de audiência pública realizada na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e outro assunto. 065

SENADORA *FÁTIMA BEZERRA* – Anúncio da realização de audiência pública na próxima semana na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para discussão de projeto de integração das bacias do rio São Francisco. 068

2.2.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 143/2015 (nº 2.826/2015, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, acerca do regime de permissão de serviços públicos (regime dos permissionários lotéricos)* 071

Projeto de Lei da Câmara nº 144/2015 (nº 5.568/2013, na Casa de origem), que *altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos de automotores.* 072

2.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR *LASIER MARTINS* – Preocupação com o desmembramento das investigações e processos relativos à Operação Lava Jato; e outro assunto. 074

SENADOR *REGUFFE* – Indignação com a prevalência de escolhas políticas sobre escolhas técnicas para o cargo de Ministros de Estado. 076

2.2.4.1 – Adoção de medida provisória

Adoção da Medida Provisória nº 692/2015, que *altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria **(Memorando nº 73/2015-Bloco Socialismo e Democracia/SF; Ofícios nºs 1.325/2015-Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN-CD; 410/2015- PR/CD)** 078

2.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Preocupação com matérias que tramitam na Câmara dos Deputados por, supostamente, precarizarem direitos trabalhistas; e outros assuntos 083

SENADOR *RAIMUNDO LIRA* – Homenagem ao Município de São José de Piranhas-PB pelos seus 130 anos de fundação; e outro assunto 085

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 627/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382/2011. **Aprovado** 088

2.3.2 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 761/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75/2014. **Aprovado** 088

2.3.3 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 762/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75/2014. **Aprovado** 088

2.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 870/2015, de autoria do Senador Telmário Mota, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 1/2008. **Aprovado** 088

2.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Requerimento nº 923/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 292/2014. **Aprovado** 089
2.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Requerimento nº 1.073/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 155/2013. **Aprovado** 089
2.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Requerimento nº 1.091/2015, de autoria do Senador Hélio José, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387/2014. **Aprovado** 089
2.3.8 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Requerimento nº 842/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17/2012 e 17/2015. **Aprovado** 089
2.3.9 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Requerimento nº 1.096/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, de remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015 à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. **Aprovado** 090
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
2.4.1 – Orador
SENADOR *JORGE VIANA* – Críticas à precária qualidade dos serviços de energia elétrica e aos elevados preços do transporte aéreo no Estado do Acre 090
2.4.2 – Discurso encaminhado à publicação
SENADORA *ÂNGELA PORTELA* – Satisfação pela aprovação, pela CCT, de projeto de decreto legislativo que outorga à Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Sodlis), o direito de radiodifusão na cidade de Normandia-RR 098
2.5 – ENCERRAMENTO 098
3 – PARECER
Nº 57, DE 2015-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 686/2015. 099

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 106
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 109
6 – LIDERANÇAS 110
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 112
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 130
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 140
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 188

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS 211
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 221

Ata da 167ª Sessão, Especial, em 24 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 3 minutos encerra-se às 14 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e a entregar a Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, em sua primeira edição.

A Comenda Dorina Nowill, instituída pela Resolução nº 34, de 2013, é destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Convido, para compor a Mesa, a Senadora Lídice da Mata, Presidente do Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill. (*Palmas.*)

Convido, para compor a Mesa, o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. (*Palmas.*)

Convido, para compor a Mesa, o Senador Paulo Paim, primeiro signatário da presente sessão. (*Palmas.*)

Convido, para compor a Mesa, o Deputado Alfredo Kaefer, representando a Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Nesta solenidade, serão agraciadas, com a Comenda Dorina Nowill, as Srªs Aracy Lêdo, Mara Gabrilli, Luiza Câmera, Rosinha da Adefal e duas servidoras do Senado, Loni Manica e Solange Calmon. (*Palmas.*)

Informo a todos que o Conselho decidiu, por unanimidade, prestar homenagem em memória à própria Dorina de Gouvêa Nowill, que dá nome à premiação.

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional, que será cantado pelo Sr. Saulo Laucas, tenor e deficiente visual.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Esta premiação recebe o nome de Dorina de Gouvêa Nowill, uma grande mulher brasileira que, durante sua trajetória, mostrou muita perseverança, caridade, resignação e paciência. Essas foram as lições deixadas por essa paulista que enxergava o mundo com os olhos da alma.

Instituiu a Fundação Dorina Nowill, uma entidade voltada para o auxílio dos deficientes visuais e reconhecida pela qualidade de seus livros acessíveis e serviços de reabilitação.

Aos 17 anos de idade, em uma época em que livros em braile eram raros, ela continuou os estudos e formou-se como professora primária.

Em 1948, trouxe para o País um maquinário completo para impressão em braile. Durante sua carreira acadêmica, especializou-se em educação de cegos na Escola de Pedagogia, em Nova York.

Foi presidente do então Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, hoje União Mundial dos Cegos.

Dorina faleceu em 2010, aos 91 anos idade.

Exmª Srª Senadora Lídice da Mata, Presidente do Conselho da Comenda Dorina Nowill;

Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg;

Exmº Senador Paulo Paim;

Exmº Deputado Alfredo Kaefer;

Familiares das agraciadas, Aracy Lêdo, Loni Manica, Luiza Câmera, Rosinha da Adefal, Solange Calmon;

Sr. Cristiano Humberto Nowill, filho da Srª Dorina Nowill; Maria Lutero Duprá, nora da Srª Dorina Nowill;

Senhores familiares da homenageada Aracy Lêdo, Pedro Roberto Nogueira Lêdo (esposo) e Pedro Lêdo Gualdi (neto);

Senhoras e senhores familiares da homenageada Loni Manica, Othon Monteiro (esposo) e Lori Margarete Manica Ribeiro (irmã);

Srª Eleusa Cavalcante de Freitas, mãe da homenageada Rosinha da Adefal;

Presidente da Federação das APAEs do Estado da Bahia, Sr. Derval Freire Evangelista;

Presidente das APAEs do Rio Grande do Norte, Sr. William Ferreira;

Presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil, Sr. Fernando Cotta;

Sr. Hendrik Roggen, Conselheiro para Assuntos Políticos, representando o Embaixador Jozef Smets, do Reino da Bélgica;

Ministra Conselheira encarregada dos assuntos consulares da Embaixada de El Salvador, Srª Iveth Zoraida; Conselheiro da Embaixada da Angola, Sr. Augusto Inácio; Superintendente da Fundação Dorina Nowill para Cegos, Sr. Adermir Ramos da Silva Filho; Autodefensor Nacional do Movimento das APAEs do Brasil, Sr. José Lucas Ferreira dos Santos; Vice-Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, Sr. Pedro Paulo Bazana; 1º Diretor Secretário da Federação Nacional das APAEs, Sr. Albanir Pereira Santana; Coordenador de Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Sr. Paulo Beck; Assessor Jurídico da Secretaria Nacional de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Antonio Jose Ferreira; Tenor Saulo Laucas Pereira; Srªs e Srs. Diretores da Federação Nacional das APAEs; senhoras e senhores membros das APAEs de Anápolis, Arapiraca, Brasília, Cristalina, Goiânia, Maceió, que nos acompanham das galerias – é uma honra muito grande tê-los aqui –; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srªs Deputadas, Srs. Deputados; esta sessão especial de entrega da Comenda Dorina Nowill se reveste de um significado especial. Além de aproveitarmos o ensejo para reverenciar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, transcorrido no início desta semana, comemoramos também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que, aprovada pelo Senado em junho passado, passará a vigorar no início do próximo ano.

Após quase duas décadas de debates, a lei que se tornou conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência muito se deve, todos sabem, ao esforço do Senador Paulo Paim, autor do projeto, e à brilhante relatoria do Senador Romário. Muito temos que agradecer aos dois. E agradecemos aos dois, mais uma vez, agradecendo a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

Aproveitamos o dia de hoje também para lançar a primeira versão da nova lei em braile.

O Senado Federal, cada vez mais, tem lançado seus olhos para segmentos da sociedade que se encontravam em desvantagem. Assim foi com os empregados domésticos, com os cidadãos afetados pelo racismo e por tantas outras formas de discriminação, e assim será também com as pessoas com deficiência.

Ainda em 2013, quando assumi a Presidência do Senado pela terceira vez, instituí a Comenda Dorina Gouvêa Nowill, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. Essa premiação é assim, Senadora Lídice da Mata, um incentivo para aqueles que lutam pela igualdade de direitos das pessoas com deficiência.

Acessibilidade é, aliás, um tema que há muito tempo me sensibiliza. No cargo de Ministro da Justiça, tive a iniciativa de elaborar um projeto que resultou na Lei nº 10.098, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Na Presidência do Senado, permitam-me citar a criação da política permanente de acessibilidade do Senado, que já providenciou intervenções em vários setores da Casa, entre elas, a demarcação de vaga para deficientes na Chapelaria no espaço cedido pela Presidência; a sinalização em braile nas dependências do edifício-sede; os postos para cadeirantes no plenário, antes inexistentes; a instalação de microfones acessíveis nas comissões; a adaptação de portas acessíveis no plenário e comissões; a retirada de cadeira fixa das primeiras filas das bancadas do plenário e comissões para acomodar cadeirantes; e a instalação da rampa de acessibilidade entre o plenário e a Mesa. Essas foram algumas das mudanças, e estou certo que não serão as últimas. Por tudo isso, é com muito orgulho e alegria que presido esta sessão que, pela primeira vez, irá entregar a Comenda Dorina Gouvêa Nowill, tanto pelo significado de tal premiação, como pelo especial valor e importância daqueles que hoje aqui estão para recebê-la.

Como é do conhecimento de todos, Dorina Gouvêa Nowill, que dá nome à comenda, ficou cega na sua juventude. Durante toda sua vida de mais de nove décadas, deu luz aos seus anseios de que a deficiência visual não fosse empecilho de crescimento intelectual e desenvolvimento pessoal nem para ela, nem para qualquer outro brasileiro.

E para que esse sonho se tornasse realidade, não havia e não há como prescindir dos livros. Na ausência, então, de publicações especializadas para cegos, a impressão de livros em braile se tornou uma de suas bandeiras de luta. Foi então que, já em 1946, criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, instituição essa que hoje tem o seu nome. Não o bastante, especializou-se em educação para cegos nos Estados Unidos, onde conseguiu apoio para instalação no Brasil de maquinários para edição de livros em braile. Hoje, vejam os senhores, a Fundação Dorina Nowill é a maior editora de livros para cegos em toda a América Latina.

Nesta primeira edição, iremos, como disse, diplomar Aracy Maria da Silva Lêdo, Maria Luiza Costa Câmera, Loni Elisete Manica, Mara Gabrilli, Solange Sotelo Pinheiro Calmon e Roseane Cavalcante de Freitas, a nossa querida Rosinha da Adefal.

A socióloga Aracy é a Presidente da Federação Nacional das APAEs, posto esse conquistado, entre outros motivos, pelo seu trabalho como Secretária Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social do Município de Porto Alegre e na Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades do Rio Grande do Sul. A ela, a nossa homenagem e o nosso reconhecimento pela sua luta em favor das pessoas com deficiências. Parabéns, Aracy. (*Palmas.*)

A vida de Maria Luiza Costa Câmera é também especial pelo seu esforço em prol das pessoas com deficiência. Por tudo que tem feito nesse campo, tornou-se membro do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência e foi eleita no Fórum da Mulher no Rio de Janeiro. Pelo seu trabalho pela inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e como defensora da causa, os nossos parabéns e as nossas homenagens. (*Palmas.*)

A nossa terceira homenageada, que não pôde estar presente hoje, é a nossa colega Congressista Deputada Mara Gabrilli. Seu mandato, como todos sabem, é um fórum privilegiado pelas causas das pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Sua luta para facilitar o tratamento e a busca da cura da paralisia e da melhoria de qualidade de vida do portador de deficiência dignifica a Câmara dos Deputados e nos enche de orgulho por tê-la entre nós na convivência do Congresso Nacional.

As duas seguintes homenageadas com a Comenda Dorina Nowill, Loni Elisete e Solange Calmon, também muito nos dizem respeito. Como servidoras do Senado Federal, o trabalho delas se distingue pela sensibilidade demonstrada a favor das pessoas com deficiência.

Loni é autora de várias publicações sobre o tema. Toda a nossa admiração e parabéns! (*Palmas.*)

A atuação de Solange Sotelo Pinheiro Calmon no Senado também nos engrandece muito, Solange. O programa Inclusão, da TV Senado, criado, produzido, dirigido e apresentado por ela, é um canal de que dispomos para discutir temas relativos aos direitos humanos, especialmente daqueles com algum tipo de deficiência. Por esse trabalho, já recebeu mais de uma dezena de prêmios de jornalismo de caráter nacional e internacional, três deles concedidos pela CNBB. Parabéns, Solange, e obrigado pelo seu trabalho aqui, no Senado Federal. (*Palmas.*)

A sexta agraciada é a Deputada Federal Roseane Cavalcante de Freitas, nossa querida, eterna Deputada Federal e conterrânea, Rosinha da Adefal. Também, Rosinha, você muito nos orgulha pela sua luta a favor das pessoas com deficiência. Sua limitação nunca foi obstáculo para as suas conquistas; muito pelo contrário, tem lhe dado uma força extra para reivindicar pelos direitos das pessoas que têm as mesmas dificuldades que você.

A você, Rosinha, nossos parabéns e obrigado por ter representado tão bem a nossa Alagoas no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Que esta solenidade de entrega da Comenda Dorina Nowil se constitua também em um momento de grande reflexão para todos nós. Temos, ainda, o dever de buscar melhores caminhos e soluções de vida para todos os brasileiros, deficientes ou não.

Muito obrigado, desde logo, a todos pela presença. (*Palmas.*)

Vamos passar agora à fase de entrega das comendas.

Convido a Senadora Lídice da Mata para entregar a placa e o diploma à Srª Maria Luiza Câmera.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Convido o Senador Fernando Collor para entregar a placa e o diploma à Srª Aracy Lêdo.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Aracy Lêdo é Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Foi Secretária Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre. (*Palmas.*)

No Rio Grande do Sul, foi Presidente da Federação das APAEs e Diretora Presidente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades. (*Palmas.*)

Convido o Governador Rodrigo Rollemberg para entregar a placa e o diploma à Srª Loni Manica.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Loni Manica é funcionária do Senado Federal, assessora na área de inclusão e diversidade pelo gabinete do Senador Romário. É doutora em Educação e Pedagogia Social, especialista em Educação Especial e Igualdade de Gênero pela OIT. (*Palmas.*)

Registro, com muita satisfação, a presença honrosa de Maria Constança Carneiro Galvão, ex-Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

É uma honra muito grande tê-la aqui.

Convido o Senador Paulo Paim para entregar a placa e o diploma à Srª Solange Calmon.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Solange Calmon é servidora do Senado Federal desde 1982. Em 2004, idealizou e incluiu na grade de programação da TV Senado o programa Inclusão. A iniciativa teve o objetivo de tornar públicas as necessidades das pessoas com deficiência e ajudar na divulgação de iniciativas que resultassem no bem-estar comum. No mesmo ano, foi designada a integrar a Comissão Especial da Pessoa com Deficiência, visando a tornar o Senado Federal uma instituição acessível aos servidores e visitantes deficientes. (*Palmas.*)

Convido o Senador Lasier Martins para entregar a placa e o diploma à Srª Rosinha da Adefal.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Convido o Senador José Serra para entregar, em nome do Senado Federal, a placa de homenagem, *in memoriam,* aos filhos da homenageada, Srª Dorina Martha Nowill e senhores Alexandre Eduardo Nowill, Cristiano Humberto Nowill e Márcio Manoel Nowill.

(Procede-se à entrega da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.)

(Palmas.)

Concedo a palavra à Presidente do Conselho Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra V. Exª. (*Palmas.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Exmo Sr. Senador Renan Calheiros; Sr. Deputado Federal Alfredo Kaefer, representante do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha; caro companheiro de luta, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que comemoramos nesta semana, Senador Paulo Paim; caríssimo amigo, Senador, Exmo Governador Rodrigo Rollemberg; queridas amigas agraciadas, Aracy Ledo, Loni Manica, Luiza Câmera, Rosinha da Adefal, Solange Calmon, e, representando Dorina Nowill, seus filhos e nora, portanto, sua família aqui presente; caros representantes dos familiares, demais convidados e autoridades que aqui já foram citadas, a ideia de criar a Comenda Dorina Nowill veio justamente do contato, da discussão com os segmentos aqui representados por tantos agraciados e tantos representantes de entidades para dar visibilidade, assim como fazemos com a Comenda Bertha Lutz e com a Comenda Abdias Nascimento, a segmentos da população brasileira, no caso, mulheres e negros, majoritários na população brasileira, mas que são pouco são vistos ou reconhecidos no que diz respeito à sua contribuição ao desenvolvimento da nossa sociedade. Trata, portanto, a Comenda de buscar e representar aqueles que não estão sendo visibilizados no dia a dia e que, assim, passarão a ser vistos e passarão a ter os seus trabalhos reconhecidos pelo conjunto da sociedade.

Quando constituímos esse Conselho que V. Exª designou, com a participação de Senadores de todos os partidos, quando realizamos esta sessão no dia de hoje, na mesma semana em que comemoramos ou que registramos a passagem do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, nós o fazemos justamente para dar conhecimento à sociedade brasileira do drama, da necessidade que o Senado Federal, que a Câmara dos Deputados, portanto, que o Congresso Nacional brasileiro têm de responder ao desafio de inclusão de quase 25% de sua população com deficiência.

Nesse sentido, Sr. Presidente, também achamos necessário que a Comenda tivesse o nome de alguém que pudesse expressar essa luta tão grande de todos aqueles que estão aqui presentes, e quero saudar, em especial, os representantes, nas nossas galerias, das APAEs do Brasil inteiro. (*Palmas.*)

Eles aqui nos brindam, nos honram com sua participação, para reafirmar alguns pontos da biografia de Dorina, que pode ser desconhecida por muitos brasileiros, mas que agora, nesta sessão, com a transmissão direta da TV Senado, passam a conhecer.

Nascida em 1919, Dorina perdeu a visão aos 17 anos, devido a uma doença não diagnosticada. Foi a primeira aluna cega a frequentar um curso regular na Escola Normal Caetano de Campos. Além da educação, para a qual dedicou intensamente a sua vida, tornando viável a propagação de livros em Braille no Brasil, Dorina sempre se preocupou com a prevenção da cegueira, tendo conseguido, em 1954, que o Conselho Mundial para o Bem-Estar do Cego se reunisse no Brasil, em conjunto com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia e a Associação Pan-americana de Saúde. Dorina também colaborou com a elaboração da Lei de Integração Escolar, regulamentada em 1956.

Em Nova York, ela se especializou em educação para cegos pela Universidade de Columbia. Entre 1961 a 1973, dirigiu a Campanha Nacional de Educação de Cegos do Ministério da Educação e Cultura e foi presidente do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos, hoje União Mundial dos Cegos.

Dorina lutou também pela abertura de vagas e encaminhamento das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho. Em 1982, durante a Conferência da OIT, em Genebra, Dorina conseguiu que a Recomendação 99 fosse discutida. Quando a Conferência da OIT se reuniu no congresso de 1983, os representantes do Governo brasileiro, dos empresários e dos trabalhadores, votaram a favor da proposta do Conselho Mundial para o Bem-Estar do Cego para aprovação da Convenção 159 e da Recomendação 168, que convocam os Estados-membros a cumprir o acordo, oferecendo programas de reabilitação, treinamento e emprego para as pessoas com deficiência.

Nossa homenageada faleceu em 2010, com 91 anos de idade. Seu legado e suas lutas e valores permanecem no trabalho da fundação que leva seu nome e que há mais de seis décadas se dedica à inclusão social e ao atendimento de pessoas com deficiência visual. A Fundação Dorina Nowill produz e distribui gratuitamente livros em Braille, falados e digitais, acessíveis diretamente para pessoas com deficiência visual e para cerca de 2.500 escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil. Também oferece, gratuitamente, programas de serviços especializados à pessoa com deficiência visual e sua família, nas áreas de educação especial, reabilitação, clínica de visão subnormal e empregabilidade.

A Fundação Dorina Nowill já produziu mais de seis mil títulos e dois milhões de volumes impressos em Braille, além de mais de 1.600 obras em áudio e outros 900 títulos digitais acessíveis. Também ofereceu a mais de 17 mil pessoas atendimento nos serviços de clínica de visão subnormal, reabilitação e educação especial.

Em nome dessa mulher de coragem, educadora e defensora das pessoas com deficiência, hoje homenageamos outras seis mulheres. Não é uma coincidência, Presidente, permita-me a ousadia de dizer, não é uma coincidência que estejamos homenageando, na primeira Comenda Dorina Nowill, seis mulheres.

Nós mulheres, apesar de sermos maioria na população brasileira, pela condição de especialmente discriminadas, por uma discriminação milenar de gênero, nós também temos algumas "funções" – entre aspas – que a sociedade nos tinha decidido, imposto, assegurado. E a posição de mulheres que devem se dedicar à vida doméstica e, nessa vida doméstica, à função de cuidar dos outros, cuidar da família, cuidar dos filhos, educar, transmitir valores, nos colocou, portanto, numa condição de sensibilidade maior para alguns assuntos que a sociedade brasileira tem como desafio, como a sociedade no mundo inteiro.

Por isso, essa – entre aspas – "coincidência" de seis mulheres, que, nas suas vidas, ou na atividade legislativa, ou na mobilização em defesa das pessoas com deficiência, por serem deficientes, ou mesmo na sua atuação como sociólogas, como educadoras, na sua dedicação como profissionais para divulgar a vida e a luta das pessoas com deficiência, conquistaram o voto – porque é uma votação direta – no Conselho dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que ali estão participando.

Portanto, esta comenda, também não por coincidência entregue em 23 de setembro, dois dias depois da data escolhida como Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro desde a oficialização em lei, no ano de 2005.

A Constituição do Brasil, que V. Exª ajudou a escrever, garantiu a ampliação de direitos a todos os brasileiros e brasileiras, e, a partir dela, algumas legislações foram surgindo para valorizar e apoiar a pessoa com deficiência. Entre elas, a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira da Inclusão, sancionada em julho deste ano, uma luta de 12 anos, que agora se consolida como uma nova referência à garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

O projeto é desse querido Senador, que para o Brasil representa a luta em defesa dos direitos humanos, com quem temos a honra de conviver, votar e contribuir nessa sua referência de batalha nacional, que é o Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

E o projeto foi relatado por outro Senador, um ex-atleta que encantou o Brasil, que tem como paixão nacional o futebol, e que, na política, tem dado essa importante contribuição à vida política do nosso País na defesa das pessoas com deficiência, o Senador Romário. (*Palmas.*)

Apesar de todas as conquistas realizadas por essa legislação, que foi fruto da participação de todos vocês, da construção de todos vocês, ainda temos muitas barreiras a superar. Em todo o mundo, segundo a ONU, 10% da população, ou cerca de 650 milhões de pessoas, têm alguma deficiência. No Brasil, de acordo com dados do IBGE de 2010, são mais de 45 milhões de pessoas. Algo em torno de 25% da nossa população tem algum tipo de deficiência, e, portanto, nós brasileiros estamos desafiados a incluir essa parcela da nossa população no acesso à saúde, à educação, ao emprego e à dignidade.

Tive a possibilidade, como Senadora, de apresentar dois projetos de lei para ajudar nessa luta. Um, que já foi aprovado nesta Casa, destina às pessoas com deficiência um mínimo de 10% das vagas de cursos e programas de qualificação profissional financiados com recursos do FAT. Essa é uma grande dificuldade para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a qualificação. E o outro projeto, que se encontra em análise na CAE, cria o Fundo Nacional de Apoio à Pessoa com Deficiência.

Aqui, no Senado, estamos em plena Semana da Luta da Pessoa com Deficiência, com atividades diversas para sensibilizar a sociedade. E este é, talvez, o grande momento em que essa luta de sensibilização se expressa.

No meu Estado, aproveito para divulgar, na próxima sexta-feira acontece o dia D da inclusão profissional das pessoas com deficiência, reabilitados do INSS, no mercado de trabalho.

Também a Fundação Dorina apresenta, a partir do dia 3 de novembro, o concurso cultural 70 anos de Fundação Dorina, que tem por objetivo a escolha de um *slogan* para a Fundação em todas as peças de comunicação.

Portanto, senhoras e senhores, ao finalizar este meu pronunciamento, quero registrar e agradecer a cada uma das seis agraciadas deste primeiro ano da entrega da Comenda Dorina Nowill. Não tenho dúvida de que essa comenda veio para ficar e demonstrar o compromisso do Senado Federal em não deixar que continuem invisíveis a contribuição de pessoas que, como vocês, dedicam a sua vida a ajudar para superar as barreiras da inclusão das pessoas com deficiência.

Agradeço, portanto, à Deputada Federal Mara Gabrilli; à ex-Deputada e sempre Deputada e querida amiga Rosinha da Adefal; à socióloga Aracy Maria da Silva Lêdo, presidente nacional das APAEs; à querida amiga de muitas lutas, que aqui representa – eu não tenho dúvida – todo o povo baiano, a luta das mulheres baianas contra a discriminação, a luta das pessoas com deficiência, cujo nome eu tive a honra, Presidente, de aqui trazer, em nome do povo baiano, e de ver escolhido pelo conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores, que é a nossa querida Maria Luiza Costa Câmera, uma precursora desta batalha e desta bandeira, da Associação Baiana dos Deficientes Físicos (Abadef).

Quanto à Maria Luiza, quero destacar uma das suas iniciativas, Presidente Renan. A marca da alegria do povo baiano ela incorporou, fundando e organizando um bloco de Carnaval que sai todos os anos no Carnaval da Bahia, demonstrando que a inclusão pode se dar em todos os espaços e em todos os momentos. E é por isso que recebeu esse apoio do Senado Federal.

Às servidoras que nos ajudam aqui tanto eu quero, em nome de todos os Senadores membros do Conselho, agradecer, as agraciadas Loni Manica e Solange Calmon, que representam também o esforço da comunicação desta Casa legislativa de abordar os temas que dizem respeito ao povo brasileiro.

Esperamos, portanto, que além, de homenagear quem atua em benefícios de brasileiros e brasileiras com deficiência, que esta comenda contribua para eliminar o preconceito, dando visibilidade a essa população e ajudando a acabar com as diversas barreiras de atitudes que ainda persistem em nossa sociedade.

A vocês, queridas amigas, primeiras homenageadas com essa honraria, tenham a certeza de que representam, cada uma em sua esfera, a continuidade do legado que essa grande educadora deixou na luta em favor da pessoa com deficiência em nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador José Serra.

Registro, com muita satisfação, a presença honrosa do Deputado Luis Tibé. É uma honra muito grande, Tibé, tê-lo aqui no Senado Federal.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, a quem cumprimento pela iniciativa do Senado; representando o Presidente da Câmara, meu amigo Alfredo Kaefer; Presidente do Conselho da Comenda Dorina Nowill, Senador a Lídice, a quem também cumprimento pela iniciativa; signatário da presente sessão, Senador Paulo Paim; meu queri-

do amigo, Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; aos agraciados, aos familiares e aos líderes da causa das pessoas com deficiência em todo o Brasil.

Cabia-me aqui entregar a comenda para Mara Gabrilli, que, infelizmente, não pôde estar presente.

Mara Gabrilli começou sua vida pública como Secretária, quando fui Prefeito de São Paulo, e nós criamos a Secretaria das Pessoas com Deficiência, que foi a primeira iniciativa de uma secretaria de grande porte no Brasil.

É interessante, Presidente Renan, que nós enfatizamos, na Secretaria da cidade, principalmente as questões da mobilidade. Esse foi o essencial. Aquela ação foi a da mobilidade – desde fazer elevadores nos metrôs, nas estações de metrô, que custaram uma fortuna, mas que tinham que ser feitos, até casas de *show* e repartições públicas que eram inacessíveis às pessoas com deficiência. E a Mara, às vezes, de madrugada, ia a uma casa de *show* famosa e ficava na porta, sem poder entrar, chamava a atenção da imprensa, e, rapidamente, todo esse mundo de *show* foi se adaptando a dar livre acesso a todas as pessoas.

Pois bem, quero voltar um pouco à minha experiência no Ministério da Saúde. Nós, no Ministério, pela primeira vez, mandamos fazer um censo a respeito das pessoas com deficiência. Não se assustem! Quarenta e cinco milhões de pessoas no Brasil cairiam dentro dessa categoria se nós considerarmos também os idosos, as pessoas idosas. Mas, realmente, com problemas mais críticos são, Governador Rollemberg, 4,5 milhões de pessoas no Brasil. Esse censo foi muito importante para que tivéssemos um mapa. Eu mandei fazer. Talvez, coisa de economista, mas, se vamos tratar um assunto, vamos ver, primeiro, qual é o tamanho, quais são as questões, qual é a distribuição.

A partir desse diagnóstico, inclusive, cheguei a uma questão que, Senadores Lídice e Paim, é essencial hoje na área da pessoa com deficiência física. Refiro-me à pessoa de idade com deficiência, porque as pessoas de idade não têm família. Têm, se puderam constituir a sua, com filhos, mas, algumas vezes, não conseguem; o tipo de deficiência não permite isso. E essas pessoas ficam inteiramente abandonadas. Se há uma área crítica e prioritária para se desenvolver no Brasil hoje, Lídice, é essa.

Nós fizemos também o primeiro mutirão de prótese para as pessoas com deficiência – órteses, próteses, distribuição de cadeiras de rodas, enfim, andadores por todo o Brasil. Foi a primeira vez que se fez isso, o que significou acesso, basicamente, a esses equipamentos, que, depois, foram sendo mantidos ao longo dos anos. E fizemos o primeiro tratamento profissional de pessoas que atendem as pessoas com deficiência. Na época, lembro-me de termos contratado a Universidade de São Paulo, que deu cursos de telemedicina sobre a área para os Estados do Norte e do Nordeste.

Indo além, de fato, nós fizemos duas portarias, em audiências públicas, que, na verdade, organizaram as redes de tratamento, reabilitação e recuperação. Esse foi um ponto essencial para o desenvolvimento do atendimento no Brasil. Eu aprendi, aliás, rapidamente, no Ministério da Saúde, que qualquer ação em escala nacional precisa ter portaria, precisa ser organizada, precisa ter as referências – sem isso, não se faz nenhuma política nacional –, o que abriu caminho para os anos posteriores para o desenvolvimento dessas atividades, inclusive os conceitos do que seria política de saúde e reabilitação.

Mas talvez a iniciativa maior foi quando criamos, no Estado de São Paulo, uma Secretaria também, ocupada pela Prof. Linamara, que é titular de Fisiatria na Universidade de São Paulo e é a atual, permaneceu como Secretária.

E, aí, tomamos uma iniciativa, Governador Rollemberg, que eu creio que pode ser replicada no Brasil inteiro.

Eu tive contato, no Ministério da Saúde, com a Rede Sarah. O forte da Rede Sarah é a cirurgia. Não é que não faça reabilitação, mas o forte é a cirurgia, e eu cheguei à conclusão de que não dava para amarrar cirurgia com reabilitação, condicionar uma coisa a outra. Então, decidimos fazer uma experiência em São Paulo: uma rede de reabilitação, sem cirurgia. É uma rede de reabilitação. A cirurgia é feita nos hospitais da rede estadual e tudo o mais. E demos a esse rede o nome da esposa do antigo Governador com quem comecei minha vida pública, Franco Montoro, a D. Lucy.

Essa rede Lucy Montoro hoje, para que se tenha uma ideia, tem um milhão de consultas e atendimento por ano. São 16 unidades e é uma rede exemplar. A minha ideia foi equipá-la com equipamento de alta tecnologia. A Linamara teve cheque em branco para importar tudo que era necessário – principalmente de países como Israel etc., que têm um grande investimento nessa tecnologia para pessoas com deficiência – e utilizar a força de trabalho mais barata – a universitária – que há no Brasil – Paim, não vá fazer nenhum piso mínimo agora nessa matéria.

E quais são os profissionais mais abundantes, universitários, que temos? Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Professores de Educação Física, Psicólogas. No fundo, a rede é barata porque utiliza profissionais que não têm salários altos. Os médicos fisiatras são poucos; na verdade, é a equipe que trabalha.

Essa rede, Presidente Renan, que deveria um dia merecer sua visita. E sugeriria, inclusive, que montássemos uma visita a São Paulo, Lídice. E sugiro ao Governador Rodrigo Rollemberg, apesar das agruras financeiras

que eu sei que Brasília está atravessando, que criasse uma aqui em Brasília. É espetacular! Nós temos 16 unidades hoje que mudaram a história do atendimento às pessoas com deficiência no nosso País.

Por último, quero oferecer – aí, como paulista, não estou no Governo, mas tenho certeza de que o Governo se abre – o acesso a todos que queiram conhecer, levar para os seus Estados ou batalhar por isso e, também, dizer que nada mais apropriado que o nome da Dorina Nowill para esta homenagem.

Eu a conheci pessoalmente. Inclusive, queria destacar aqui duas pequenas frases. Uma, que eu proferi quando ela faleceu, em 2010. A Dorina perdeu a visão aos 17 anos. Fez sua carreira profissional de professora e sua família depois dos 17 anos. Era uma pessoa extraordinária! E eu disse na ocasião: "São Paulo [não o Estado nem a cidade, mas o Santo São Paulo] dizia que não basta ter bons sentimentos, não é suficiente ter bons sentimentos; é preciso expressar esses sentimentos na forma de viver [que foi o que ela fez], na relação com o mundo, no papel que desempenha dentro da sociedade. E pessoas como a Dorina são o que temos de melhor no Brasil, em matéria de amor, de solidariedade, de dedicação ao próximo". E uma frase dela que eu repeti, inclusive para mim, em artigos que escrevi na imprensa. Ela dizia o seguinte: "Eu tenho uma mola embaixo de mim, quando algo me puxa para baixo, eu reajo para cima". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer e passo, com muita satisfação, a Presidência de nossos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Elmano Férrer e, em seguida, o Senador Lasier Martins.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Queria também cumprimentar a nossa Senadora Lídice da Mata, Presidente do Conselho da Comenda Dorina Nowill; todos os presentes, especialmente as homenageadas desta memorável sessão especial do Senado Federal, as Srªs Aracy Lêdo, Loni Manica, Luiza Câmera, Rosinha da Adefal, Solange Calmon.

E faço um cumprimento especial aos familiares da nossa imortal Dorina Nowill, na pessoa do seu filho, em memória dela, o Sr. Cristiano Humberto Nowill.

Eu queria saudar os 45,6 milhões de brasileiros com deficiência na pessoa do Saulo Laucas Pereira, autista, deficiente visual, universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro de Canto Lírico, que nos emocionou a todos e ao Brasil, quando entoou, com patriotismo, o nosso Hino Nacional.

Cumprimento todos na pessoa dele, um deficiente eficiente, como são todos os deficientes do Brasil. E cumprimento as senhoras e os senhores convidados especiais que aqui se fazem presentes.

Começo esta breve, mas prazerosa intervenção, rememorando a inexcedível honra que tive ao conduzir a parte inaugural da primeira reunião do Conselho Dorina de Gouvêa Nowill.

No dia 7 de julho deste ano, considerando os termos da Resolução do Senado n° 34, de 2013, iniciativa da eminente Senadora Lídice da Mata, que instituiu a comenda Dorina de Gouvêa Nowill, estivemos reunidos, nesta Casa, oportunidade em que foi instalado o Conselho da nova honraria e eleitos seus membros.

Naquela ocasião, foram ainda escolhidas as homenageadas deste dia, primeiras brasileiras a receberem tão distinta e dignificante Comenda, que leva o nome de uma das brasileiras mais notáveis do último século.

Hoje, 24 de setembro, quando comemoramos, em sessão especial do Senado da República, o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, transcorrido na última segunda-feira, realizamos a entrega da Comenda às agraciadas desta primeira edição.

Dorina Nowill é exemplo perene de luta durante toda a sua vida. Criou ainda, na primeira metade do século XX, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos.

O objetivo da fundação, como todos desta Casa e os presentes aqui sabem, que no próximo ano completa 70 anos, é a inclusão social dos visualmente deficientes. Para tanto, desenvolve, há quase sete décadas, programas educacionais e culturais, com ênfase na literatura, disponibilizando obras em Braille, e livros, revistas, textos acadêmicos em formato digital acessível.

Importante observar, senhoras e senhores presentes, que todos esses preciosos bens educacionais e culturais são distribuídos sem custos aos deficientes visuais e também para escolas, bibliotecas, além de outras instituições Brasil afora.

A fundação instituída por Dorina Nowill é ainda responsável por projetos gratuitos, que garantem amparo especializado aos cegos e seus familiares, oferecendo programas de formação especial, regeneração e inserção profissional ao mercado de trabalho.

A determinação, a perseverança, a vontade de auxiliar o próximo e a sólida formação pedagógica – foi a primeira cega a ingressar em escola convencional da cidade de São Paulo – transformaram Dorina em uma força decisiva na transferência ao Estado brasileira da responsabilidade de educar deficientes visuais.

Ainda no início dos anos 50, o Estado de São Paulo foi o primeiro na garantia legal do direito dos cegos à educação.

Em 1961, com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o direito ganha vigência nacional.

Devo lembrar, senhoras e senhores, que, no dia de hoje, temos ainda a celebrar a recente aprovação do Estatuto das Pessoas com Deficiência, marco legal há muito reclamado pelos brasileiros, sancionado pela Presidente da República há apenas seis meses.

Nesta oportunidade, abraço e parabenizo todos e todas que contribuíram para chegarmos a esta grande decisão histórica na pessoa do nosso eminente Senador Paulo Paim, que tem sido uma voz, neste País e nesta Casa, em defesa das pessoas com deficiência, sobretudo e especialmente, dos pobres e humildes do Brasil.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho deste ano, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seus 126 artigos. A norma enseja a instauração de uma nova e auspiciosa ordem à realidade para milhões de brasileiros com deficiência. Na medida em que seja estritamente observada – porque há muitas leis neste País que não o são – como todos nós esperamos, essa nova lei permitirá ao Brasil e aos brasileiros o ingresso em novo patamar do sempre difícil e tortuoso processo civilizatório.

Enfim, nesta primeira edição da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, são homenageadas seis mulheres: Aracy Maria de Silva Lêdo; Loni Elisete Manica; Mara Gabrilli – grande Deputada Federal, que não está presente; Maria Luiza Costa Câmera; Roseane Cavalcante de Freitas e Solange Sotelo Pinheiro Calmon.

Em memória, é também homenageada quem empresta o nome à instituição, Dorina de Gouvêa Nowill. Ela é homenageada em memória nesta solenidade.

Estamos diante de mulheres notáveis, respeitáveis e respeitadas, defensoras intransigentes de uma das mais nobres causas humanas.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ... coadjuvar nossos semelhantes no enfrentamento e na superação de suas adversidades, defendendo a inclusão, sem transigir com a discriminação.

Cada uma em sua respectiva área de atuação...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ... na política, na educação, nas políticas públicas, no jornalismo, todas desempenham papéis importantes no cotidiano de nossa complexa sociedade.

Quero reafirmar minha enorme satisfação em ver homenageadas, por este Senado Federal, pelo Congresso Nacional, cidadãs que, no seu cotidiano, fazem a diferença em nosso País. O exemplo dessas seis mulheres, ancorado no reverenciável modelo de Dorina Nowill, haverá de inspirar brasileiras e brasileiros na tarefa de construirmos a sociedade que todos desejamos e merecemos: uma sociedade justa, inclusiva e próspera.

Encerro este meu pronunciamento com a singela manifestação de uma neta de Dorina, publicada no Twitter logo depois de seu falecimento, em agosto de 2010. Disse Martha Nowill, atriz, autora e poeta: "Todo mundo sonha em poder mudar o mundo. Dorina de Gouvêa Nowill, minha avó, fez isso todos os dias de sua vida, incansavelmente".

Era esse, senhores e senhoras, o nosso pronunciamento nesta sessão especial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Elmano Férrer.

Só para situar o Plenário, nós teremos ainda mais dois oradores, e depois, a pedido das homenageadas, elas terão de dois a três minutos para também fazer uma saudação. Cada um dos oradores agora terá o tempo de cinco minutos. A campainha toca quando estouram os cinco minutos, mas depois o Presidente, claro, será tolerante, para encerrarmos a sessão às 14h; agora são 13h18; às 14h, inicia-se outra sessão.

Mas eu queria também cumprimentar as pessoas que estão nas galerias, os amigos e amigas das APAEs de Anápolis, Arapiraca, Brasília, Cristalina, Goiânia e Maceió. (*Palmas.*)

Obrigado pela resistência na galeria.

Senador Lasier Martins; em seguida, o Deputado Federal Alfredo Kaefer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente dos trabalhos, Senador Paulo Paim, inspirado autor desta sessão especial; Sr. Deputado Alfredo Kaefer; Sr. Cristiano Nowill, filho e representante da homenageada; Senadores, Senadoras, convidados, senhoras e senhores, pretendo ficar dentro dos cinco minutos.

Começo por dizer que é uma enorme satisfação participar desta cerimônia tão bonita, para comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, e a entrega, já realizada, da Comenda Dorina Gouvêa Nowill.

Todos estamos conscientes da quantidade de pessoas, de brasileiros e brasileiras, com algum tipo de deficiência, que todos os dias enfrentam, com coragem e bravura, as dificuldades – muitas causadas pela leniência do Estado, em suas diversas esferas. Pessoas que nos oferecem edificantes exemplos de superação, de respeito pelo ser humano e de conquistas, que nos fazem ter esperança na vida, no futuro do Brasil.

As seis mulheres homenageadas neste ato dispensam apresentações. Sei que outros oradores já teceram aqui comentários alongados e justos sobre elas e apenas tomo a iniciativa de reproduzir os seus nomes, pela importância, pela ênfase que merecem: Aracy Maria da Silva Lêdo; Loni Elizete Manica – e "Mânica" é a pronúncia correta, porque a família Manica é muito numerosa no nosso Rio Grande do Sul –, minha conterrânea, assim como a Aracy; Mara Gabrilli; Solange Sotelo Pinheiro Calmon; Maria Luiza Costa Câmera e Rosinha da Adefal.

O agraciamento de duas gaúchas, Sr. Senador Paulo Paim, entre as seis que recebem a comenda, mostra que, a despeito das dificuldades que o nosso Estado enfrenta, há, no Rio Grande do Sul, indivíduos e mulheres que se destacam no esforço de promover ações em prol da pessoa com deficiência. São mulheres de várias idades, diferentes classes sociais, origens e regiões do País. Todas chegaram aqui graças a um ponto em comum: cada uma, a seu modo, é uma lutadora, uma vencedora, um exemplo. E, neste momento do nosso País, estamos precisando, de fato, de muitos bons exemplos. Hoje, vivemos tempos de ceticismo, de dúvidas, de pessimismo, de descrença no que está acontecendo, mas necessitando, de nossa parte, de ações, de providências.

Quando vemos essas mulheres, vemos sobretudo uma esperança, e elas são mostra de que podemos acreditar que há uma luz lá adiante e de que seremos capazes de, juntos, construir uma sociedade melhor.

A essas mulheres e ao exemplo deixado por Dorina Nowill deixo aqui, como Senador do Rio Grande do Sul, o meu muito obrigado, porque essas mulheres ajudam a fazer um Brasil melhor, com o exemplo que nos trazem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento V. Exª, Senador Lasier, pois ficou exatamente nos cinco minutos.

Agora, passo a palavra ao Deputado Federal Alfredo Kaefer, que fala aqui em nome da Câmara dos Deputados. Alfredo Kaefer é um Deputado que tem uma história de trabalho nessa área, que eu diria é a história da sua própria vida.

Uma salva de palmas ao Deputado. (*Palmas.*)

Deputado, permita que, neste momento, eu possa informar ao Plenário que esse Estatuto em braile é uma produção da Gráfica do Senado, que lança, nesta sessão, a edição em braile do Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado por esta Casa em junho. São mais de 200 artigos, 45 milhões de pessoas são beneficiadas. Na minha fala, claro, como apresentei o projeto original, vou discorrer um pouco sobre ele. Mas eu quis, neste momento, dizer que a Casa vai fornecer a todos que estão presentes uma cópia do Estatuto em braile.

Uma salva de palmas ao Presidente da Casa, à Gráfica e aos profissionais do Senado. (*Palmas.*)

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – Caro Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão; Sr. Cristiano Nowill; Senador Renan Calheiros, Senadora Lídice da Mata e Governador Rodrigo Rollemberg, que estiveram na Mesa; saúdo também as agraciadas, Aracy Lêdo, Loni Manica, Luiza Câmera, Rosinha da Adefal – nossa colega na Câmara até o ano passado, e registro a falta que faz no Parlamento da Câmara Federal –, Solange Calmon e Mara Gabrilli, que não está presente. Cumprimento também os alunos e os integrantes da APAE.

Tenho a honra, Srªs e Srs. Senadores, Deputados, familiares, de participar desta sessão, representando o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que me incumbiu de representá-lo e representar os Deputados nesta importante sessão solene. Faço aqui a minha representação na condição de Deputado e de portador de deficiência física.

Quero dizer que sou um dos brasileiros que conseguiu superar as dificuldades e exerço a minha atividade profissional, familiar e parlamentar quase como se não tivesse a deficiência física. Gostaria muito de algum dia ver, neste Brasil todo, os portadores de deficiência exercendo a sua completa cidadania, com legislação adequada e benefícios que nós todos temos que proporcionar a essas pessoas.

Sinto-me, portanto, honrado por participar dessa sessão especial do Senado Federal para comemorar o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência e para entregar a Comenda Dorina Nowill a essas personalidades nominadas, que contribuem com essa luta.

Trata-se de questão de interesse de toda a sociedade. Afinal, garantir que milhões de brasileiros possam exercer a sua cidadania em plenitude constitui requisito básico de funcionamento de qualquer nação verdadeiramente democrática.

É nesse sentido que se destaca a necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas a contingente tão expressivo da população, em especial nas áreas de educação, saúde, trabalho e mobilidade urbana.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 e mediante a legislação daí decorrente, muitos avanços têm se verificado no plano institucional para reduzir as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência em seu cotidiano. Cito a esse respeito a Lei nº 13.146, de 2015, sancionada há pouco, em julho, pela Presidente da República, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que teve origem neste Senado Federal, recebeu várias contribuições quando tramitou na Câmara, tendo como Relatora a nossa colega Deputada Mara Gabrilli.

Observo também, com muita satisfação, que a Deputada Mara Gabrilli e a ex-Deputada Rosinha da Adefal, aqui presente, estão entre as vencedoras desta primeira edição da Comenda Dorina Nowill, em reconhecimento de seu envolvimento nesta causa e, permito-me acrescentar, de seu exemplo de vida. Elas são dignas representantes do compromisso da Câmara dos Deputados não só com o aperfeiçoamento da legislação referente às pessoas com deficiência, mas também com medidas práticas que lhes permitam conduzir as próprias vidas com maior autonomia.

Parabéns a elas e às demais agraciadas com a Comenda, porque nos ensinam, com sua atuação diária, que o Brasil pode – e deve – ultrapassar...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – ... qualquer obstáculo à inclusão das pessoas com deficiência, sejam as barreiras materiais, como o acesso a edifícios e meios de transportes, seja o número insuficiente de escolas e programas de saúde adequados às suas necessidades. Obstáculos como esses quase sempre trazem embutidos uma dose de preconceitos, que também podem e devem ser vencidos em prol da construção de um Brasil mais justo e solidário.

A Câmara dos Deputados reafirma seu empenho nessa luta, discutindo e votando propostas destinadas a promover a cidadania plena desses brasileiros. Além disso, estimula ações da sociedade que tenham o mesmo objetivo por meio de iniciativas como o Prêmio Brasil Mais Inclusão, lançado ontem...

(Soa a campainha.)

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB - PR) – ... para reconhecer o trabalho de empresas, de entes federados, de entidades ou de indivíduos em benefício das pessoas com deficiência.

Assim, entendemos que sua dignidade será mais respeitada e sua participação na vida nacional mais ativa à medida que cada um de nós se dispuser a contribuir com essa nobre causa.

Finalmente, reitero minhas congratulações, meu respeito e minha admiração por todas as pessoas, todos os Parlamentares e todas as entidades que contribuem para que as pessoas portadoras de deficiência tenham cada vez mais a sua plena cidadania completada.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Deputado Federal Alfredo Kaefer, que falou da sua vida, da sua história e do seu compromisso com essa causa que é de todos nós.

Passo a palavra agora à nobre e querida Senadora Fátima Bezerra.

Lembro a todos – o Deputado ficou dentro do tempo possível também – que devem ficar dentro dos cinco minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paim, que preside os trabalhos; Cristiano Nowill; Senador Wellington; Deputado Alfredo, aqui representando a Câmara; quero cumprimentar aqui os nossos convidados e convidadas.

Eu quero aqui, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima, deixe-me só fazer um esclarecimento. Esse tal de Twitter funciona mesmo, não é? Perguntaram-me por que as cinco convidadas não estão na Mesa. Primeiro, porque não havia lugar. Eu tive que escolher um e escolhi um dos homenageados representando as cinco, que é o representante da Srª Dorina Nowill, o filho da homenageada, o Sr. Cristiano Humberto Nowill. Está explicado, pessoal. (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente, Senador Paim.

Senador, eu quero aqui primeiro me dirigir às agraciadas com a Comenda Dorina Nowill.

O meu abraço aqui, Rosinha, com quem eu tive a alegria de conviver quando Deputada Federal. É uma homenagem mais que merecida, Rosinha, a comenda que hoje você recebe, a Comenda Dorina Nowill, exatamente pela sua trajetória e pela sua dedicação à causa das pessoas com deficiência.

Eu quero estender aqui os meus cumprimentos para a também Deputada Mara Gabrilli, que foi Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara.

Eu quero aqui também abraçar Aracy Lêdo, Presidente Nacional das APAEs. E, Aracy, me permita estender o meu abraço para o William Ferreira, que é o Presidente da APAE do meu Estado do Rio Grande do Norte e abraçar a todos os Presidentes e a todos os que fazem as APAEs no Brasil, pelo trabalho belíssimo... (*Palmas.*)

... de cunho social, de cunho humano que vocês desenvolvem em prol das pessoas com deficiência no País. As APAEs merecem da sociedade e do Poder Público todo o respeito e valorização por tudo o que vocês fazem com tanta seriedade, com tanta responsabilidade e com tanto carinho.

Eu quero aqui ainda também parabenizar mais uma agraciada que é a Luiza Câmera, que é a Presidente da Associação Baiana, e as servidoras da nossa Casa: Senador Paim, Loni Manica, especialista em educação de pessoas com deficiência, e Solange Calmon, que é a criadora e apresentadora do programa Inclusão, da TV Senado.

Mais uma vez, eu quero aqui reforçar e destacar o relevante papel que as APAEs desempenham no sentido de avançar rumo a uma política de inclusão no que diz respeito à defesa das pessoas com deficiência.

A luta, Senador Paim, em prol da inclusão das pessoas com deficiência, na verdade, deveria ser uma luta da sociedade como um todo, mas, infelizmente, ainda não chegamos a esse estágio. Por essa razão, iniciativas como esta do Senado, com audiência pública e criação deste prêmio – e quero parabenizar a Senadora Lídice, que foi a autora, ou seja, a mentora da proposição ao Senado Federal da criação da Comenda Dorina Dowill –, fazem com que possamos cada vez mais dar visibilidade a esta causa tão importante, que são os direitos das pessoas com deficiência.

No Brasil, segundo o Censo de 2010, já havia 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e 6 milhões com baixa visão. É nosso dever como cidadãos e, mais ainda, como Parlamentares, como legisladores, atuarmos para fazer de nosso País um país acessível não só aos deficientes visuais, mas a todas as pessoas com deficiência.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero aqui, também, Senador Paim, destacar iniciativas do Governo Federal no campo da luta em prol da inclusão. Refiro-me ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite, que foi lançado pela Presidenta Dilma ainda em 2011, que vem exatamente com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que atualmente já são desenvolvidas. Na verdade, trata-se de um instrumento moderno de apoio, estímulo e defesa dos direitos das pessoas com deficiência e atua em quatro eixos: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Paim – só um minutinho, antes de terminar meu discurso –, eu não poderia deixar de destacar uma das grandes conquistas, a meu ver, que as pessoas que lutam em prol dos direitos da pessoa com deficiência obtiveram que foi exatamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de sua autoria. (*Palmas.*)

Foi uma longa espera de mais de 12 anos, que teve exatamente no Senador Paim aquele timoneiro que não abdicou do sonho, que não desistiu da luta de maneira nenhuma, e nós, junto com V. Exª.

Destaco aqui também o papel do Senador Romário, que fez um brilhante relatório aqui, no Senado Federal.

E eu diria, Senador Paim, que, sem dúvida nenhuma, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, na verdade, é aquele tipo de conquista que se pode classificar como uma conquista emancipatória, civilizatória. Por quê? Porque se trata exatamente da nossa Constituição.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Trata-se exatamente do instrumento que existe, Rosinha, um instrumento legal, para que possamos avançar exatamente no que diz respeito à cidadania plena dos portadores de deficiência. Portanto, o Estatuto, Sr. Presidente, constitui-se nesse instrumento essencial para que as pessoas com deficiência passem também a ser portadores de direitos.

E, finalmente, Cristiano, eu, inclusive na condição de professora, quero me associar aos que já homenagearam Dorina, professora, educadora, pelo legado de esperança e de lições de cidadania que ela nos deixou.

Como dizia o poeta, Senador Paim, "viver e não ter a vergonha de ser feliz". Viva a luta em prol da cidadania dos portadores de deficiência!

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Eu queria fazer uma consulta aqui ao pessoal da APAE, que eu sei que vai quebrar todos os protocolos. Pela importância da sessão, ela vai se estender no mínimo até 14h30. E aquela meninada da APAE lá em cima,

sem água, sem café e sem um pãozinho de queijo está mexendo comigo. Eu faria a seguinte proposta, se vocês concordarem: eles descem todos, vêm aqui para o plenário, se quiserem, e vão ter direito pelo menos à água e ao pãozinho de queijo. Pode ser? (*Palmas.*)

Eu sei que eles estão aqui desde as 10h da manhã, pessoal. Então, a moçada desce, vem aqui para o plenário – há lugar no plenário – e pelo menos dá uma quebradinha naquela fomezinha que é natural em cada um de nós.

Agora, com a palavra, o Senador Wellington Fagundes. Depois vão falar ainda as homenageadas. E nós queremos nosso plenário cheio – não é só para a TV que falamos. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim, que mais uma vez mostra a sua competência e a sua sensibilidade ao convidar os alunos da APAE para virem para o plenário não somente para encher este plenário fisicamente, mas também para enchê-lo de alegria para todos nós, para todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas mídias sociais por que esta Casa transmite.

Eu quero aqui também cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, que acabou de fazer o seu pronunciamento.

E eu quero cumprimentar o meu companheiro Deputado Alfredo Kaefer, que, como Deputado Federal, estivemos juntos por três mandatos – eu estava no meu sexto mandato na Câmara Federal, agora no meu primeiro mandato como Senador –, e sei da sua luta, principalmente para fortalecer a geração de empregos na área do agronegócio.

Eu quero aqui cumprimentar também o Sr. Cristiano Nowill, que aqui representa o nome que homenageia a todos.

Sr. Presidente, quero aqui pedir licença para dirigir-me, primeiro, aos convidados e às convidadas desta sessão especial. É um privilégio e motivo de muita satisfação contar com as senhoras e os senhores nesta cerimônia dupla, que celebra o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, além de homenagear os agraciados com a Comenda Dorina Gouvêa Nowill. Quero aqui dizer que todos são muito bem-vindos.

Quero também cumprimentar a ilustre Senadora Lídice da Mata, Presidente do Conselho da Comenda Dorina Gouvêa Nowill, e também o nobre companheiro Senador Paulo Paim, por solicitarem a união dessas duas comemorações.

Senhoras e senhores, não se mede a grandeza de um país apenas pela sua economia, por seus recursos naturais ou também por sua extensão; mede-se a grandeza de um país também pelo respeito que o Estado demonstra por seus cidadãos, pelo grau de civilidade com que as pessoas são tratadas e pela observância aos princípios dos direitos humanos. E, nesse sentido, no que se refere ao respeito, à civilidade e à observância dos direitos relativos às pessoas com deficiência, o Brasil tem ganhado estatura cada vez maior.

Esse ganho de estatura fica evidente quando comparamos a primeira e a última de nossas Constituições. A primeira delas, em 1824, previa a suspensão de direitos políticos de quem apresentasse incapacidade política ou moral.

Assim, nossa Lei Maior vedava o exercício pleno da cidadania àqueles que apresentavam algum tipo de deficiência, justamente o oposto de nossa Constituição atual.

A partir de outubro de 1988, o Texto Constitucional proíbe a restrição da cidadania com base na deficiência. A Constituição cidadã tem a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da nossa República. Mais do que isso, a Carta de 1988 trata especificamente das pessoas com deficiência em mais de uma dúzia de seus dispositivos. A razão dessa reviravolta no Texto Constitucional foram vocês, senhoras e senhores; vocês e outros homens e mulheres, com ou sem deficiência, que não estão presentes neste momento. Vocês viabilizaram essa revolução e essa evolução civilizatória.

Os dispositivos constitucionais que tratam de questões relativas à deficiência são fruto de quase 40 anos de trabalho dos movimentos das pessoas com deficiência. Cada artigo, parágrafo e alínea de nossa Constituição que se refere a essas pessoas foi uma vitória obtida após muita luta e empenho. Quem vê o cenário de hoje talvez não imagine os obstáculos que foram superados para chegarmos a este ponto. Talvez não faça ideia de que as pessoas com deficiência tiveram de lutar primeiro para serem notadas; depois, para que suas demandas começassem a fazer parte da agenda nacional deste País.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Demandas que, devo ressaltar, nada têm a ver com questões caritativas ou com privilégios. As pessoas com deficiência não querem ser objeto de piedade, não querem ser vistas como incapazes ou apenas como pacientes, cujo destino é decidido por profissionais da saúde e da educação. Elas querem, sim, Sr. Presidente, ser reconhecidas como capazes e autônomas,

querem ser donas dos seus destinos e exercitar seus direitos como qualquer outro cidadão. Direitos como o de ir e vir, de ter acesso a informações ou de receber educação.

As adequações necessárias para que as pessoas com deficiência exerçam esses e outros direitos não podem ser encaradas como benesses, mas como meios indispensáveis ao exercício da cidadania e à preservação da dignidade dessas pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Assim, a acessibilidade, no sentido mais amplo da palavra, deve ser uma preocupação constante do Estado e dos demais cidadãos brasileiros por uma questão de equidade, não de caridade.

Fazer com que essa visão se torne comum, que todos entendam que as pessoas com deficiência têm tanto direito ao exercício da cidadania quanto qualquer outro brasileiro é o grande desafio a ser vencido.

Sr. Presidente, nesses quase 40 anos, as pessoas com deficiência deram mostras inequívocas de competência para vencer esse desafio. Começaram uma mobilização de maior vulto no momento mais oportuno, no fim da década de 1970, quando o Brasil iniciava sua reabertura política, e a ONU anunciava, em 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O impulso ganho na virada da década de 1980 resultou nas manifestações de 21 de setembro de 1982, o atual Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Naquele dia, as pessoas com deficiência ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras, para sensibilizar a sociedade e reivindicar seus direitos.

Manifestar-se em 21 de setembro, às vésperas da primavera, não foi coincidência. Em 1982, tudo o que havia era a esperança de que, um dia, os direitos das pessoas com deficiência viessem a ser respeitados. E a primavera é, por excelência, a estação em que se renova a vida, em que surgem as flores, em que brota a esperança. Por isso, a data foi escolhida para as manifestações. Trinta e três primaveras depois, vemos que a esperança se tornou realidade. Os esforços de vocês, senhoras e senhores, são letra vivíssima em nossa Constituição. Aliás, não só na Constituição. A primavera de 2015 chegou mais cedo...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... para aqueles que defendem os direitos dos deficientes. Em 6 de julho deste ano, foi publicada a Lei n° 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Quero aqui abrir um parêntese para cumprimentar mais uma vez o eminente Senador Paulo Paim. Foi ele que, em 2013, apresentou o projeto de lei original, cujo substitutivo viria a se tomar o presente Estatuto.

Além disso, Senador Paim, quero dizer que V. Exª foi um grande defensor, aguerrido, da aprovação dessa lei no Congresso Nacional.

A norma foi fruto de 12 anos de tramitação, recebendo contribuições relevantes da sociedade civil, em especial das pessoas com deficiência. O resultado foi uma lei que visa à inclusão social dos deficientes, garantindo-lhes a cidadania e o exercício de direitos em pé de igualdade com os demais cidadãos.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senhoras e Senhores, mais do que nunca, este 21 de setembro precisa ser comemorado. Precisamos cantar em altas vozes essas vitórias tão importantes, mas sem nos esquecermos de enaltecer quem contribuiu para tais conquistas.

Foi com foco nessas pessoas que o Senado decidiu instituir a Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, um nome que traz prestígio ímpar a esta premiação.

Desnecessário aqui voltar a enfatizar o seu currículo de vida e determinação. Basta dizer que Dorina Nowill, como educadora, líder social e uma das mais atuantes defensoras das pessoas com deficiência neste País, foi uma transformadora da realidade brasileira. Visionária, lutou pela inclusão dos cegos no mercado de trabalho, muito antes de o tema inclusão receber o destaque que tem hoje.

Por esses e outros feitos, por seu posicionamento de vanguarda na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, é natural que a premiação de hoje receba seu nome.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Comenda é uma singela forma de recordar a liderança, a determinação e o espírito inquebrantável dessa grande dama dos direitos humanos.

Em rigor, senhoras e senhores, cada uma dessas agraciadas, a seu modo, mantém de pé a luta pelas pessoas com deficiência, um trabalho longo, árduo, multifacetado e que ainda está longe de terminar.

Quero aqui parabenizá-las e agradecê-las por sua colaboração na melhoria da nossa sociedade. É de gente como vocês, Aracy, Loni, Mara, Maria Luiza, Rosinha e Rosângela, que este País necessita, gente com força de vontade, perseverança e carisma suficientes para concretizar um sonho, para mudar a realidade, para construir uma nação em que haja lugar para todas as pessoas, com ou sem deficiência.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Finalizando, Sr. Presidente, tenho certeza de que, se ainda estivesse entre nós, Dorina Nowill se sentiria honrada e orgulhosa em entregar essa Comenda a vocês pessoalmente.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero aqui parabenizá-lo não só pela sua competência, mas pela sua capacidade e pela sua dedicação, sempre presente.

Aqui, senhoras e senhores, todos os dias, de segunda a sexta-feira – vocês podem vir aqui –, no Cafezinho, antes de abrir o plenário, já está ali o nosso companheiro Paulo Paim, trabalhando, buscando aqui reconhecer o papel de cada brasileiro que tanto faz por este Brasil, principalmente pelas transformações socioeconômicas e ambientais deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Wellington Fagundes, meus cumprimentos.

Há lugar para todos no plenário, tanto à esquerda quanto à direita. Já me informaram – fiquem tranquilos – que o lanchinho está saindo. A moçada já está servindo o lanchinho para todos que estão aqui até agora.

Até porque, pessoal, vamos ter paciência. Não quero perder o encerramento, quando ouviremos a apresentação do Saulo Laucas, que já falou na abertura, mas, no final, ele vai cantar para nós Nessun Dorma, da Ópera Turandot, de Puccini.

Só estou anunciando a todos que teremos ainda o cantor, que veio do Rio de Janeiro com os seus pais. (*Palmas.*)

Eu quero registrar a presença dos pais dele, D. Vanessa e Sr. Erivaldo, que o acompanham neste momento.

Quero reafirmar a posição de que é muito importante para nós ouvi-lo. Eu já o vi outras vezes. Estarei aqui até o final, mas também em homenagem aos pais, que são guerreiros e guerreiras dessa bela história, da caminhada, da vida cada vez melhor, porque assim nós brigamos e queremos para as pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra às homenageadas, de imediato, à nossa querida Luíza Câmara, para a sua saudação.

A SRª LUÍZA CÂMARA – Quero cumprimentar a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, que, quando encontrei, disse que já o conhecia desde 1980, quando estive aqui, em Brasília.

Saúde é um troço danado para se ganhar, Presidente, e eu tinha perdido a minha. Uma estranha doença acometeu meu corpo na minha primeira gravidez.

(Soa a campainha.)

A SRª LUÍZA CÂMARA – Não tenho nem um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ir falando tranquilamente, que aqui o seu tempo vai ser o melhor de todos. Pode crer.

A SRª LUÍZA CÂMARA – Pensei que havia diminuído, porque só falo tudo informalmente, com o coração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai tranquila!

A SRª LUÍZA CÂMARA – Sim. Então, fui para o Hospital Sarah, o Sarinha, em Brasília, e lá eu me deparei com uma enfermaria com 16 mulheres sem andar e uma de homem com 16 homens.

Numa noite, um homem tentou se matar, enforcando-se com lençóis. Chamei a enfermeira, e ela me disse que havia acontecido esse fato. Fiquei sem dormir. Elas o salvaram, e, no outro dia, fiquei perguntando o porquê. Disseram que ele não teria mais virilidade, que estava de casamento marcado e que havia sofrido um acidente.

Mais atônita fiquei. Na visita à médica com meu saudoso e querido amigo Aloysio Campos da Paz – para quem, no meu livro, dedico o poema "Não tem lambris, mas funciona", porque ele dizia que o Sarah não era chique como alguns hospitais, como o de Oxford, onde ele estudou, mas funcionava –, eu disse: "Dr. Campos – ele estava com o *staff,* falando da minha doença –, posso falar alguma coisa com você?" Ele disse: "Pois não." Perguntei: "O senhor soube o que aconteceu aqui ontem?" Ele respondeu: "É lógico, eu sou o diretor do hospi-

tal." Eu disse: "Eu sei, e o senhor vai fazer o quê? Afinal de contas, pessoas só são importantes porque andam?" Ele disse: "Eu estou tão atordoado quanto você. É o primeiro caso que vejo. Você tem alguma ideia?" Eu disse: "Tenho, passar um questionário, conversar, sair um pouco do modelo médico. Eu sou do tempo em que as famílias escondiam – eu sou de Itabuna – as pessoas com deficiência para ninguém vê-las." Ele disse: "Desça à minha sala às 15 horas com o questionário." Uma semana depois, fui a primeira paciente contratada no Hospital Sarah para trabalhar, ainda no leito. (*Palmas.*)

Não conseguia nem rodar a cadeira. Em seguida, quando saímos do risco cirúrgico de convalescença, apareceu no jornal o *show* de Caetano, Gal, Gilberto Gil e Maria Bethânia, no ginásio em Brasília. Eu morei cinco anos aqui. Eu disse: "Dr. Campos, queremos ir para esse *show*. Como é que vai ser? O senhor permite?" Aí, estuda para lá, estuda para cá, permitiu. Fomos seis pessoas. Estávamos em bom estado de saúde.

Quando chegamos à porta do ginásio – o Presidente era o Figueiredo, em 1976 – vi escadas, e estávamos de cadeira. "Como vamos subir as escadas", perguntei às assistentes sociais. "Não sei, nunca saí de cadeira de rodas com ninguém." Eu disse: "Sr. Holanda – o motorista da kombi –, leve-me ali naquele grupo de jornalistas." Cheguei, e o segurança disse: "A senhora não pode passar." Perguntei: "Mas por quê? Aí é uma rampa! Não só vou passar como vou pedir que a kombi entre aí para deixar minhas amigas.""Mas não pode." Aí aquele me tira, não tira. Chamei: "Jornalista, faça o favor. Ajude-me aqui."

Aí ela disse: "Figueiredo está chegando." Aí ela piorou a situação. "A senhora vai ter que sair daí mesmo." Aí eu disse: "Então, você vai botar uma frase minha aí agora, um minuto que eu vou falar." Ela disse: "Não posso, ele já está chegando. Você fala em trinta segundos?" Eu disse: "Falo. Nós somos autoridades em dificuldade." Até hoje essa frase funciona como mote de defesa porque a acessibilidade não é chamar um engenheiro e, como diz a Convenção da ONU, de que o Brasil é signatário: "Nada sobre nós, sem nós". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª LUÍZA CÂMARA – Se se faz a acessibilidade, mas se faz com erros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem mais um minuto para concluir agora.

A SRª LUÍZA CÂMARA – Sim.

Então, eu queria dizer que pisar no chão, no solo com a minha cadeira nesta supremacia do Poder Legislativo, para mim, por mais sonhadora que fosse, era impossível, e hoje eu estou aqui.

Quero agradecer a iniciativa desta Casa com esse sinal de reconhecimento. Nós somos seis, mas garanto que existem umas 600 no Brasil. Estar aqui, para mim, foi um desafio. Há mais ou menos 20 dias eu caí e fraturei o fêmur, mas nada, todas as pedras do meu caminho eu tentei removê-las porque viver não é brincadeira. (*Palmas.*)

Eu não vim aqui de passagem.

Eu fundei um bloco de Carnaval, Me Deixa à Vontade, que é alvo de turistas da Alemanha, de médicos virem fazer pesquisa, e todas as crianças com síndrome de Down – é depoimento das mães – esperam felizes que o ano passe para saírem no bloco porque a sociedade inclusiva abraça a todos e lhes dá condições de viver.

Deficiente é a sociedade que não nos aceita. O preconceito ainda está aí. Dentro de um avião, aeromoças se esquivando porque não sabem como ajudar, não têm cadeira disponível, não têm isso, não têm aquilo. Se a gente ficar em casa, é pior. Vamos nos dar as mãos. Vamos sair. Vamos combater.

Rasguei meu diploma. No último dia que saí do hospital – para me despedir, foi um plenário cheio; fiz UFBA, Biblioteconomia e Comunicação –, rasguei o meu diploma e disse: "É por essa causa que eu vou lutar. É com esse povo que eu quero viver e não sei nada." Como diz o grande teólogo Santo Agostinho, a cada dia que eu trabalho eu digo: "Não fiz nada. Amanhã começarei tudo de novo." Aqui estão dois depoimentos maravilhosos.

Não se cria filho com as pernas, porque eu pari na cadeira de rodas e hoje sou avó de quatro crianças. E até Rosinha me dizia hoje – e muitas mães me dizem – que eu botei todo mundo para namorar, para casar, para dançar, para passar batom.

Levantei questões polêmicas, enfrentei todos os governos de minha terra, sem esquecer de retocar a minha maquiagem. (*Palmas.*)

E mulher da vida é meu título maior, porque abracei a vida em homenagem à minha avó, que dizia... Meu avô disse: "Você não vai levar comida para a Lourdes". Lourdes era uma vizinha grávida. Aí minha avó disse: "Por que não vou?" – eu, assistindo. "Eu vou, sim, porque Lourdes é mulher da vida". Perguntei: "Minha avó, o que é mulher da vida?" Saí de dentro do quarto, e ela me disse: "Sou eu, que faço cocada para sustentar todos vocês".

Então, nós todas somos mulheres da vida, porque a mulher deve ser irresistível aos 20 anos – emoção, ouviu, gente? –, glamourosa aos 30, corajosa aos 40 e inesquecível a vida toda.

E assim sejamos todos nós que engrandecemos este País, que fortalecemos as lutas sociais em prol de uma sociedade pobre, paupérrima, porque só existem três tipos de pessoas com deficiência. Na nomenclatura

médica são cinco, mas, na minha, são: os que lutam – Rosinha, todas nós aqui, as seis – e que vestem a camisa; os que têm poder aquisitivo altíssimo e não precisam de luta, porque têm as melhores tecnologias na sua vida – eu conheço cantores que têm oito cuidadores; quando o pé despenca, eles já têm quem bote no lugar –; e os que não sabem que têm direitos, Senadores, que não sabem nem onde buscar uma cadeira de rodas, que moram nas pirambeiras das periferias, que não sabem onde pegar o remédio de alto custo – e isso dói –, que estão cheios de escaras, como o rapaz que vou visitar lá no Conde, que tomou um tiro numa briga de futebol. Ele está todo de escaras. E a mãe dele olhou para mim e disse: "Meu filho não quer sentar". Eu disse: A senhora não soube do médico que ele não vai andar mais? "Não."

Então, vamos lutar. Vamos fazer algo por este País tão carente de saúde, de educação, de tecnologias assistivas, de um bom transporte, de leis. Não vamos deixar impunes as injustiças. Vamos, sim, lutar por um País melhor, que seremos muito mais felizes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Dedico às minhas filhas estes livros, dedico a todas as mulheres com deficiência.

Um grande abraço.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luíza Câmara. Deu um belíssimo depoimento.

A SRª LUÍZA CÂMARA – Falei rápido para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, um dos melhores do dia. Vou pedir de novo uma salva de palmas para ela, que foi brilhante. (*Palmas.*)

A SRª LUÍZA CÂMARA – Estou às suas ordens.

Podem me convidar. Adoro fazer palestras, não cobro nada. É só me dar a passagem de avião e o hotel.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Valeu. (*Palmas.*)

Eu, de imediato, passo a palavra à minha querida amiga Rosinha da Adefal, que foi fundamental na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Outros tantos também foram, mas, na sua pessoa, eu queria, neste momento, dar uma salva de palmas a todos aqueles militantes anônimos que escreveram o Estatuto.

Quando eu o entreguei, ele tinha algo em torno de 70 artigos, e terminou com mais de 200.

A obra é de vocês. Nós somos só instrumentos.

Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Boa tarde a todos e todas, companheiros, Senadores, Deputados que aqui estiveram, meu Presidente Renan Calheiros, que fez a indicação. Eu disse para a Luíza: não me faça chorar. Mas essa mulher toda vez que fala me faz chorar.

Ela não me ensinou a namorar porque a gente aprende sozinha, mas aquele livro dela me fez reconhecer que eu sou mulher, independente de carregar uma muleta, uma cadeira, uma prótese. Então, essa mulher é uma mulher guerreira, fazendo história, assim como Dorina, assim como essas seis homenageadas que estão aqui hoje.

Eu preparei um discurso e já rasguei. Depois já tentei lembrar aqui escrevendo de novo. Mas, como a Maria Luíza, vou tentar falar com o coração.

Acho que a gente já avançou tanto, Senador – me perdoem os que estiverem aqui atrás de mim –, em termos de legislação, tanto, tanto, tanto, que sempre falo nas minhas palestres que, se eu for juntar os livros das leis brasileiras sobre a pessoa com deficiência e ficar atrás, vai fazer uma parede tão grande que vai me esconder.

Graças a Deus, isso é uma conquista, uma vitória, um avanço. Mas acho que o grande desafio nosso agora é fazer essa lei sair do papel e se tornar realidade. Aquela velha máxima de que tem que fazer a lei pegar. E aí somos todos nós responsáveis por isso. O Legislativo, o Executivo, o Judiciário fazendo a aplicação da lei, o Ministério Público fiscalizando e cobrando, nós pessoas com deficiência nos informando e reivindicando os nossos direitos, as instituições do terceiro setor, as ONGs em todo o Brasil, que são verdadeiros executores da política pública, grandes parceiros. E que o Estado, o Executivo, de forma geral, o Governo entenda que o que tem sido feito no Brasil inteiro é muito mais pelo trabalho dessas ONGs, que merecem, que precisam do reconhecimento e de uma parceria muito mais efetiva para continuar fazendo mais e melhor.

Então, todos nós precisamos estar unidos, cada um no seu papel, fazendo a sua parte. O Legislativo precisa continuar legislando, atualizando a legislação, fazendo o que não é ainda direito virar lei.

Enfim, o Executivo fazendo essas leis serem efetivadas; o Legislativo aplicando a lei; e nós, pessoas com deficiência, e a sociedade, de uma forma geral, buscando verdadeira a inclusão e a acessibilidade plenas.

A gente fala tanto em acessibilidade, em inclusão. Essas palavras são novas. Eu comecei ainda na era da integração; ainda estava na era da normalidade. Queriam nos tornar pessoas sem deficiência.

Imaginem nós, com deficiência física, tínhamos de andar amarrados naquele monte de ferro, tínhamos de andar como um robozinho. A minha mãe está aqui hoje, na Casa, mas não aguentou o frio e foi para o plenário. É uma pena que ela não esteja aqui para me ouvir agora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Vou chorar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Levante-se, por favor. A mamãe está lá, firme! (*Palmas.*)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Agradeço primeiro a Deus, depois à minha família, aqui representada por ela, a meus pais, a meus irmãos, à família toda; ao meu esposo, que não pôde estar aqui; a todos, enfim, que contribuíram para chegarmos a este dia de hoje e recebermos esta homenagem viva, ainda trabalhando e atuando.

Então, eu era da época em que aquela dali me levava em uma bicicleta. Eu caía no meio da rua, voltava para casa, trocava de roupa de novo e voltava para o colégio. Não deixava a peteca cair, como diz a história.

Ela me levava de ônibus, andava quase um quilômetro comigo no braço para fazer a reabilitação. E antes era todo dia. Não eram dois ou três dias na semana; era todo dia. Eu me escondia no guarda-roupa, trancava a porta por dentro e ficava caladinha para passar a hora, porque era tão chato ir todo dia para aquela reabilitação!

E, graças a Deus, todo mundo pegava no meu pé, e eu não deixei de fazer a reabilitação, e hoje estou aqui, reabilitada para a vida, principalmente, mais do que fisicamente. (*Palmas.*)

Então, para concluir – porque sei que as companheiras também têm a sua mensagem para deixar – o que a gente mais precisa fazer para ter a inclusão plena, para ter a acessibilidade de verdade, para se sentir cidadão, pessoa com deficiência... Antes éramos o "aleijadinho", o "mudinho", o "surdinho"...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – ... o "ceguinho", o "doidinho". Agora, somos pessoas com deficiência, cidadãos de direitos, reconhecidos pela lei, e assim queremos verdadeiramente ser, não só na lei, mas de verdade.

Mas, para que isso aconteça, precisamos vencer a principal barreira. Não é remover o batente, não é a falta do elevador, da rampa. Não é só disso que nós precisamos.

Precisamos de muito mais livros acessíveis, como os livros aos quais a Dorina conseguiu fazer com que o Brasil inteiro tivesse acesso; a Libras, que precisa mais ainda ser efetivada, para efetivar a acessibilidade na comunicação; mas é vencer, principalmente, a barreira de atitude. É vencer aquela barreira em que, quando a criança chega no colégio, quando a mãe vai matricular, o diretor diz: "Aqui não tenho condições de receber porque não estou preparado." É quando a gente chega...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – É quando a gente chega no banheiro, num *show* ou em qualquer lugar que não tenha acessibilidade, e ... Até como aconteceu agora, recentemente. Eu estava no interior do Estado, na Conferência da Mulher, porque sou Secretária da Mulher e dos Direitos Humanos no meu Estado. No local onde estávamos fazendo a conferência, havia banheiro acessível, mas o funcionário disse assim: "Não, não posso abrir, porque lá é o depósito do material de limpeza e não vou deixar que vocês mexam." Vejam bem. Isso é barreira de atitude. A gente precisa vencer esse tipo de barreira de atitude.

Então, é para isso que a gente está aqui hoje. É para isso que foi criada esta comenda e tantos outros prêmios Brasil afora, para que a gente tenha visibilidade e faça essa causa de direitos se tornar uma realidade de inclusão.

Muito obrigada a todos. Um beijo no coração. Que Jesus continue abençoando a todos nós e nos dando força para essa grande luta, que não está nem no meio, ainda, infelizmente.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Boa tarde.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rosinha da Adefal, que fez relato aqui de um pedaço da sua vida, da sua história. Uma história linda, que só orgulha aos seus pais, à sua família e a todo o povo brasileiro.

Passo a palavra, agora, à Loni Manica. A Loni foi assessora da CNI; depois, na CNI, disseram que ela se preocupava só com a questão social e de deficiente: "Vai lá assessorar o Paim". Ela disse "eu vou" e veio me assessorar. Depois, acabou o Romário me pedindo, e ela hoje assessora o Senador Romário.

A SRª LONI MANICA – Boa tarde a todas e a todos que estão aqui conosco até este momento, até esta hora.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Senador Paim. Como ele mesmo disse, ele é o "culpado" de eu ter vindo para o Senado, foi quem me trouxe.

Quero fazer um agradecimento especial a Deus, que é o dono de tudo e que tem sempre estado ao meu lado, impressionantemente. Ele é muito poderoso.

Quero agradecer ao Senador Romário pela indicação e também por ele estar me ensinando, diariamente, que a pessoa com deficiência... Para tudo que eu imagino, que eu sonho, que eu penso e que eu quero colocar no papel ele me dá total autonomia. Então, meu agradecimento especial ao meu Senador e aos meus colegas de gabinete, que fazem o meu dia a dia e que fazem com que eu aprimore a todo momento essa vontade, essa luta pelas pessoas com deficiência.

Falar de pessoas com deficiência é falar da minha vida, do meu amor, do que eu gosto, da minha paixão de estudar. Eu virei uma militante, uma pessoa que estuda, uma teórica também, desde que eu nasci, porque eu tinha um irmão com dois anos, com deficiência intelectual.

Foi de mãos dadas com ele, que foi companheiro, em todos os momentos, que eu aprendi, que eu vivi a discriminação diária da pessoa com deficiência. Foi quando eu conheci todas as terminologias, Rosinha, como "louquinho", e todas essas que a gente não quer para a nossa sociedade. Foi ele quem me ensinou muitas coisas. Então, eu quero dedicar este prêmio, esta Comenda, ao meu irmão e aos meus pais, especialmente à minha mãe.

Ela vive essa prática. Eu sou muito mais estudiosa, escrevo livros, preocupo-me em me apoiar nas legislações, mas a minha mãe vive o dia dia. É ela quem cuida, com muito mais de 70 anos, há 53 anos, do meu irmão, diariamente, com um cuidado e um amor incondicional. Ela, inclusive, estava com passagem comprada, mas não pôde estar aqui comigo, porque o meu irmão não está bem. Então, a vida dela e a do meu pai, há 53 anos, é uma dedicação ao meu irmão. Assim, eu dedico esta Comenda a eles.

Quero também dedicá-la ao meu filho, que está com 26 anos, a quem desejo que possa continuar acreditando nas pessoas com deficiência, que possa ter interesse de fazer também a sua parte, nesta vida, para as pessoas com deficiência.

Senador Paim, é um momento muito especial para mim, o senhor sabe disso. Eu já me emocionei várias vezes, durante o Estatuto – houve muitos momentos em que eu pude participar do Estatuto. E estou emocionada de novo, porque eu tenho certeza de que esta Comenda trata de um assunto em que o Brasil está avançando, em que nós estamos crescendo, em que nós estamos diferentes.

Hoje, eu posso afirmar que, em termos de leis, nós não deixamos a desejar a nenhum país de Primeiro Mundo. Gostaria de dizer a todos que aqui estão que a nossa luta é sempre, ela será contínua. E, enquanto eu estiver viva, o que eu puder fazer em prol das pessoas com deficiência, o que estiver ao meu alcance, serei um instrumento de Deus, aqui ou em qualquer outro lugar, para apoiar e poder estar junto dessas pessoas. Se o meu irmão não teve as mesmas chances, outros terão.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Loni Manica, que, com toda a sua emoção, demonstrou o momento bonito por que estamos passando.

Essa história é a de todos nós, porque todos nós vamos ter algum tipo de deficiência. A partir do momento em que vamos envelhecendo, todos nós teremos algum tipo de deficiência.

Eu já tenho as minhas, não vou contar todas aqui, só digo que tomo três, quatro remedinhos todos os dias. Já são algumas deficiências e, entre elas, a pressão, o coração, o ácido úrico, pré-diabetes; essas não deixam de ser pequenas deficiências que a vida me trouxe. E aprendemos muito na elaboração do próprio estatuto.

Quero, com muita alegria também, passar a palavra agora à nossa querida Dr. Aracy Lêdo, que fala aqui em nome da APAE e em nome de todos nós, eu diria.

A APAE faz um trabalho brilhante no Brasil e no mundo. Fizemos um bom debate naquela questão do MEC, da palavra "preferencialmente", e a APAE mostrou todo seu conteúdo, tanto que foi incluída a palavra "preferencialmente".

Uma grande salva de palmas à senhora e à APAE. (*Palmas.*)

A SRª ARACY LÊDO – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, demais membros que compõem a Mesa, filho da nossa representante especial hoje, Dorina Nowill, peço licença por ter vindo aqui, mas precisava falar de frente para a Mesa e de frente também para todos os meus parceiros que se encontram nesta Casa hoje. (*Palmas.*)

Dessa forma, também saúdo demais autoridades presentes; as parceiras agraciadas no dia de hoje – muito importante –; os queridos membros da Federação Nacional das APAEs que se fazem presentes, representando os Estados do Brasil; o nosso querido autodefensor, que também viajou para estar hoje aqui conosco; os meus familiares, representados aqui pelo meu esposo e pelo querido neto; as senhoras e os senhores.

Se eu tivesse que contar uma história, Senador, acho que também o sino ia tocar para mim, porque ia passar do horário. Por isso, resolvi fazer uma fala escrita para não extrapolar tudo aquilo que a gente tem vontade de dizer.

Gostaria de registrar que hoje estamos aqui em comemoração ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Esta data nos reporta, há bem pouco tempo, quando não se falava sobre as pessoas com deficiência, pois não eram reconhecidos nem sequer eram lembrados.

Os movimentos sociais vieram crescendo, as pessoas com deficiência começaram a ocupar os seus espaços e avançaram na busca da cidadania.

Com a promulgação da Convenção da ONU, em 25 de agosto de 2009, o Brasil, no menor espaço de tempo, dois meses apenas, aderiu e passou a integrar esta Convenção.

Hoje, estamos aqui, no Senado, gente! Isso não acontecia antes. E recebemos outro olhar, o que não dizer que os direitos das pessoas com deficiência foram todos atingidos, foram todos respeitados. A nossa luta continua. Temos ainda que acompanhar o Marco Regulatório; a acessibilidade, que é o direito de ir e vir, necessitando um olhar, principalmente, aos passeios públicos; as atitudes dos Poderes; a inclusão social, com dignidade, com direito de escolha da família, evitando a massificação. Não é fechar por fechar, mas abrir espaço para que todos tenham seu direito à inclusão social. E não esquecer de ampliar as parcerias – educação, saúde e assistência social – junto aos governos municipais, estaduais e Federal. Somos e estamos com os braços abertos para as parcerias com todos os Poderes, porque é isso que queremos.

Desta forma, no Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, registramos como referência a participação da Federação Nacional das APAEs, com sua capilaridade, em todos os Estados da União, envolvidos por 2.144 APAEs, onde continuaremos a nossa caminhada, fazendo a defesa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, avançando na busca dos seus direitos. É um trabalho do dia a dia.

(Soa a campainha.)

A SRª ARACY LÊDO – Em nome desta grande instituição, Apae, com 60 anos de história, confirmamos o seu comprometimento. Deixa-nos honrados sermos agraciados com a entrega da Comenda Dorina Nowill.

Os nossos agradecimentos ao Estado de Alagoas, na pessoa do Presidente da Apae de Maceió, Sr. José Luciano de Melo, com a indicação do Senador Fernando Collor de Mello.

A todos que ficaram conosco até este horário, um grande abraço. A nossa luta continua!

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Aracy Lêdo, Presidente da Apae!

Passo a palavra agora à Solange Calmon, que tem um trabalho belíssimo aqui no Congresso e recebeu diversos prêmios em relação às pessoas com deficiência.

A SRª SOLANGE CALMON – Obrigada, Senador Paulo Paim, que neste momento encontra-se como Presidente do Senado. Agradeço ao senhor o uso da palavra e também a indicação do meu nome para concorrer com outras candidatas a este ilustre prêmio. Mais do que uma felicidade para mim, foi uma grande honra recebê-lo.

E eu agradeço principalmente à Dorina Nowill, Doutora, Professora, uma mulher de visão, que ajudou muito as pessoas com deficiência visual, que levou cidadania por meio do seu trabalho e da sua dedicação.

Não vou tomar tempo. Eu gostaria de agradecer o prêmio aos Srs. Senadores, sobretudo pelo respeito ao meu trabalho dentro da Comunicação Social do Senado Federal, como mais uma das jornalistas. Agradeço também à Secretaria de Comunicação, que abriu este espaço, há 11 anos, para o programa. E agradeço, principalmente, a essa parcela da população que muito me estimulou a este trabalho.

Na verdade, eu comecei o Programa Inclusão quando fui fazer leitura para cegos numa escola aqui de Brasília. Eu fui ledora durante oito anos e, nos primeiros anos dessa atividade, eu me apaixonei pelo tema e comecei a ampliar o espaço ao trazer para a Direção da Secretaria de Comunicação Social e da TV Senado a iniciativa desse programa. Há 11 anos, nós o estamos comandando. E, como o senhor falou, com sucesso e com respeito dos nossos telespectadores, mas também, sobretudo e principalmente, pelas pessoas com deficiência.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Meu carinho, meu respeito por V. Exª, que faz um trabalho dignísimo de direitos humanos, resgate de cidadania, de luta pela igualdade de direitos, para todos nós brasileiros.

O senhor é o meu Senador guerreiro.

Muito obrigada. Agradeço a todos por este espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Solange Calmon, obrigado pelas palavras.

Agora, com satisfação, passamos a palavra ao representante da nossa querida Dorina Nowill, o seu filho, que falará em nome não só dele, mas também de toda a família.

Está convidado a usar a tribuna.

Esse é o último orador.

Depois ouviremos o nosso cantor.

O SR. CRISTIANO HUMBERTO NOWILL – Boa tarde! Já se faz tarde.

Agradeço as palavras do Senador Paim e das demais autoridades aqui representadas.

Somos todos filhos de Dorina, somos um pouco mais que os cinco filhos, a família Nowill.

Hoje, estamos em quatro aqui: eu; meu irmão mais velho, Alexandre; minha irmã Dorina; meu irmão menor, Márcio. A Denise não pôde vir.

Mas todos aqui somos um pequeno pedaço do que foi D. Dorina. Hoje Dorina tem milhões de filhos, todos eles têm um pouco da sua luz, da luz que ela trouxe para este mundo. Quando se viu privada da visão, em vez de chorar, virou-se contra o seu algoz e virou o jogo. Virar o jogo é o que vocês todos fizeram nesta vida, todos que lutam contra ou a favor a deficiência, contra as causas que a geram. Mamãe foi sempre uma batalhadora em prol da prevenção da perda de visão. E aprendi isso desde que nasci.

Queria dizer duas, três coisinhas a respeito de Dorina e que fiquem para vocês, homenageadas no dia de hoje.

Mamãe sempre dizia que todo dia é um eterno recomeçar. Isso já foi dito. Ela sempre dizia que a conquista começa quando você fala aos corações das pessoas. Quando você explica, convence o coração das pessoas, tudo começa a se desenvolver. E esse foi o grande trabalho dela. Ela falava para as pessoas, motivava as pessoas e aí elas se tocavam. Mamãe sempre foi uma guerreira no que diz respeito a esse aspecto da motivação. Existem algumas frases maravilhosas que foram ditas por mamãe e sobre ela. Uma delas foi de Helen Keller, que disse, em 1950, em sua visita ao Brasil, que por onde fosse Dorina não haveria escuridão, e para os cegos nunca se preocuparem.

Essa é uma frase maravilhosa, e ela é um pouco para incentivar vocês, que recebem esta homenagem em nome dela, a carregarem essa ideia de sempre continuar.

Eu me lembro dos tempos bicudos da Fundação, quando não sobrava dinheiro para pagar luz, não sobrava dinheiro para pagar nada, quando não tinha passe para os cegos irem para a Fundação, quando era... Desde criancinha a gente ouvia isso, e a mamãe dizia assim: "Vão todos dormir que amanhã a gente recomeça e recomeça de novo." E recomecem, e recomecem e recomecem.

Nós da família estamos muito agradecidos por essa lembrança do nome da mamãe. Ela deixou de ser nossa mãe, passou a ser uma entidade e, agora, passou a ser uma comenda. Ela vai crescendo, crescendo. Ela é um vírus, que vai crescendo e vai se espalhando, e essa é uma das coisas muito boas, e eu sou um filho muito orgulhoso. Trabalho também como voluntário na Fundação, como conselheiro, para perpetuar essa ideia da mamãe, do amor ao próximo, que é a atitude dela.

Mamãe morreu apaixonada pelo meu pai, apaixonada pelo filhos, pelos netos, bisnetos e por tudo o que ela fez na vida. O nome de Dorina se confunde com a palavra amor.

Muito obrigado ao Senado, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Cristiano Humberto Nowill, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Na condição de Vice-Presidente do Senado, eu cumprimento a todos nesta sessão especial e, especialmente, cumprimento o Cristiano Humberto Dowill, filho dessa figura querida que dá nome a esse prêmio, a Srª Dorina Nowill, que, como ele mesmo reconhece, sem falsa modéstia, é parte agora não só da família, mas é parte da sociedade brasileira e dessa causa. Então, eu agradeço a toda família.

E as suas palavras não podiam ser diferentes; elas vieram carregadas do que nós, seres humanos, temos de melhor: o amor, que é o sentimento, é a sensibilidade para as causas da vida.

Eu, inclusive, fiz questão de chegar, porque eu estava em audiência fora do Senado, para também, na condição de membro da Mesa, participar do encerramento.

E, antes de dar a palavra para essa figura muito querida e especial que vai encerrar, que é o nosso Senador Paulo Paim, eu queria agradecer, mais uma vez, a toda a equipe da Gráfica, do Conselho Editorial do Senado, pelo material produzido em braile, que traz o Estatuto, o *folder* e os currículos dos agraciados, e os hinos brasileiros também.

É um material fantástico, produzido pelos profissionais da Gráfica do Senado. Agradeço, inclusive, não só aos que são funcionários permanentes, mas também aos terceirizados que nos ajudam.

Então, antes de termos o encerramento com uma apresentação, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que pediu para, brevemente, usar da tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Jorge Viana, obrigado por ter chegado para que eu pudesse usar a tribuna.

Vou direto dando um abraço, um beijo, mas com muita força mesmo, a cada uma das homenageadas de hoje, e, se fossem homens, eu daria também um abraço e um beijo, porque vocês escrevem parte da mais bela história deste País, que são de 45 milhões de pessoas com deficiência.

Se eu fosse pedir palmas neste momento, eu pediria palmas para todos vocês, mas pediria palmas também para todas as pessoas com deficiência, mas, com muito carinho, para todos os familiares das pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

É para esses que peço palmas.

Palmas para você, Aracy Lêdo.

Palmas para você, Loni Manica.

Palmas para você, Luiza Câmera.

Palmas para você, Rosinha da Adefal.

Palmas para você, Solange Calmon.

Palmas para você, Cristiano Humberto Nowill.

Palmas, palmas com muita força para aquela que eu diria é a principal homenageada de hoje, aquela que está lá de cima nos olhando, palmas para você, Dorina Nowill. (*Palmas.*)

Meus amigos, hoje, de fato, é um dia especial.

Apresentei mais de mil projetos nesta Casa, mas eu diria que, de todos, todos, tenho mais orgulho de alguns: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o 21 de setembro, que é o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, lei também de nossa autoria; e uma outra, meu amigo Fernando Cotta, que é a Lei dos Autistas. (*Palmas.*)

Fernando Cotta, lembro-me, como se fosse hoje, que você, com uma equipe, chegou ao meu gabinete e disse: "Andamos muito. Mandaram procurar você. Será que a gente consegue fazer uma lei para os autistas?"

Então, a Lei dos Autistas, que se chama – e por nós combinado o nome – Lei Berenice Piana, foi construída assim, pela mão de vocês. Nós somos só instrumento.

Que os autistas do Brasil saibam: essa lei é deles, essa lei não tem dono, é Lei dos Autistas. Parabéns a vocês. (*Palmas.*)

Queria também... Vocês estão vendo aquele cidadão, Paulo Becker, ali sentado, de braços cruzados? Olha que eu briguei com esse índio aí. Olha que eu briguei! Porque ele dizia: "Paim, isso aqui não dá, está pouco, o Estatuto está muito longe daquilo que nós queremos, assim não, não, não, não." Escrevemos até artigo um para o outro e brigamos. E hoje ele me abraçou, e eu o abracei, porque o Estatuto só cresceu e chegou, minha querida Rosinha, a esse nível, e hoje é uma lei, porque vocês brigaram. Vocês brigaram. Nós aqui dentro escrevemos, mas vocês brigaram. Foram mais de 1,500 reuniões no País todo, mais de cinco conferências regionais, dezenas e centenas – por que não dizer? – de audiências públicas na Câmara e no Senado. E vocês diziam: "Não é o que nós queremos, nós queremos muito mais. Isso é pouco." Muda aqui, muda ali, e por isso eu tenho que dizer: o Estatuto da Pessoa com Deficiência é de vocês, é obra de vocês.

Palmas, pessoas com deficiência. Palmas, militantes dessa causa belíssima que vocês, com certeza, representam. (*Palmas.*)

Ele não está aqui, mas estava antes, o Aires, o meu amigo Aires, que foi assessor também do Senador Flávio Arns. O Aires estava aí sentado há pouco tempo, Aires Pereira das Neves Júnior, também cadeirante. Ele nos ajudou muito.

Eu queria, nesta minha rapidez da fala, dizer que nós falamos muito do autor, mas eu quero falar de quatro Relatores. Primeiro Relator desse Estatuto, Flávio Arns; segundo Relator, Celso Russomanno; a terceira Relatora – eu digo pela sequência dos anos – foi a nossa querida Mara Gabrilli, para quem eu peço palmas também, cadeirante, que não está aqui. (*Palmas.*)

Foi fundamental. E, por fim, aqui no Senado, o meu amigo que hoje não pôde estar aqui – foi viajar e pediu inclusive que, no meu discurso, eu falasse também por ele –, o Senador Romário, que merece todo o nosso carinho e a nossa salva de palmas. (*Palmas.*)

Meu querido Jorge Viana, aqui há um discurso que eu vou deixar para os *Anais* da Casa, porque é uma data histórica.

Mas eu quero só terminar, elogiando aquele moço que está lá, de óculos escuros.

Luciano, levante aí, Luciano! Levante, Luciano.

O Luciano é meu assessor há mais de dez anos. O Luciano é deficiente visual. (*Palmas.*)

Luciano, não vou ler todo o discurso, mas vou ler a poesia final, como forma de homenagem. Eu li essa poesia no dia 21 de setembro. Aí comecei a ler e a receber mensagem de todo lado, o Twitter tocava ali, e eu lendo a poesia aqui. Diziam: "Mas, que bela poesia, Senador! Parabéns, arrasou! Leia de novo". Aí eu disse que leria no final. A poesia não é minha, a poesia tem nome, a poesia é obra do Luciano. Ele escreve inúmeras poesias, mas ouçam esta que ele fez especialmente para o dia 21 de setembro, para esta sessão em homenagem ao Estatuto. Termino lendo um poema do meu assessor, está escrito aqui, Luciano Ambrósio. Luciano, permita-me que eu elogie também o Santos Fagundes – vocês conhecem –, outro deficiente visual, que é meu chefe de gabinete no Rio Grande do Sul. Elogio os dois, como elogio todos vocês. (*Palmas.*)

Diz o Luciano, na poesia:

QUANDO É PRIMAVERA
Quando é primavera
As manhãs cabem na alma
O verde, as flores tomam-na inteira
E a poesia corre serena
Como um rio em seu leito
Rumando ao mar.
O inverno já descansou a terra
E setembro nos chega como um riso de criança
O sol da tarde, depois de um dia de chuva
Vem como um presente pra quem soube bem esperar.

Não houve tempo que se perdeu
E nem trabalho sem valor
Aprendemos pela própria jornada
A ouvir, falar ou calar
E agora temos por conquista
O que antes fora promessa.

Hoje é dia de luta?
É dia de vitória
De reflexão
É dia de começarmos outro caminho
De nos entregarmos a outros sonhos
E descobrir o ser humano verdadeiro, essencial e divino que há em nós
É tempo de nos abrirmos como as cores e florescer,
De receber o vento e perfumar o ar com o frescor das forças eternamente renovadoras do universo

Vamos todos saudar a chegada da primavera
Vamos todos saudar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
A chegada do Estatuto
Um viva à luta e ao sonho
Um viva a essa demonstração de maturidade democrática
Um viva às nossas diferenças que nos igualam e identificam como seres humanos
Viva!!!
(Luciano Ambrósio, deficiente visual)

Uma salva de palmas a todos os presentes aqui e agora!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É a parte do encerramento dele.

Ele pede uma salva de palmas a todos os presentes. (*Palmas.*)

Luciano, estou lendo por você, mas eu quero que todas as pessoas com deficiência, e não só visual, sintam-se homenageadas nessa poesia que termina.

No fim, ele diz: "Uma salva de palmas a todos os presentes. Uma salva de palmas a todas as pessoas com deficiência. Uma salva de palmas à sensibilidade. Uma salva de palmas à vida. Uma salva de palmas aos direitos humanos, aos caminhos que estão abertos para trilharmos, para alcançarmos os horizontes e construirmos a realidade que nós queremos".

Viva 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Viva o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Viva todo o povo brasileiro! Viva a democracia! Viva a liberdade! Viva a justiça! E um viva...

(Interrupção do som.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento todos.

O Senador Paulo Paim é uma das figuras mais incríveis, uma das figuras humanas mais interessantes que nós temos na política brasileira. Ele ajuda a humanizar a política. E muito do desprestígio que a política experimenta é porque ela está desumanizada. Ela fica mais vinculada aos negócios. E uma sessão como esta nos faz viver algo que é a essência da vida que nós todos temos, que são as relações, que é o olhar para o outro, especialmente para o outro que tem alguma necessidade especial.

Então, eu queria dizer da minha honra de estar aqui presidindo.

Quero cumprimentar as agraciadas e dizer a todos que nós estamos na primeira edição desta Comenda Dorina Nowill, que agora é parte da história. Com a Comenda, nós vamos sempre celebrar algum reconhecimento por aqueles que fazem um trabalho diferenciado por esta causa que é tão importante para todos nós.

Eu não quero que fique parecendo o que não é, mas eu tive um problema de saúde, e os médicos tiveram de danificar meu aparelho auditivo. Então, sempre que posso, estou sempre vigilante por esta causa não só antes, mas também recentemente. Esse tipo de operação que eu vivi não havia no Acre, eu tive de recorrer a São Paulo. O que adotei como medida foi levar esse tipo de tratamento ao Acre para que outros, que tiveram o mesmo risco que eu, também pudessem acessá-lo.

Se nós tivéssemos um pouco mais disto – preocupar-nos com os outros, com as relações humanas –, certamente, este mundo não enfrentaria os dramas que enfrenta hoje, como a questão dos refugiados na Europa, a questão de exclusão de muitas famílias inteiras, de regiões em países inteiro.

Do fundo do coração, eu queria cumprimentar todos, a figura do colega Senador Paim, a família e os agraciados.

Agora, já na fase final, eu queria pedir – para encerrar do melhor jeito, com sentimento, com talento, com base em nossa cultura, vindo de uma pessoa que mostra isso, mesmo com os desafios que a vida, de alguma maneira, impôs a ele e a sua família – para que Saulo Laucas pudesse nos apresentar Nessun Dorma, ópera Turandot, de Puccini. Eu acho que os que organizaram a sessão não podiam encontrar maneira melhor de encerrarmos a sessão. Então, por favor, Saulo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caros convidados e demais presentes.

Estamos aqui para celebrar aqueles que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência.

Esta Sessão Especial Conjunta quer celebrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e a entrega da Comenda Dorina Nowil.

Srªs e Srs. Senadores, o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência foi instituído pela lei 11.133 de 2005, e nasceu de um projeto de lei que eu apresentei nesta Casa em 2003.

Creio que vale a pena relembrar que o 21 de setembro não foi escolhido por acaso. A opção pela data relaciona-se com a chegada da primavera, o renascer das flores e da esperança.

Sr. Presidente, o 21 de setembro carrega em si uma forte simbologia, mas neste ano ele tem um significado ainda maior, afinal foi sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Este estatuto é originário do PLS 6/2003, também apresentado por mim, fruto de uma demanda da sociedade, e que se tornou a Lei 13146 de 2015.

Para não me estender muito, vou ratificar 3 pontos que tenho destacado porque considero-os as maiores contribuições do Estatuto.

1 - Punições

O Estatuto estabelece punições para quem descumprir a legislação pertinente.

Leis anteriores não previam, com o mesmo rigor, qualquer punição diante do descumprimento da lei. O Estatuto é bastante incisivo nesta questão.

2 - Auxílio Inclusão

Este auxílio passou a ser inserido no ordenamento jurídico brasileiro a partir da aprovação do Estatuto.

Ele funciona da seguinte forma:

Hoje, a pessoa com deficiência que não possuir renda mínima superior a um quarto do salário mínimo recebe o benefício de prestação continuada (BPC).

O Auxílio Inclusão será uma espécie de plus no salário da pessoa com deficiência que entrar no mercado de trabalho.

Porque isso? Com relação a esse assunto, eu tenho ouvido muitos depoimentos de pessoas com deficiência que recebem o BPC e não se sentem estimuladas a buscar o mercado de trabalho, pois terão que abrir mão do benefício.

O Auxílio Inclusão surge, então, como um incentivo para que essas pessoas se sintam encorajadas a buscar um trabalho.

Então vejamos, com mais pessoas com deficiência entrando no mundo do trabalho teremos mais pessoas saindo da condição de beneficiários da Assistência Social e passando a ser contribuintes da Previdência.

3 - Tomada de Decisão Apoiada

Já a Tomada de Decisão Apoiada é um dispositivo legal introduzido pelo Estatuto no âmbito do Código Civil brasileiro.

Este dispositivo permite que a pessoa com deficiência intelectual escolha uma ou mais pessoas de sua confiança para que lhe dê suporte na tomada de decisões sobre atos da vida civil.

Srªs e Srs. Senadores, eu me refiro ao mecanismo da Tomada de Decisão Apoiada como um dos maiores avanços do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois é através desse instrumento que a pessoa com deficiência intelectual poderá libertar-se de um processo atávico que sempre a colocou numa condição inferior, vulnerável, sendo vista como incapaz de tomar decisões, de fazer suas próprias escolhas.

Meus caros Colegas Senadores e Senadoras, é preciso sempre lembrar que a Deficiência é um tema que tem recebido atenção do Estado e da sociedade apenas em um período bastante recente de nossa história.

A legislação, nessa área, tem avançado especialmente nos últimos 25 anos. Neste sentido podemos citar as inovações trazidas com a Constituição Federal, as cotas para o serviço público, a reserva de vagas na iniciativa privada.

Isso sem falar na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ela e o Estatuto da Pessoa com Deficiência caminharam juntos e, muitas vezes se mesclaram, até que em julho deste ano o Estatuto foi sancionado pela presidência.

Com isto quero dizer que a consciência da sociedade sobre os direitos dessa parcela da população é algo que, aos poucos, está evoluindo.

Gradativamente estamos ampliando direitos e as pessoas com deficiência estão conseguindo maior espaço e obtendo melhores condições de vida.

No entanto, Sr. Presidente, ainda temos uma boa caminhada a fazer. Ainda é preciso que alguns direitos sejam garantidos.

Para exemplificar, cito: adoção do desenho universal; cotas para o ingresso em instituições de ensino superior; incentivar as pequenas empresas a darem a sua contribuição para a empregabilidade da pessoa com deficiência; dar prioridade na tramitação processual judicial e administrativa; incluir os surdos na isenção de IPI para a compra de veículos e adaptação de veículos em autoescolas para o treinamento de pessoas com deficiência.

Meus nobres Pares, é como eu disse anteriormente, a legislação tem avançado aos poucos.

Os princípios nela contidos serão consolidados na medida em que a sociedade for se apropriando de seus conceitos e incorporando esses novos olhares em suas ações.

Então, essa é a convocação que faço: Vamos fazer com que o Estatuto chegue ao mundo do trabalho, às instituições e à sociedade civil.

Vamos fazer cumprir as cotas nas empresas, vamos construir as cidades com acessibilidade, vamos dar instrumentação e abrir escolas e universidades para as pessoas com deficiência.

Vamos disseminar a inclusão e transformar em hábito a prática da não discriminação.

Sr. Presidente, incluir é não discriminar, é recepcionar o outro, abrir-se, ombrear com ele na construção de um novo modelo de sociedade.

Uma sociedade em que o direito de um é a demanda de todos.

Neste sentido, Srªs e Srs., quero fazer uma homenagem àqueles que buscam fazer dessas palavras uma realidade.

Deste modo vou falar sobre aquelas pessoas que, de forma anônima e voluntária, fazem a diferença.

Imbuídas de um alto grau de sensibilidade e consciência social, essas pessoas fazem parte de ONGs, institutos, associações ou até mesmo atuam de forma independente em favor das pessoas com deficiência.

Seja por intermédio da prática de esporte, das artes, da educação continuada, o que está sendo promovido por estes homens e mulheres, jovens e idosos, pais e mães é a mais pura inclusão social.

Quero apenas citar alguns trabalhos que vão nessa linha:

Inicialmente gostaria de falar do Clube do Ledor, um grupo que reúne cerca de 80 voluntários dos mais variados perfis profissionais.

O Clube funciona no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais(CEEDV), em Brasília e atua na leitura de apoio a deficientes visuais, ajudando-os em estudos escolares, preparação para vestibulares e concursos públicos, ou simplesmente para informações gerais.

Outra iniciativa importante foi a que originou a criação do instituto OPEN DOOR.

O instituto foi idealizado por Gustavo Pimenta e oferece gratuitamente cursos de inglês e informática para pessoas com deficiência carentes.

Também não posso deixar de falar de uma iniciativa proporcionada pela tecnologia, estou falando do Be my eyes (seja meus olhos).

Por meio deste aplicativo, deficientes visuais podem contar com a ajuda de pessoas que enxergam e que as ajudam, voluntariamente, a realizar atividades do dia a dia.

Sr. Presidente, para coroar estas homenagens, quero falar de uma iniciativa que me deixou emocionado.

Quero falar sobre dois meninos de Curitiba, os meninos do suco. É assim que ficaram conhecidos Guilherme e Artur, de 11 e 12 anos.

Os meninos ficaram sabendo, pela televisão, de uma idosa que vivia em um abrigo e necessitava de uma cadeira de rodas de banho e fraldas geriátricas.

Sensibilizados pela situação, Guilherme e Artur quiseram fazer algo para ajudar. Foi então que tiveram a ideia de fazer refresco para vender e conseguir dinheiro.

Um dos meninos conseguiu dois reais com a mãe e comprou um pacote de Ki-Suco. Depois ambos foram para a frente de casa com uma tábua de passar, a jarra de suco, os copos e um cartaz que explicava o objetivo da empreitada.

Até o fim daquele dia, Guilherme e Artur, tinham conseguido apenas 17 reais, foi quando uma vizinha, tirou uma foto com o celular e postou no FACEBOOK.

A iniciativa dos meninos do suco conquistou milhares de pessoas e, no dia seguinte, já havia dinheiro suficiente para comprar não só a cadeira de rodas e as fraldas para a idosa, mas para ajudar aquele e outros abrigos da cidade.

Empolgados pelo sucesso que fizeram nas redes sociais, Artur e Guilherme pretendem ajudar outras instituições.

Sr. Presidente, esses exemplos tornam o dia de hoje para lá de especial. Bons ares!

Eu vou concluir minha fala, saudando a chegada da primavera e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência da maneira que eu mais gosto, com um poema:

QUANDO É PRIMAVERA
Quando é primavera
As manhãs cabem na alma
O verde, as flores tomam-na inteira
E a poesia corre serena
Como um rio em seu leito
Rumando ao mar.
O inverno já descansou a terra

E setembro nos chega como um riso de criança
O sol da tarde, depois de um dia de chuva
Vem como um presente pra quem soube bem esperar.

Não houve tempo que se perdeu
E nem trabalho sem valor
Aprendemos pela própria jornada
A ouvir, falar ou calar
E agora temos por conquista
O que antes fora promessa.

Hoje é dia de luta?
É dia de vitória
De reflexão
É dia de começarmos outro caminho
De nos entregarmos a outros sonhos
E descobrir o ser humano verdadeiro, essencial e divino que há em nós

É tempo de nos abrirmos como as cores e florescer,
De receber o vento e perfumar o ar com o frescor das forças eternamente renovadoras do universo

Vamos todos saudar a chegada da primavera
Vamos todos saudar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência
A chegada do Estatuto
Um viva à luta e ao sonho
Um viva a essa demonstração de maturidade democrática
Um viva às nossas diferenças que nos igualam e identificam como seres humanos

Viva!
Era o que tinha a dizer.

O SR. SAULO LAUCAS PEREIRA – Eu vou cantar para a homenageada Dorina Nowill.

(Procede-se à execução de música).

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria dizer ao Saulo Laucas que todos o aplaudimos de pé e ficamos felizes de vê-lo acompanhado de seus familiares, de seus pais.

A Presidência agradece as autoridades, as agraciadas, os filhos da Srª Dorina Nowill, os servidores do Senado, os terceirizados, que foram convidados pela Presidência da Casa para esta sessão, e todos os que nos honraram com suas presenças.

Está encerrada a presente sessão.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 51 minutos.)

Ata da 168ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 24 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Lasier Martins, Reguffe e Raimundo Lira.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 36 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

168ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 24/09/2015 07:00:00 até 24/09/2015 20:35:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X

Compareceram 64 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PROJETOS DE LEI DO SENADO

SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 644, DE 2015

Dispõe sobre o exercício da profissão da dança.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Podem exercer o ofício de Profissional da Dança:

I – os possuidores de diploma de curso superior de dança, reconhecido na forma da lei;

II – os possuidores de diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais em curso técnico de dança reconhecido na forma da lei;

III – os possuidores de diploma de curso superior de dança, expedido por instituição de ensino superior estrangeira e revalidado na forma da legislação em vigor;

IV – os possuidores de atestado de capacitação profissional fornecido pelos órgãos competentes, conforme regulamento;

V– os trabalhadores que, à data de publicação desta Lei, exerçam a atividade de Profissional da Dança, em qualquer de suas modalidades.

Art. 2º Compete ao Profissional da Dança exercer as atividades de coreógrafo, auxiliar de coreógrafo, bailarino, dançarino ou intérprete-criador, diretor de dança, diretor de ensaio, diretor de movimento, dramaturgo de dança, ensaiador de dança, professor de curso livre de dança, *maitre de ballet* ou professor de *ballet*, crítico de dança, curador, diretor de espetáculos de dança, bem como planejar, coordenar e supervisionar trabalhos, planos e projetos e prestar serviços de consultoria na área da dança.

Art. 3º É livre o exercício das atividades previstas nesta Lei, sendo vedada a exigência de inscrição do Profissional da Dança em conselhos de fiscalização do exercício profissional de outras categorias.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Lei às pessoas físicas ou jurídicas que agenciem o trabalho ou que tenham a seu serviço, em caráter transitório ou permanente, Profissionais de Dança para realização de espetáculos, programas, produções ou mensagens publicitárias.

Art. 5º Além do previsto na legislação, o contrato de trabalho do Profissional da Dança também conterá, obrigatoriamente:

I – título do projeto, espetáculo ou produção, ainda que provisório, no caso de contrato por tempo determinado;

II – locais onde atuará o contratado, inclusive os opcionais;

III – jornada de trabalho, com especificação do horário e intervalo de repouso;

IV – disposição sobre eventual inclusão do nome do contratado no crédito de apresentação, cartazes, impressos e programas;

V – estipulação sobre viagens e deslocamentos;

VI – período de realização de trabalhos complementares, quando posteriores à execução do trabalho de interpretação objeto do contrato;

VII – cláusula relativa ao pagamento de adicional, devido em caso de deslocamento para prestação de serviço fora da cidade ajustada no contrato de trabalho.

Art. 6º Eventual cláusula de exclusividade não impedirá o profissional de prestar serviços a outro empregador em atividade diversa da ajustada no contrato de trabalho, desde que não se caracterize prejuízo para o contratante.

Art. 7º É vedada a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único. Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra.

Art. 8º A jornada de trabalho dos profissionais de que trata esta Lei terá a duração de seis horas diárias, com limitação de trinta horas semanais.

§ 1º O trabalho prestado além das limitações diárias ou semanais previstas neste artigo será considerado extraordinário, aplicando-se-lhe o disposto nos arts. 59 a 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 2º A jornada normal será dividida em dois períodos não excedentes de quatro horas, respeitado o intervalo previsto na CLT.

§ 3º Nos espetáculos, desde que sua natureza ou tradição o exijam, o intervalo poderá, em benefício do rendimento artístico, ser superior ao disposto no art. 71 da CLT.

§ 4º Será considerado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador, inclusive o período destinado a ensaios, gravações, fotografias, caracterização e todo aquele em que se exija a presença do profissional, assim como o destinado a preparação do ambiente, em termos de cenografia, iluminação e montagem de equipamento.

§ 5º Para o profissional integrante de companhias e grupos, a jornada de trabalho poderá ser de oito horas durante o período de ensaio, respeitado o intervalo previsto no art. 71 da CLT.

Art. 9º Na hipótese de trabalho executado em município distinto daquele determinado no contrato de trabalho, correrão à conta do empregador, se necessário, as despesas de transporte e de alimentação e hospedagem incorridas até o retorno.

Art. 10. É livre a criação interpretativa do Profissional da Dança, respeitado o argumento da obra.

Art. 11. O fornecimento de guarda-roupa e demais recursos indispensáveis ao cumprimento das tarefas contratuais é de responsabilidade do empregador.

Art. 12. O Profissional da Dança não pode ser obrigado a interpretar ou participar de trabalho que possa colocar em risco sua integridade física ou moral.

Art. 13. Os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e consequente vaga nas escolas públicas locais de ensino básico, e autorizada nas escolas particulares, mediante apresentação de certificado da escola de origem.

Art. 14. Aplicam-se aos Profissionais da Dança as demais normas da legislação do trabalho, no que não contrariar esta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresentamos é fruto da articulação profissional de inúmeros artistas que desejam a melhoria das condições de trabalho e o devido reconhecimento profissional.

Trata-se de uma proposta para discussão e deliberação do Congresso Nacional, que terá a oportunidade de se aprofundar sobre este ramo da cultura e das artes que é a dança, em todas as suas expressões.

A atividade de dança não se restringe à cultura. Representa patrimônio imaterial importante para um país e deve ser tratada em legislação específica, com reconhecimento e valorização da obra e dos direitos autorais de artistas. Além disso, tem relevante repercussão econômica e é uma das expressões do desenvolvimento de um País.

Por essas razões, e por entendemos que a discussão da presente proposição oportunizará o debate sobre um importante setor da cultura brasileira, esperamos pela sua aprovação, com eventuais contribuições das Senhoras e dos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões.

Senador **WALTER PINHEIRO**

LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - 5452/43
artigo 71

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 645, DE 2015

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, substitui o termo “indiciado” por “investigado” e revoga o §6º do artigo 2º da Lei 12.830, de 20 de junho de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Nos seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal substituir-se-á o termo “indiciado” por “investigado”: art. 5º, §1º alínea “b”; art. 6º, incisos V, VIII e IX; art. 10, caput e §3º; art. 14; art.15; art. 21; art. 23; art. 125; art. 134; art. 137, §2º; art. 282, inciso II; art. 317; art. 319, incisos II e III; art. 320.

Art. 2º No art. 405, §1º do Decreto-Lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal suprimir-se-á o termo “indiciado”.

Art. 3º Fica revogado o §6º do artigo 2º da Lei 12.830 de 20 de junho de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

O termo “indiciado” constante dos dispositivos mencionados do Código de Processo Penal tem servido de sustentáculo para a realização de um procedimento denominado indiciamento, enraizado na prática policial brasileira e efetivado durante as investigações realizadas no curso do Inquérito Policial, procedimento este, que não dispõe de regramento no ordenamento jurídico pátrio, e frente à leitura constitucional do processo penal, o indiciamento policial carece de suporte jurídico válido.

Salta aos olhos a desnecessidade da aplicação do instrumento quando se pondera entre a sua utilidade na persecução penal e as desproporcionais consequências negativas trazidas para o patrimônio moral do indivíduo atingido com a situação jurídica do indiciamento. Assim, a análise garantista do tema demonstra a exigência da exclusão do indiciamento da persecução penal brasileira.

A persecução penal prevê uma fase preliminar ao processo penal para que sejam colecionados os indícios da autoria e demonstrada a materialidade do crime. O

Inquérito Policial é o instrumento prévio que busca preparar o campo para que a ação penal não seja precipitada e evite acusações temerárias.

Após a Constituição de 1988 o Inquérito Policial deve ser visto sob o prisma garantista, que o defenda de deturpações históricas, minimize as distorções da discricionariedade estatal e o sustente como instrumento de realização dos direitos fundamentais do indivíduo.

Dentro deste contexto, a análise de adequação constitucional do Inquérito Policial revela a existência de institutos atávicos, desnecessários, danosos às liberdades públicas e sem fundamentação jurídica.

Embora renasça a cada manhã na prática policial brasileira e resista a críticas racionais comprometidas com a constitucionalização do processo penal, o ato administrativo do indiciamento policial se destaca como um daqueles males retrógrados, apontados pela doutrina como parte de um sistema superado e ineficiente.

Na atual sistemática processual penal e por meio do indiciamento no Inquérito Policial, todo indivíduo investigado, em que pese a inexistência de previsão legal expressa, pode ter sua situação jurídica alterada em seu desfavor com consequências negativas diversas.

No desenvolver da atividade investigativa, o presidente do Inquérito Policial, coleciona informações que podem apontar a responsabilidade da infração penal para certa pessoa. Os “sinais que atribuam a provável autoria do crime a determinado, ou determinados “suspeitos” são denominados indícios.

Para Fernando Capez, o indiciamento é “a imputação a alguém, no Inquérito Policial, da pratica de ilícito penal, sempre que houver indícios de sua autoria” A autoridade policial demonstra com a indiciação formal do investigado que sobre ele recai a probabilidade da autoria da infração penal.

Por alterar a situação jurídica do investigado com relevantes consequências para este, e ser desnecessário e irrelevante na persecutio criminis, o indiciamento ou indiciação merece uma análise sobre sua compatibilidade no cenário das liberdades públicas abrigadas pelo atual texto constitucional.

O indiciamento policial é expressamente citado nos seguintes artigos do Código de Processo Penal art. 5º, §1º alínea “b”; art. 6º, incisos V, VIII e IX; art. 10, caput e §3º; art. 14; art.15; art. 21; art. 23; art. 125; art. 134; art. 137, §2º; art. 282, inciso II; art. 317; art. 319, incisos II e III; art. 320e art. 405, §1º, bem como no §6º do artigo 2º da Lei 12.830 de 20 de junho de 2013, sem, contudo, receber do legislador atual contorno definido de seus limites e momento preciso de sua efetivação.

Aury Lopes Junior percebeu a carência de uma regulação precisa do indiciamento e assim expôs a questão

> O Código de Processo Penal não define de forma clara quando uma pessoa passa a ser considerada indiciada e tampouco estipula claramente que consequências endoprocedimentais produz o indiciamento(...). Entre os maiores problemas do Inquérito Policial está a falta de um indiciamento formal, com momento e forma em lei.

A tentativa doutrinária de situar o indiciamento no cenário processual penal brasileiro, e fundamentar sua figura referenciada pelo legislador, não afugenta críticas pertinentes quanto a sua indefinição e falta de base jurídica precisa. Neste sentido, os comentários de Fauzi Hassan Chouke, para quem

> Pode-se, inicialmente, indagar qual a sua fundamentação jurídica, na medida em que o nosso Código de Processo penal em momento algum disciplina seu funcionamento, muito embora reiteradas vezes faça referência à expressão “indiciado”. Pode-se questionar, ainda ante a ausência de definição legal expressa, qual a razão de sua existência, na medida em que não traz qualquer consequência endoprocessual.

Para Johhny Batista Guimarães

> A condição jurídica de indiciado, citada de forma esparsa no atual Código de Processo Penal, não é sequer citado pela Carta Constitucional, ao contrário, há princípios constitucionais expressos que parecem repelir a ideia do indiciamento policial nos moldes do existente no Brasil.

Os Incisos X, LIV e LVII do art. 5º da Constituição Federal demonstram que, em que pesem as citações legais esparsas do indiciamento no Código de Processo Penal ou mesmo sua tratativa condensada no Projeto do Código de Processo Penal em tramitação (PLS 156/2009), a Constituição federal não admite qualquer ação do Estado que traga prejuízo ao indivíduo sem o devido processo legal, e é inflexível ao nomear como inviolável a honra e a imagem das pessoas, além de repelir qualquer ataque sobre o princípio da presunção de inocência.

Se mesmo a denúncia recebida regularmente traz ínsita a incerteza em sua valoração, como aceitar uma apreciação inapelável (unilateral e acrítica, com efeitos negativos diversos) ainda na fase administrativa (policial) da persecução penal.

Por lógica, se a própria opinio dilictido Ministério Público inaugura um questionamento sobre seu acerto e razoabilidade, inclusive sobre a correta tipificação legal, não parece correto que o indiciamento grave na vida pregressa do indivíduo uma certeza inquestionável, ferindo irrefutavelmente a presunção de inocência que todos tem garantido.

Além da falta de previsão legal do indiciamento, a sedimentada inadmissibilidade de recurso do preceito fere o princípio da legalidade. Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o princípio da legalidade é o que melhor enquadra a ideia de que a vontade da Administração é a que decorre da lei. Sendo assim, é também o princípio da legalidade que estabelece os limites da atuação administrativa, só admitindo restrição ao exercício de direitos quando em benefício da coletividade e expressamente prevista.

Aplicado cotidianamente nos atos de persecução penal, ainda que sem previsão e contorno legal expresso, o indiciamento é caracterizado pela inadmissão de recurso na via administrativa, e diante de tal irrecorribilidade, o próprio controle da legalidade dos atos da Administração se vê impossibilitado. Sem a possibilidade do recurso administrativo, a aplicação e leitura dos dispositivos legais ficam à mercê da livre interpretação da autoridade administrativa, sem oportunidade de questionamento de seu acerto e pertinência.

A formalização do indiciamento envolve a qualificação pormenorizada do indiciado, inclusive com o preenchimento do atávico boletim de vida pregressa. O dissabor enfrentado em tal ato é muitas vezes proporcional à idoneidade moral do infringido, que se vê vítima de uma formalização inútil, eternizada em regramentos ultrapassados e esquecidos nos corredores das instruções normativas policiais. Apesar das críticas que recebe da doutrina, que o considera mais um ato desnecessário e constrangedor dos muitos que cercam e decorrem da figura do indiciamento, o boletim de vida pregressa sobrevive e persiste.

Importante notar que com a formalização do indiciamento nasce também a inclusão no banco de dados policiais, e embora seja expressamente proibida a divulgação do indiciamento (art. 20 do Código de Processo Penal), inclusive no atestado de antecedentes, a inclusão do indiciamento no sistema policial marca pejorativamente o histórico do indivíduo.

Não são raras as vezes em que, após a sentença penal absolutória, permanece na folha de antecedentes criminais do indivíduo o registro do indiciamento. O ato de natureza precária acaba se tornando uma violação perpétua de direitos constitucionais consagrados.

A tendência garantista que areja o Supremo Tribunal Federal não compactua com preceitos conservadores como o citado. Há na Suprema Corte crescente corrente constitucionalista que inadmite os registros na folha de antecedentes como parâmetro para a caracterização de maus antecedentes, justamente por violação frontal ao princípio da presunção de inocência. Decisões no sentido de negar carga valorativa ao indiciamento policial para análise dos maus antecedentes do indivíduo demonstram a inutilidade do instituto que, sob a ótica constitucional, não se sustenta. O indiciamento constrange o indivíduo a uma situação jurídica desfavorável, por decisão incontestável e sem finalidade legítima.

Ao questionar-se o amparo jurídico do indiciamento e suas consequências no patrimônio individual do investigado, percebe-se que este não apresenta utilidade alguma para a persecução penal.

Após as investigações policiais, o caderno apuratório segue para o Ministério Público, titular da opinio delicti, sendo certo que este não está de forma alguma atrelado à convicção da autoridade policial e poderá denunciar o investigado que não sofrera o decréscimo do indiciamento, ou por outro lado, não denunciar o indiciado.

Observa-se que a capitulação penal imputada pela autoridade no ato de indiciamento, por óbvio, não tem razão legítima de existência, já que não vincula o Ministério Público, tampouco o Judiciário. Acredita-se que tal capitulação, além de trazer danos ao patrimônio moral do indiciado, não cumpre outra função senão catalogar os indivíduos inquinados para razões de estatísticas policiais.

Parte da doutrina defende a opinião de que justamente por não apresentar finalidade justificável, o indiciamento não pode perdurar sendo uma ferramenta de constrangimento e proteção de interesses menores, tais como o exercício de poder desmotivado e sem controle nas mãos de autoridades policiais ou resposta rápida e simplória à demanda social pela segurança pública.

Os motivos da persistência do indiciamento no cenário processual brasileiro talvez sejam encontrados em deturpações históricas dos institutos da persecutio criminis, no corporativismo instalado em algumas instituições, na inércia legislativa constitucionalizante ou na facilidade com que o indiciamento se apresenta para apontar um culpado para o ato criminoso. No entanto, nenhum motivo deve se sobrepujar as liberdades públicas constitucionalmente garantidas e nem mesmo medir forças com a racionalidade crítica que deve imperar na proteção da liberdade individual contra o arbítrio estatal.

Diante do exposto, face a relevância social do Projeto de Lei que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Parlamentares a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MEDEIROS**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
- inciso X do artigo 5º
- inciso LIV do artigo 5º
- inciso LVII do artigo 5º

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - CODIGO DE PROCESSO PENAL - 3689/41
- parágrafo 1º do artigo 405

Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013 - 12830/13
- parágrafo 6º do artigo 2º

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

COMUNICAÇÃO

A Presidência designa o Senador Lasier Martins para integrar como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol-2015, nos termos do **Ofício 121, de 2015.**

É o seguinte o ofício:

SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 121/2015 – GLDBAG

Brasília, 23 setembro de 2015

À Publicação
Em 24/9/2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Lasier Martins** como suplente para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito denominada "CPI do Futebol".

Senador Humberto Costa
Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Recebido em 24/9/15
Hora: 10:26
Juliana Amorim – Matr. 302809
SCLSF/SGM

RECURSO

Recebido o **Recurso nº 6, de 2015**, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011**.

É o seguinte o recurso:

RECURSO Nº 06,DE 2015

Exmº. Sr. Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 554/2011, que *altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante*, deliberado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, o Código de Processo Penal foi editado pelo Decreto-Lei nº 3.869, de 3 de outubro de 1941, portanto, anterior à Constituição Federal de 1988, que elevou, em nível constitucional, a denominação de autoridade policial para Delegado de Polícia, em observância do previsto no art. 144, §1º, IV e §4º da Constituição da República, tendo como atribuição o exercício, com exclusividade, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Assim sendo, diversas leis sancionadas recentemente, adotaram a nova nomenclatura de "delegado de polícia", em substituição à expressão antiga de "autoridade policial". A título exemplificativo, podemos citar as leis nº 12.683/12, 12.830/13, 12.850/13 e 13.047/14, bem como, quando houve a discussão do projeto

de reforma do futuro Código de Processo Penal já aprovado no Senado Federal, resultou na adoção da nomenclatura atual de "delegado de polícia".

Diante disso, tendo em conta os mandamentos constitucionais referidos, assim como as referidas legislações infraconstitucionais, considerando, sobretudo, o princípio da simetria e da boa técnica legislativa, torna-se indispensável que se promova a substituição, onde houver, de "autoridade policial", por "delegado de polícia", no Texto Final aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no último dia 09 de setembro de 2015.

Sala das Sessões,

Sala das Sessões, de de .

Senador Sérgio Petecão
(PSD - AC)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SÉRGIO PETECÃO

continuação

RECURSO Nº 6 DE 2015

Ementa: PLS 554/2011que altera o §1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quaro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante

Parlamentar	Assinatura:
2	WALDEMIR MOKA
3 Dario Berger	
4 Delcidio Amaral	
5 VALDIR RAUPP	
6 Eduardo Amorim	
7 Ivo Cassol	
8 HUMBERTO COSTA	
9 FLEXA RIBEIRO	
10 GLADSON CAMELI	
11	OTTO ALENCAR
12	
13 ACIR GURGACZ	
14 CIRO NOGUEIRA	

SENADO FEDERAL
Fls. 363
Rubrica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete 21 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador SÉRGIO PETECÃO

continuação

RECURSO Nº 6 DE 2015

Ementa: PLS 554/2011que altera o §1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quaro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante

Parlamentar	Assinatura:
15- Paulo Rocha	
16. Gladson Cameli	

SENADO FEDERAL Fls. 369

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete 21 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br

ABERTURA DE PRAZO

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

EMENDAS DA CÂMARA Nº 6, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008

(Nº 3.554/2012, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

EMENDA nº 1

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

"Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala."

EMENDA nº 2

Acrescente-se art. 2º ao projeto, com a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

"Art. 2º O art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços

de Telecomunicações, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

"Art. 5º .....

.....

XV – redução das tarifas em planos alternativos de serviços ofertados a usuários de serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala.

..... "(NR)"

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei 9.472/1997 - http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9472.htm

Lei 9.998/2000 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9998.htm

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/105667.pdf

ÀS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; E DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

SENADO FEDERAL

EMENDAS DA CÂMARA Nº 7 DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2015 - COMPLEMENTAR

(Nº 124/2015-Complementar, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Que dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constiuição Federal.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 2º do projeto:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Aos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, regidos pela Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o disposto neste artigo será aplicado progressivamente à razão de um ano adicional de limite para aposentadoria compulsória ao fim de cada dois anos, a partir da vigência desta Lei Complementar, até alcançar os setenta e cinco anos previstos no *caput*."

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte art. 4º ao projeto:

"Art. 4º Fica revogado o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985."

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Lei Complementar nº 51/1989 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp51.htm

Lei nº 11.440/2006 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11440.htm

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENVIADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=170833&tp=1

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA

O **Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2015**, vai à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa, em atenção ao **Ofício nº 2, de 2015**, do Presidente daquela Comissão.

REQUERIMENTOS

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1097, DE 2015

Com fundamento nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição, nos termos regimentais, considerando a promulgação da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e os atos praticados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que contestam contratações de pessoal do ex-Território Federal do Amapá e excluem da folha de pagamento diversos servidores a partir de setembro de 2015, supostamente como consequência do Acórdão nº 1660/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, REQUEIRO que o Tribunal de Contas da União realize inspeção sobre o exato cumprimento da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, relativamente a esses servidores e informe esta Casa sobre a constitucionalidade e legalidade dos atos e do procedimento adotado.

Tendo em vista que o ato administrativo questionado implicará a supressão da capacidade de subsistência dos servidores atingidos e seus familiares, REQUEIRO AINDA que o Tribunal de Contas da União, com fundamento no seu Poder Geral de Cautela (art. 276 do Regimento Interno do TCU) e no princípio da dignidade da pessoa humana, suspenda cautelarmente os efeitos dos atos questionados, até a deliberação definitiva pela Corte de Contas.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o art. 70 da Constituição, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.

No exercício de sua prerrogativa constitucional, o Congresso Nacional conta, nos termos do art. 71, com o indispensável auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, ao qual compete, entre outros:

> IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

2

.....

> VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

Nesse contexto e considerando a Promulgação da Emenda Constitucional nº 79, publicada no DOU de 28/5/2014, revela-se imprescindível a realização de inspeção/auditoria do TCU para verificar se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão **deu efetivo cumprimento às normas constitucionais emanadas da decisão soberana do Congresso Nacional.**

Por outro lado, tendo em vista que a questão afeta milhares de pessoas, dependentes dos servidores diretamente afetados pela medida, **impõe-se, ainda, que a Corte de Contas, no uso do seu Poder Geral de Cautela, preserve os proventos e salários desses servidores até a conclusão da inspeção/auditoria que realizará.**

O Poder Geral de Cautela do Tribunal de Contas da União, consubstanciado no art. 276 de seu Regimento Interno, em geral, objetiva a adoção de medidas com vistas a prevenir danos ao erário, mas não só. Também se destina a preservar **o interesse público e assegurar a eficácia da decisão de mérito**. Confira-se o dispositivo:

> Art. 276. O Plenário, o relator, ou, na hipótese do art. 28, inciso XVI, o Presidente**, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão** ao erário**, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito,** poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992.

No caso em tela, a própria natureza da questão posta – perda do cargo e consequente supressão do meio de subsistência – evidencia a urgência e o risco de ineficácia da decisão de mérito.

Por outro lado, o interesse público decorre do fato de que o que se busca apurar é a efetiva observância à norma constitucional veiculada na Emenda Constitucional nº 79, de 2014.

Rememorem-se, a propósito, os fatos e circunstâncias que marcam a questão em tela.

DOS FATOS REFERENTES AOS 1050 SERVIDORES (AC-515/04 e 1660/11)

Pela Nota Técnica n.º 052/2015, do Ministério do Planejamento (cópia anexa), uma parcela de servidores do quadro em extinção do ex-Território Federal do Amapá, também denominados, como os 1050 (mil e cinquenta servidores) estão sendo notificados de que os

respectivos atos de admissão com a extinta autarquia territorial do Amapá foram considerados irregulares pela decisão constante dos Acórdãos/TCU n.º 515/2004 e 1660/2011.

A Notificação Ministerial estipula um prazo de 10 dias para o servidor apresentar os documentos necessários para comprovar a regularidade do vínculo funcional com a União, que teve origem nas contratações efetivadas pelo Governo do ex-Território do Amapá até a data da transformação do estado em 4 de outubro de 1988.

Através dos Acórdãos n.º 515/2004 e 1660/2011, esse Egrégio Tribunal alegou suposta ausência de boa-fé, por parte dos servidores, nos contratos de trabalho firmados em 04/10/1988, com o Governo Federal, por contrariar formalidades e critérios normativos quanto à escolaridade, idade mínima para ingresso nos empregos públicos e alterações das datas nos registros dos contratos na Carteira de Trabalho.

Como paradigma, menciona-se o item 4, da Nota Técnica n.º 133/2015/CGEXT/DENOP/SEGEP/MP, mediante a qual a Unidade Técnica do Ministério do Planejamento, responsável pela notificação dos servidores, assim se manifestou:

> "4. Diante dos fortes indícios de irregularidades, por ocasião de fiscalização realizada na então Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá o Tribunal de Constas da União –TCU, exarou os Acórdãos n.º 515, de 2004, e 1.660, de 2011 – Plenário do TCU, os quais determinaram a então Secretaria de Recursos Humanos a exclusão dos quadros de servidores da União àqueles que possuíam menos de dezoito anos em 04 de outubro de 1988; adquiriram, após 04 de outubro de 1988, a escolaridade e/ou habilitação necessárias aos cargos aos quais foram incluídos na folha de pagamento da União; praticaram fraudes ou com elas pactuaram com a finalidade de burlar a Lei e a Constituição Federal e os que possuam contratos de trabalho formalizados em 4 de outubro de 1988, uma vez que nesses casos restou comprovada a inexistência de vínculo com o ex-Território, por estarem em desacordo com a legislação aplicável à época e com os critérios estabelecidos"

Consoante se observa da leitura atenta do texto acima reproduzido, a fiscalização levada a efeito pelos órgãos de controle, no início da década de 1990, apenas apontara a existência de indícios de irregularidades. Somente quando passados mais de 27 anos, o órgão governamental responsável está adotando as medidas para determinar a perda do cargo público, bem como, a suspensão definitiva da folha de pagamento, de cerca de 1050 trabalhadores, pais e mães de famílias, que dedicaram uma vida ao serviço público.

São duas as questões principais a serem enfrentadas por essa Colenda Corte. A primeira diz respeito a suspeita de má-fé, na conduta de mais de mil servidores. A segunda está relacionada com a fundamentação das supostas irregularidades. Com referência à suposta ausência de boa-fé dos servidores, observa-se a inexistência de objeto, por falta de

razoabilidade e proporcionalidade. De outra forma, é ilegal a justificativa das irregularidades referentes à escolaridade e idade, com base na Lei nº1.711, de 1952, porque essa regra estatutária nunca foi aplicada aos servidores dos ex-Territórios, mormente os 1050 servidores.

Não há razoabilidade em atribuir má-fé na conduta de mais de mil servidores, de agirem coletivamente para fraudar documentos e influenciar na lavratura de contratos de trabalhos, quando, a bem da verdade a incumbência pela execução dos termos de admissão e assinatura dos contratos de trabalho era de exclusiva responsabilidade dos gestores de recursos humanos à época.

Por fim, de uma análise minuciosa dos autos, em nenhum momento houve menção aos gestores de pessoal, que agiram como prepostos da União, que são os verdadeiros responsáveis, pelas alegadas irregularidades ou impropriedades decorrentes da ausência das formalidades, nos atos de admissão desses servidores.

DOS FATOS RELATIVOS AOS 96 SERVIDORES (Ação Civil Pública)

O Ministério do Planejamento, por intermédio do Oficio n.º 1123/2015/SEDEJU/GAB/SAMP/AP (cópia anexa) dirigido à Secretária de Administração do Governo do Estado do Amapá, comunicou a suspensão do pagamento de 96 servidores, a partir do mês de setembro de 2015, e solicitou o imediato afastamento daqueles servidores das suas atividades laborais.

O expediente em referência versou sobre o cumprimento de sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública, n.º 1479-19.96.4.01.3100 (autos: 96.00.00014-0), movida pelo Ministério Público Federal, em desfavor da União, do Estado do Amapá e outros, que transitou em jugado em 18/04/2013.

Ao tempo em que a decisão proferida pela Justiça Federal determinou o afastamento e a exclusão dos servidores do Quadro Federal, bem como, da folha de pagamento, ato contínuo, condenou o Estado do Amapá em absorver no Quadro estadual os referidos servidores.

A judicialização do feito foi mencionada por essa Egrégia Corte de Contas, no item 12.1 do Acórdão/TCU n.º 1660/2011, onde restou consignado sobre a existência de 12 processos tramitando na Justiça Federal, que tratavam da mesma matéria, dos quais, quatro estavam julgados, dentre eles, três com decisão favorável ao estado e aos réus.

DO DIREITO DOS SERVIDORES (AC- 515/04 e 1660/11)

O relator da matéria, ao fundamentar a suposta ausência de boa-fé, na conduta dos servidores, invocou a Lei n.º 1.711, de 1952, para justificar irregularidades relacionadas com a exigência de escolaridade, contratos de trabalho com menores de 18 anos, bem como, a

existência de contratos com registros que foram cancelados e anotados com outra data, na carteira de trabalho e previdência social.

Como se sabe, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, instituído pela Lei 1.711, de 1952, nunca foi aplicado aos servidores dos ex-Territórios, nem mesmo, para as denominadas carreiras típicas de estado, existentes nos Territórios, a exemplo da Polícia Civil e do Grupo Tributação e Fiscalização, que à época, foram contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, somente ingressando em regime estatutário, quando passados mais de dois anos da edição da Constituição de 1988, pela superveniência do artigo 243 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Assim, os servidores 1050, nunca estiveram submetidos ao regramento da Lei 1.711, de 1952, mas tão somente às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

É conveniente esclarecer que até a data de transformação do Território Federal do Amapá, em estado, em 5 de outubro de 1988, vigoravam várias formas de contratação de servidores no âmbito dos órgãos, autarquias e fundações públicas da União, compreendidos nesse rol, os extintos Territórios Federais do Amapá e de Roraima.

Em razão da condição peculiar dos ex-Territórios estarem localizados em áreas de fronteiras, de difícil acesso e desprovidos de qualquer atividade industrial e comercial, o governo territorial era o principal empregador, diante da necessidade de garantir, às populações ali sediadas, os serviços públicos de saúde, educação, segurança e transporte.

A ausência de mão de obra especializada naquelas localidades obrigou o Governo Federal a adotar medidas emergenciais e precárias para compor a força de trabalho dos órgãos públicos dos territórios, quando, por meio de decretos presidenciais, além de outras medidas legais, mitigou a exigência de escolaridade para ocupação de cargos, empregos e funções no âmbito da administração territorial.

Exemplo clássico ocorreu para a categoria do magistério dos ex-Territórios, que estava submetida a regra específica, que vigorou até a data da transformação do Território do Amapá em estado. A contratação de professores seguia a disciplina do Decreto nº 84.409, de 1980, que permitia o ingresso na carreira do magistério, mesmo sem a conclusão da escolaridade compatível com o nível de ensino a ser ministrado, consoante dispunha o § 1º e 2º do art. 3º, ‘in verbis’:

> Art. 3º .....
>
> § 1º Quando a oferta de profissionais legalmente habilitados para o exercício não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário, os portadores de diploma de licenciatura de 1º grau para as atividades docentes da Classe "C" e os diplomados com habilitação para o

> magistério ao nível da 4ª série de 2º grau para as atividades docentes da classe "B".
>
> § 2º No caso, ainda, de insuficiência ou inexistência de habilitados na forma específica no parágrafo anterior, poderão ser aceitos dos atuais professores outros títulos ou requisitos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.

Como se pode observar, a exigência de escolaridade para os professores do magistério dos ex-Teritórios foi mitigada, naquela época, em razão da insuficiência ou mesmo da inexistência de profissionais legalmente habilitados.

Essa prática, que perdurou por décadas, não ficou restrita a categoria do magistério dos Territórios Federais, mas se estendeu para outras áreas, como segurança, administração, transporte, saúde, mesmo porque as primeiras universidades e faculdades foram efetivamente instaladas naquelas localidades somente nos idos da década de 1990.

Portanto, a análise dos fatos, à luz da conjuntura existente nos Territórios Federais, nas décadas de 1980 e 1990, emprestam-nos razões e fundamentos suficientes para justificar e comprovar a presunção de boa-fé dos atos praticados pelos gestores públicos da administração territorial e conferir-lhes a devida validade jurídica, já que foram praticados com supedâneo em normas editadas por autoridade legitima (o Presidente da República), e praticados em nome do interesse coletivo, qual seja, atender às necessidades das populações dos ex-Territórios.

Por outro lado, é mister o entendimento de que os servidores dos ex-Territórios nunca foram nomeados para cargos públicos, com base na Lei nº 1.711, de 1952, referenciada para justificar as supostas irregularidades, mas sim, foram todos submetidos ao regramento da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, além de outras formas de contratações, adotadas não só pelos governos dos extintos Territórios, mas também pelo conjunto dos órgãos, autarquias e fundações dos poderes da União, a exemplo de prestadores de serviço pagos mediante recibo, conveniados, projetos financiados pelo Governo Federal com verbas do Banco Mundial, além da criação de tabelas especiais autorizadas pelo Presidente da República.

Para legitimar e regularizar essas formas de contratação adotadas pelo Governo do extinto Território do Amapá, o Presidente da República conheceu e publicou no Diário Oficial da União o Parecer FC-3/89, da lavra do Consultor-Geral da República, Dr. Clovis Ferro Costa, que teve o objetivo de declarar regulares as contratações dos servidores nas situações de prestadores de serviços pagos mediante recibo, convênio e tabelas especiais.

Esses servidores compunham efetivamente a força de trabalho do Governo do Território do Amapá, inclusive os denominados “servidores 1050”, que foram enquadrados no quadro em extinção da União, postos à disposição do novo governo, na condição de

cedidos, situação esta, que perdura desde a criação do Amapá, em 5 de outubro de 1988, até a presente data.

Importa considerar, que o ordenamento jurídico pátrio inaugurado pela Constituição Federal de 1988, não foi todo ele regulamentado instantaneamente, mas levou um prazo considerável, inclusive a adoção do Regime Único, de que trata a Lei 8.112 de 1990, que vigorou a partir de janeiro de 1991, que em seu artigo 243 transformou todos os empregos existentes na administração federal, em cargos públicos, dentre os quais, os empregos públicos ocupados pelos servidores 1050.

Ademais, os servidores dos ex-Territórios, incluídos em quadro em extinção do Governo Federal, por força do parágrafo único, do artigo 14 do ADCT, da Constituição de 1988, receberam substancial ampliação na proteção de seus direitos, pela superveniência da Emenda Constitucional n.º 79, de 2014, consoante dispõem os seus artigos 1º a 3º, a seguir reproduzidos:

> Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados, os servidores e os policiais militares admitidos regularmente pelos governos dos Estados do Amapá e de Roraima no período entre a transformação e a efetiva instalação desses Estados em outubro de 1993 e, ainda, os servidores nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União integrarão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal.
>
> § 1º O enquadramento referido no caput para os servidores ou para os policiais militares admitidos regularmente entre a transformação e a instalação dos Estados em outubro de 1993 deverá dar-se no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente.
>
> § 2º Os integrantes da carreira policial militar a que se refere o caput continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições estatutárias a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observados as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico e o direito às devidas promoções.
>
> § 3º Os servidores a que se refere o caput continuarão prestando serviços aos respectivos Estados e a seus Municípios, na condição de

> cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional."(NR)
>
> Art. 2º Para fins do enquadramento disposto no caput do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e no caput do art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é reconhecido o vínculo funcional, com a União, dos servidores regularmente admitidos nos quadros dos Municípios integrantes dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia em efetivo exercício na data de transformação desses ex-Territórios em Estados.
>
> Art. 3º Os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes. “grifos nossos”

O artigo 3º em referência determina novo enquadramento para os servidores dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, já incorporados a quadro em extinção da União, critério este, plenamente atendido pelos servidores 1050, que desde a data da transformação do Território Federal em estado, por força do disposto no artigo 14, do ADCT, foram incluídos em quadro em extinção da administração federal, e nessa condição permanecem até a presente data.

Portanto, no tocante a situação funcional dos servidores mencionados nos Acórdãos/TC n.º 515, de 2004 e 1660, de 2011, em face dos dizeres emanados da EC n.º 79, de 2014, impõe-se que os referidos julgados, bem como, os atos de gestão praticados pelo Ministério do Planejamento, mormente aqueles editados sob pretexto de se estar cumprindo ordens emanadas desse Egrégio Tribunal, possam se adequar à nova disciplina constitucional.

Por esses motivos, considerando o grave quadro social e político por que passa o nosso país e ainda pelas razões de fato e de direito ora apresentadas, rogamos a esse Colendo Plenário que, na análise desta Solicitação do Congresso Nacional considere também os argumentos de cunho político e social, apresentados pelo ilustre Ministro do Planejamento, Dr. Paulo Bernardo, no ano de 2005, registrados no item 6 do Acordão do 1660/2011, com o seguinte teor:

> “6. Sobressai, contudo, dos argumentos trazidos pelo então Ministro do Planejamento, aspectos que refogem ao exame legalista da matéria, mas que não podem deixar de ser levados em consideração, ante o cunho social que envolve a questão. A propósito, permito-me transcrever excertos da Nota Técnica 170/2005 - SRH/MPOG (fls. 2/4 - anexo 8):
>
> "Em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 515/2004-TCU-Plenário, exaradas no Processo TC 011.127/93-7, esta Secretaria

concluiu os trabalhos de identificação dos servidores do ex-Território do Amapá, cujos vínculos empregatícios com a União não foram reconhecidos ou comprovados mediante atos publicados por órgãos do Governo Federal ou Territorial ou, ainda, de documentos arquivados em suas pastas funcionais, referentes ao exercício de cargo do Quadro de Pessoal do Governo do Território, com ingresso anterior à data de promulgação da Constituição Federal de 1988, conforme Relatório de Auditoria Especial 01/2005, anexo, elaborado pela equipe de auditoria da Secretaria de Recursos Humanos desta Pasta, em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda.

Há que se ressaltar que foram identificados 1.042 servidores que não tiveram reconhecidos ou comprovados os respectivos vínculos com a União, sendo 972 Ativos Permanentes, 35 Aposentados e 34 Instituidores de Pensão, destacando-se, ainda, que aproximadamente 93% são ocupantes de cargos de nível auxiliar ou intermediário, com média de remuneração bruta mensal não superior a R$ 1,500,00.

O cumprimento das determinações exaradas no Acórdão culminará na exclusão de servidores ativos, aposentados ou beneficiários de pensões, atingindo inúmeras famílias que, inesperadamente, não terão como garantir sua subsistência, gerando, por conseguinte, consequências sociais de difícil administração.

Observa-se, ademais, uma situação emergente relacionada ao fato que esses servidores não terão outra chance de retorno ao Serviço Público Federal, visto comporem o Quadro de Pessoal do Governo Federal há mais de 17 anos, com uma faixa etária elevada, mais de 70% apresentam idade superior a 40 anos, aliado à baixa escolaridade, identificados 638 com escolaridade até 1º Grau."

DO DIREITO DOS 96 SERVIDORES (Ação Civil Pública)

Com referência a Sentença Judicial proferida pela Justiça Federal, nos autos da Ação Civil Pública, n.º 1479-19.96.4.01.3100 (autos: 96.00.00014-0), movida pelo Ministério Público Federal, no Amapá, em desfavor da União, do Estado do Amapá e outros, que transitou em jugado em 18/04/2013, ainda não executada, requeremos a esse Colendo Tribunal considerar sua exequibilidade, em face do novo disciplinamento jurídico inaugurado pela Emenda Constitucional n.º 79, de 2014.

A matéria enfrentada nos autos da decisão judicial proferida pela Justiça Federal é idêntica ao exame levado a efeito por esse Tribunal, nos autos dos Acórdãos 515/2004 e 1660/2011.

Os dizeres constitucionais decorrentes da edição da Emenda Constitucional nº 79, de 2014 transcendem o pronunciamento proferido nos Acórdãos (nº 515/2004 e nº 1660/2011), emanados dessa Colenda Corte de Contas, como também, da decisão judicial em epígrafe,

ao tempo em que confere constitucionalidade aos atos de admissão dos servidores realizados pelo Governo do Território Federal do Amapá, ocorridos entre outubro de 1988 e outubro de 1993.

O transcurso do tempo alterou substancialmente as situações consignadas nos referidos julgados, uma vez que, as contratações dos 1050 servidores realizadas pelo governo do ex-Território Federal do Amapá, sobre as quais pairavam indícios de irregularidades, com a vigência da EC nº 79, de 2014, passaram a não mais ter dúvida quanto à sua legalidade.

Cronologicamente, a EC nº 79, de 2014, foi promulgada após as decisões proferidas nos Acórdãos nº 515/2004 e nº 1660/2011 e também da decisão judicial proferida pela Justiça Federal. Entretanto, antes da execução das referidas decisões.

Destarte, o marco temporal, que antes, estava limitado à data da transformação do estado em outubro de 1988, foi ampliado pela EC nº 79, de 2014 para outubro de 1993, assegurando o direito de inclusão, seja dos servidores contratados na vigência do Território Federal até outubro de 1988, como também, aqueles contratados pelo Estado do Amapá até outubro de 1993.

Restou incontestável que a superveniência da EC nº 79, de 2014, superou qualquer discussão em torno da legitimidade e responsabilidade pelas contratações de servidores praticadas pelo Governo Territorial, ou pela administração transitória do novo estado, até outubro de 1993. Tais atos foram realizados em nome da União, haja vista a garantia de opção pelo quadro federal de todos os servidores contratados até outubro 1993, marco temporal estabelecido pela Constituição Federal.

Isto posto, considerando que a discussão, seja nos autos dos Acórdãos/TC n.º 515/2004 e 1660/2011, ou na Ação Civil Pública, dava-se em torno da legalidade das contratações, sobre qual pessoa jurídica seria legítima para contratar os servidores 1050, se o Governo federal, ou se o governo do Amapá, e ainda, que a data de 4 de outubro de 1988, era o parâmetro temporal, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 79 de 2014, não mais subsiste tal motivo, uma vez que tanto os servidores contratados em 04/10/1988, quanto aqueles contratados até outubro de 1993, são legítimos destinatários do direito assegurado pela Constituição de serem incluídos no quadro em extinção da administração federal.

O efetivo cumprimento da decisão proferida por esse Colendo Plenário, ou ainda a execução da sentença da Justiça Federal, que consiste em retirar os 1050 servidores do quadro em extinção federal, com consequente absorção destes pelo governo Amapá, representará tão somente o atendimento de uma formalidade, visto que ato contínuo, a administração federal teria de proceder uma nova inclusão desses servidores no quadro federal, para adequação aos dizeres do texto constitucional da EC nº 79, de 2014.

Diante de tudo o que foi exposto, considerando que os servidores oriundos dos ex-Territórios estão amparados pelos preceitos constitucionais do Art. 14 do ADCT, da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e pelos princípios basilares do ordenamento jurídico pátrio, da segurança jurídica e da legalidade, requer que o Tribunal de Contas da União realize inspeção sobre o exato cumprimento da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, relativamente aos servidores mencionados e informe esta Casa sobre a constitucionalidade e legalidade dos atos e do procedimento adotado, determinando ainda, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, a suspensão cautelar dos efeitos dos atos questionados, até deliberação definitiva pela Corte de Contas.

Sala das Sessões,

Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

(À publicação)

SENADO FEDERAL
Presidência

A Publicação,
Encaminhe-se,
Em 24/09/15
Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº 1098, DE 2015

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento dos militares Major Milton Carnaúba, Capitão Mário Henrique de Oliveira Assunção, Soldado Marcos de Moura Pereira e Soldado Diogo de Melo Gonzaga, que perderam suas vidas no exercício das suas atividades profissionais em defesa da segurança pública do Estado de Alagoas, na manhã do último dia 23 de setembro.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências às famílias, à Secretaria de Segurança Pública, às corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas e ao Estado de Alagoas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 2015.

Presidente Renan Calheiros

(Encaminhe-se)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, além de cumprimentar todos os colegas Senadores, dizer que estamos começando com uma hora de atraso, mas, no fundo, estamos começando sem atraso nenhum, tendo em vista que estávamos fazendo uma sessão muito bonita aqui, homenageando pessoas que lutam por aqueles que têm alguma necessidade especial em nosso País, fazendo a entrega dos prêmios, e tive o privilégio de encerrar a sessão.

Quero, antes, parabenizar o nosso Jovem Senador, que está aqui no plenário, conterrâneo da Senadora Fátima Bezerra, o José Patrocínio Dantas Neto. No ano passado, ele andava com um chapéu de cangaceiro, ou melhor, um chapéu de couro, para traduzir para o pessoal de casa. Ele fez sucesso aqui. Muito bem. E ele já está fazendo algo aqui que o Regimento não permite, mas já fez, que é virar Senador de verdade. Como Jovem Senador, ele fez um aparte ao Presidente da sessão.

Mas seja bem-vindo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Ele é estudante da Escola Estadual Amâncio Ramalho, da cidade de Parelhas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Um abraço a todos da Paraíba, terra do meu bisavô.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não. Nós somos todos do Acre, nordestinos. Só para falar do vínculo: eu tenho um bisavô que é cearense e um outro bisavô que é da Paraíba. Quero mandar um abraço a todos do Estado do Rio Grande do Norte.

Agora, vamos iniciar a sessão.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, eu queria apenas me registrar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está bem.

Eu vou seguir uma ordem. A Senadora Vanessa é a primeira inscrita, mas temos alguns colegas que já haviam pedido. Vamos organizar.

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu já havia solicitado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Lasier, para uma comunicação inadiável?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o Senador Reguffe.

Não sei se um dos senhores quer falar pela Liderança, porque facilitaria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Reguffe poderia falar pela Liderança, o que acha?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, mas dá na mesma. Eu vou organizar aqui.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Sem a presença de oradores inscritos, por causa do horário, nós vamos passando a palavra aos colegas que estão inscritos para comunicação inadiável. Estão todos inscritos.

Senadora Vanessa, V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais um dia sem almoço. Eu vi que a senhora estava almoçando ali na cantina. Para mim, mais um dia sem almoço no Senado Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, almoçando muito bem, aqui na cantina do Senado, como mesmo presenciou V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para quem não almoçou, como eu, qualquer lanche é banquete.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Infelizmente, não temos tempo de almoçar nas nossas casas, não é, Senador? São muitos os nossos afazeres aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, recentemente, nesta semana, nós realizamos aqui, no Senado Federal, no âmbito da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, no último dia 22, um debate acerca da violência contra a mulher.

A discussão se deu com foco na violência voltada contra as profissionais policiais do Brasil, Sr. Presidente. Isso em decorrência de uma recente pesquisa, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em par-

ceria com a Fundação Getúlio Vargas, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

Esse estudo mostra que quase 40% – de forma precisa, 39,2% – das policiais que foram ouvidas, ou seja, quase quatro policiais mulheres, entre dez, afirmam textualmente que sofreram algum tipo de assédio no seu local de trabalho, assédio moral ou assédio sexual. E mais, Sr. Presidente, essa pesquisa revela que a maioria delas, 74,5%, afirma ter sido vítima de assédio moral, e que mais de 25% foram vítimas de assédio sexual, sendo que a maior parte dessas vítimas, quase 75%, relatou que o autor do assédio foi o seu superior hierárquico.

Essa foi uma pesquisa muito importante, realizada através de formulários eletrônicos que foram respondidos por mais de 13 mil policiais mulheres. Desse total, entre aquelas que dizem ter sofrido assédio moral ou assédio sexual, apenas 11,8% registram queixa. Menos de 12% das mulheres que sofreram qualquer tipo de assédio no seu local de trabalho, nas corporações policiais, militares, registraram queixa, e 68% delas disseram que não ficaram satisfeitas com o desfecho da denúncia.

Na audiência pública, nós contamos com a presença da Srª Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que falou, de forma textual, que o assédio já é um crime violentíssimo, e, partido de alguém que é superior e a quem cabe dar até a sua promoção, ele é mais grave ainda. Ela defendeu a necessidade de que haja uma punição mais rigorosa aos policiais que vestem fardas para fazer o mal.

Ouvimos também, na audiência pública, a representante da Ministra das Mulheres, Ministra Eleonora, Taís Cerqueira Silva, que falou da cultura de violência arraigada em comportamentos culturais que as mulheres sofrem no País. Muitas vezes, a sociedade culpa a própria mulher por ser violentada. Esse sentimento e essa opinião ainda são mais fortes nos ambientes em que há presença muito forte de homens, no caso, os ambientes militares ou policiais.

Foi apresentado, pela representante da Secretaria dos Direitos das Mulheres, o mapa da violência em que o Brasil ocupa o sétimo lugar, entre 84 países, com a maior taxa de assassinatos de mulheres. O primeiro é El Salvador; o segundo, Trinidad e Tobago, seguido de Guatemala, Rússia, Colômbia, Belize, e aí vem o Brasil. Isso é muito forte, Sr. Presidente, muito forte!

Contamos, na audiência pública, com a presença de duas policiais: Kátia Flávia Queiroz e Marcela Oliveira. Extremamente corajosas, relataram um caso sofrido pessoalmente.

Na audiência, Sr. Presidente, também relatei um fato muito triste, ocorrido, Senadora Fátima, recentemente, no meu Estado do Amazonas, no mês de abril deste ano, salvo engano, quando a policial da Polícia Militar do Estado do Amazonas foi morta possivelmente por seu companheiro de farda, que trabalhava com ela. Infelizmente, o caso foi considerado como suicídio, rapidamente foi definido pela Polícia Militar como suicídio.

O assassinato aconteceu no dia 1º de abril, no Pelotão Fluvial do Batalhão Ambiental, que fica no Bairro do Tarumã, na zona oeste da cidade de Manaus, onde ela, Deuziane, cumpria o seu serviço, tirava o serviço, e lá também tirava serviço a pessoa que é vista como o possível assassino. O crime ocorreu por volta das 18 horas, na base fluvial, conforme já disse, denominada Peixe Boi, que é onde se realiza o trabalho do Batalhão Ambiental.

Sr. Presidente, com muita tristeza, quero dizer que recebo aqui cópia de uma sindicância que foi aberta, e a decisão da sindicância é que não houve suicídio. O próprio inquérito que correu na Polícia Civil do Estado do Amazonas mostra as muitas evidências que há de que Deuziane foi assassinada, e não cometeu suicídio – assassinada, e não cometeu suicídio. Essa outra investigação que recebemos mostra que tudo indica que tenha ocorrido suicídio.

Lamento e quero dizer, Sr. Presidente, que não desistimos desse fato em hipótese nenhuma, porque os elementos que apontam para o fato de ela ter sido assassinada são elementos muito fortes, mas, infelizmente, pela situação que as mulheres enfrentam nas corporações policiais, isso ocorre de forma até comum, não apenas no meu Estado, mas em várias localidades do Brasil. Elas não só são assediadas, mas perdem suas vidas, e, depois, rapidamente, decidem e chegam à conclusão de que foi suicídio.

O exame de corpo de delito, até há pouco tempo, ainda não tinha seu resultado definitivo publicado, mas mostra que havia diversos hematomas e uma evidência muito clara de luta corporal. As sindicâncias realizadas pela Polícia Militar dizem que a soldada Deuziane já estava com esses hematomas havia dias, o que não é verdade, porque sua família atesta que ela não tinha nenhuma marca, de qualquer tipo, de envolvimento em briga violenta que pudesse ter provocado aqueles hematomas.

Então, venho à tribuna, primeiro, para relatar esse debate que vem sendo travado na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher e dizer que, a partir de agora, além do meu mandato...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que está trabalhando muito nesse caso, nós colocaremos a CPI que investiga a violência contra a juventude, presidida pela Senadora

Lídice da Mata, relatada pelo Senador Lindbergh; vamos colocar a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher e a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Não é possível que mulheres, principalmente, que participam, que compõem corporações policiais deste País continuem sendo assediadas, continuem sendo agredidas, percam as suas vidas, e a impunidade continuar ainda, Sr. Presidente.

Então, relato esse fato daqui, lamento o que vem acontecendo, mas quero dizer que não desistimos. Que sua mãe fique tranquila, sua irmã, sua família toda, porque elas não estão sós. Deusiane da Silva Pinheiro tinha 26 anos de idade – 26 anos! –, morta brutalmente. Sua mãe disse que ela saiu de casa muito feliz...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... falando nos seus planos futuros. Não é possível que uma pessoa que tenha saído feliz da sua casa, horas depois, tenha cometido suicídio. Lamentamos, mas estamos trabalhando e vendo a possibilidade de garantir a federalização desse crime para que a investigação saia da esfera estadual – contaminada, naturalmente – e nós possamos fazer justiça nesse caso.

Por último, Sr. Presidente, nesse tempinho que V. Exª me concede – eu usarei apenas um minuto –, quero dizer que lamento muito: ontem nós comemoramos o fato de que o Supremo Tribunal Federal deu como encerrado o julgamento da ADI que determinou a inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanha. Mas hoje, Senadora Fátima, todos os meios de comunicação, blogues, *sites*, dão a notícia de que o Ministro Gilmar Mendes ainda vai tentar reabrir o caso – exatamente aquele Ministro que ficou mais de um ano e cinco meses num pedido de vistas que não poderia ter demorado mais do que 20 dias –, vai tentar provocar novamente o caso.

Deveria tê-lo feito, na minha opinião, ontem na abertura da sessão, quando o Ministro Lewandowski, a partir da leitura da ata do julgamento, deu o assunto como encerrado.

Então, faço esse registro lamentando mais uma vez.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora, permite-me um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Lasier.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Vanessa, ontem à tarde, em um grupo em que estava também a Senador Fátima, o Senador Randolfe, fomos recebidos pelo Presidente Lewandowski para entregar o nosso manifesto de apoio e de elogios à decisão do Supremo de 8 a 3. E o Presidente Lewandowski nos garantiu que não haverá barreiras e nem modulações com o que foi decidido; que é definitivo esse julgamento. E ele para dizer isso tem o sentimento de seus pares. Desse modo, apesar das tentativas do Ministro Gilmar Mendes, nós estamos acreditando muito mais no que está dizendo o Presidente do Supremo. Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu é que agradeço o aparte de V. Exª, Senador Lasier, e quero aqui dar o meu testemunho de como o Senador Reguffe, que aí está ao seu lado, a Senadora Fátima e o Senador Jorge Viana têm se envolvido nesse assunto, que é de fundamental importância para a democracia do nosso País.

Então, quero cumprimentá-lo...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só para adicionar ao pronunciamento de V. Exª que nós vamos agora, às 16 horas, juntamente com a coordenação do movimento da Coalização, CNBB, OAB, etc., entregar à Presidenta Dilma um manifesto que trata de pedir a ela o veto ao dispositivo do projeto de lei que trata das doações empresarias a partidos e campanhas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E penso que seria importante que fosse um número significativo de Parlamentares até lá também, não é, Senadora?

Muito obrigada.

Obrigada, Senador Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª.

Convido para fazer uso da tribuna a Senadora Fátima Bezerra, para uma comunicação inadiável, ao tempo em que eu pediria aos colegas Senadores – não sei se ao Senador Lasier, mesmo sendo o próximo –, porque eu tenho que ir à Vice, aqui ao lado, falar com uma pessoa, e volto, porque também estou inscrito para falar. Fiz até uma troca com a Senadora Fátima Bezerra.

Se V. Exª puder, Senador Lasier, ou o Senador Reguffe ficar aqui enquanto isso...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu faço essa audiência e volto.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E quero dizer, Senadora Fátima Bezerra, que nessa situação, como disse a Senadora Vanessa, eu espero que não se questione uma decisão de 8 a 3 do Supremo Tribunal Federal sobre o fim do financiamento, a ilegalidade do financiamento empresarial no Brasil. É uma interpretação da Constituição original, a Constituição de 1988. É cláusula pétrea.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não é possível que nós vamos ter alguma modulação, não é possível que nós vamos ter algum tipo de artifício, seja pelo TSE, seja por qualquer instituição da República, questionando uma decisão explícita e com um fato consumado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso é tão grave que, se nós fizermos uma PEC que desconsidere o que estabelece o art. 14 da Constituição, que diz que não pode haver abuso de poder econômico nas eleições, ela vai ser tida como inconstitucional pelo Supremo, mesmo que na PEC esteja escrito que é permitido o financiamento empresarial, de tão importante que foi a decisão do Supremo.

Mas a palavra é de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Jorge Viana, rapidamente, quero acrescentar que o colégio de Líderes do Senado, em reunião nesta terça-feira, já chegou ao entendimento de que a proposta de emenda à Constituição que veio da Câmara e que trata da questão das doações empresariais a partidos e campanhas, Senador Lasier, essa PEC vai ficar arquivada até o dia 3 de outubro. Depois disso é que trataremos do assunto.

Além do mais, há a questão do apoio majoritário da opinião pública. Daí a nossa expectativa de que a Presidenta Dilma, em sintonia com o Supremo e com a sociedade, vete inclusive o artigo.

Mas, Senador, eu pediria agora que o senhor começasse a contar o meu tempo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Fique tranquila, pois terá mais dez minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Senador Lasier, que ora preside os trabalhos, eu quero fazer o registro de que, na próxima segunda-feira, dia 28, o Senado Federal realizará, na Assembleia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Norte, uma importante audiência pública que tem por objetivo discutir exatamente o projeto da integração das bacias do São Francisco.

Vamos discutir o projeto da transposição do Rio São Francisco no que diz respeito ao andamento da obra, ao estágio em que a obra se encontra, ao seu cronograma do ponto de vista financeiro, ao calendário previsto inclusive para conclusão dessa obra e, naturalmente, discutir a transposição do São Francisco exatamente à luz dos impactos que essa obra trará do ponto de vista estruturante para a segurança hídrica, não só do meu Estado, o Rio Grande do Norte, mas do chamado Polígono das Secas, formado por, além do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba.

Essa reunião, Senador Lasier, é uma iniciativa do nosso mandato, por meio da Comissão Temporária aqui do Senado que acompanha as obras da transposição e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Comissão especial da qual eu faço parte. Portanto, é uma iniciativa do nosso mandato, por meio dessa Comissão, em parceria com o Poder Legislativo estadual, com o Comitê de Ações de Combate à Seca e a Frente Parlamentar da Água da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

A audiência está prevista para as 9h30, e o que nós desejamos, claro, é que seja uma audiência plural, aberta a toda a sociedade potiguar. A audiência, inclusive, Senador Lasier, está sendo batizada, no Rio Grande do Norte, de Unidos em Prol da Transposição.

Quero dizer que vamos contar com a presença de diversas autoridades, como o Governador Robinson Faria, que já confirmou presença; representantes dos trabalhadores, da Fetarn, da Fetraf; representantes das federações do setor produtivo. Vamos contar, claro, com a participação muito especial dos Deputados e Deputadas estaduais; vamos contar com a participação dos Prefeitos, dos Vereadores, da igreja; enfim, representação da sociedade civil em geral. E vamos ter uma participação muito especial, Senador Lasier: trata-se do Ministro da Integração, Gilberto Occhi, Ministro que tem sido sempre muito prestativo, muito atencioso, e, portanto, atendeu ao nosso convite e já confirmou presença.

O Ministro Gilberto Occhi estará na Assembleia Legislativa lá do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, em uma participação muito importante, muito especial, até porque a condução, a coordenação desse projeto grandioso, que é a integração das Bacias do São Francisco, está exatamente sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Portanto, nada melhor, mais oportuno do que termos o Ministro participando dessa audiência, que vai ouvir nossos anseios, angústias e preocupações.

Na ocasião, Senador Lasier, nós vamos reforçar para o Ministro Gilberto Occhi um ponto que para nós que é considerado prioritário...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que é exatamente a reivindicação do trecho que vai da Barragem de Caiçara à Barragem de São José de Piranhas, ambas na Paraíba, fazendo com que as águas do Velho Chico sejam perenizadas no Rio Piranhas Açu e, dessa forma, deságuem no Rio Grande do Norte antes do previsto.

Essa reivindicação, Sr. Presidente, desse canal, que é um canal de 4km, foi apresentada à Presidenta Dilma pelo Governador Robinson Faria, quando da inauguração da primeira etapa do São Francisco – ou seja, os 45km de canal do Eixo Norte do projeto do São Francisco –, lá em Cabrobó, no mês de agosto, solenidade esta da qual também participei, bem como o Senador Garibaldi Filho e outros integrantes da Bancada Federal.

Quero, ainda, aqui, acrescentar que, na semana passada, quando de uma audiência...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Ajeite aí para dar dez minutos. Mais cinco minutos, porque são dez e já havia passado três. (*Fora do microfone.*)

O.k., Senador, muito obrigada.

Então, como eu ia colocando, a solicitação que foi feita desse canal de 4km foi importantíssima no que diz respeito à questão de antecipar as águas do São Francisco ao nosso Estado, o Rio Grande do Norte. E nós tratamos, mais uma vez, desse assunto quando de uma audiência, Sr. Presidente, realizada na semana passada, audiência essa articulada pelo nosso mandato, que foi, exatamente, para discutir soluções para o desabastecimento dos Municípios de Acari e Currais Novos, a chamada adutora de engate rápido.

Pois bem, semana passada, quando estivemos com o Ministro Gilberto Occhi para tratar desse assunto da adutora de engate rápido de Acari e Currais Novos, graças a Deus, o Ministro se comprometeu de que todo empenho está sendo feito para que adutora de engate rápido Acari e Currais Novos seja entregue no prazo previsto, até o final do ano.

Pois bem, naquela ocasião, que contou também com a presença do Governador, da Bancada Federal e dos prefeitos de Acari e Currais novos, mais uma vez nós retomamos o assunto com o Ministro Gilberto Occhi, ou seja, do canal de 4km, que precisa ser feito.

E eu quero aqui dizer que o Ministro não só demonstrou solidariedade e sensibilidade ao nosso pleito, mas foi além. Adiantou, Senador Lasier, que os estudos para esse canal estão sendo realizados e que todo o esforço está sendo feito para viabilizá-lo, ou seja, para viabilizar a construção desse canal, garantindo que o Rio Grande do Norte seja contemplado, se Deus quiser, o mais rapidamente possível, com a questão das águas do São Francisco.

Quero aqui insistir que a viabilização desse canal será de suma importância para o Rio Grande do Norte. Por quê? Porque, se esse canal não for viabilizado, nós sofreremos um atraso muito grande. Ou seja, as águas do São Francisco, mesmo tendo sido inaugurada essa primeira etapa, que foi a etapa de Cabrobó, sem esse canal, esse pequeno canal, as águas do São Francisco podem demorar mais de um ano a chegar ao Rio Grande do Norte.

E essa situação, Sr. Presidente, tem que ser revertida, porque nós estamos no quarto ano de seca, Senador Lasier, e infelizmente os estudiosos já apontam que, de acordo com o fenômeno *el niño*, o ano de 2016 pode ser mais um ano de seca no Nordeste, completando, assim, um ciclo de cinco anos de seca, com todas as consequências impiedosas e dramáticas que ela traz.

Por isso, nós defendemos que o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração, faça um aditivo à obra já em curso, para que esse canal de apenas quatro quilômetros seja viabilizado, inclusive antes que os operários e as máquinas que estão próximos ao local sejam deslocados para outro trecho da transposição.

Repito: isso é fundamental, isso é crucial para o Rio Grande do Norte, na medida em que, infelizmente, os estudos apontam – tomara que isso não se concretize, mas deve haver planejamento e deve haver providências – que 2016 pode ser mais um ano de seca.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar que nessa audiência nós vamos também tratar de uma outra demanda relacionada à transposição do Rio São Francisco, que é mais um outro canal que precisa ser feito e que consta do projeto original da transposição do São Francisco, que diz respeito ao Rio Grande do Norte, que é o ramal do Apodi.

É um ramal também importantíssimo, porque, assim como o ramal já em curso, Piranhas-Açu, que vai contemplar a região do Seridó, uma região superimportante do nosso Estado, uma região localizada no Semiárido

do coração do Nordeste, esse outro eixo, por onde entrarão as águas do São Francisco, que é o eixo do canal do ramal do Apodi, precisa ser viabilizado, porque se trata, Senador Lasier, de contemplar outra região do nosso Estado, a chamada região oeste, trata-se de contemplar o ramal Apodi, um conjunto, só para que V. Exª tenha ideia da magnitude, de mais de sessenta cidades. Região essa, inclusive, onde hoje vários Municípios estão em situação de colapso, do ponto de vista das dificuldades de abastecimento de água. Então, queremos também, nessa audiência, tratar com o Ministério da Integração Nacional sobre as providências que estão sendo tomadas no que diz respeito ao outro canal, que é o ramal de Apodi.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui colocar que a obra da transposição representa, na verdade, redenção, representa segurança hídrica e representa, sobretudo, tranquilizar as famílias nordestinas, porque todos nós sabemos que a nossa Região Nordeste enfrenta o problema das estiagens. Portanto, o que tem de ser feito é o que está sendo feito agora, alternativas, soluções, para que a gente possa conviver com a questão da seca. Eu, quando falo da seca, não falo da boca para fora, falo de coração, porque eu conheço a seca de perto, não é pelo livro, pelo que ouvi dizer. Eu conheci a seca na minha infância, na minha adolescência. Sou uma migrante da Paraíba, vim para o Rio Grande do Norte, que me adotou com muita generosidade, e sofri os efeitos perversos da seca na própria pele, sobretudo naquela época, na década de 70, 80, até a década de 90. Então, esse é um drama que conheço de perto, daí por que todo o nosso empenho, a nossa vigilância, junto com a Bancada do Nordeste, no que diz respeito à questão da obra do São Francisco, para que o calendário previsto seja mantido para que essa obra seja entregue ao povo nordestino.

E quero, mais uma vez aqui, enaltecer a sensibilidade, a visão humanitária, a visão de estadista que teve o Presidente Lula quando ousou, pois, foi exatamente no governo dele que a obra do São Francisco começou. E vai ser concluída no Governo da Presidenta Dilma, se Deus quiser.

Sr. Presidente, a conclusão da transposição do São Francisco, em todos os seus eixos, representará um fato histórico. Ou seja, pela primeira vez o povo do sertão não vai precisar contar quantos dias já se passaram desde a última chuva ou contar quantos copos d'água seriam utilizados pela família durante aquela semana. E eu acrescentaria mais: a obra do São Francisco significa não passar pelo que eu já passei. De repente, minha mãe nos acordava, às duas, três horas da manhã, para ir atrás de uma cacimbinha para pegar aquela água cristalina.

Então, assim, Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, os nossos dois Rios Grandes, o seu, do Norte, e o meu, do Sul, têm muita afinidade nominal, mas diferenças extremas.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enquanto a senhora fala da seca persistente do Nordeste, há 14 dias, chove praticamente sem parar no Rio Grande do Sul. É uma pena que não possamos transferir essa água do sul para o norte. Mas temos a esperança de que esse projeto do São Francisco, cujo desenvolvimento assistimos há tanto tempo e que não se conclui nunca, tenha finalmente uma conclusão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador. E repito: a integração das bacias do São Francisco tem um caráter estruturante para o Nordeste, essencial, fundamental, porque trata de dar segurança hídrica para a nossa população.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui, em meu nome, em nome do Senado Federal, em nome também do Deputado Ezequiel Ferreira, que é o Presidente da Assembleia Legislativa...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Como eu ia dizendo, quero em meu nome, em nome do Senado Federal, em nome do Deputado Ezequiel Ferreira, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, renovar aqui o convite a toda classe política, à representação da sociedade civil, à Igreja, à Bancada federal, aos Deputados, aos vereadores, aos prefeitos, às entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso Estado, às entidades representativas do setor produtivo, enfim, a toda a sociedade potiguar para que, nesta segunda-feira, 9h30, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, possamos realizar esse debate, expressando a união do Rio Grande do Norte em prol da integração das bacias do Rio São Francisco.

Obrigada, Senador.

Durante o discurso da Srª. Fátima Bezerra, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimento a Senadora Fátima, que, de outra parte, coloca o Brasil inteiro a tomar conhecimento dessa crise persistente com a seca da sua Região, o que é possível através da nossa TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sobre a mesa, matéria recebida da Câmara dos Deputados, com os seguintes dizeres:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2015** (nº 2.826/2015, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, acerca do regime de permissão de serviços públicos, o regime dos permissionários lotéricos*, matéria que passa a tramitar a partir de hoje.

É o seguinte o projeto:

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2015

(Nº 2.826/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, acerca do regime de permissão de serviços públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 5º-A e 5º-B:

"**Art. 5º-A.** São válidas as outorgas de permissão lotérica e seus aditivos contratuais celebrados até 15 de outubro de 2013 perante a Caixa Econômica Federal, por meio de termos de responsabilidade e compromisso, que concederam prazo de permissão adicional de duzentos e quarenta meses, aos quais serão aplicadas as renovações automáticas previstas no inciso VI e parágrafo único do art. 3º.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando tiver havido rescisão contratual por comprovado descumprimento das cláusulas contratuais pelo permissionário lotérico."

"**Art. 5º-B.** Aplica-se a renovação automática prevista no art. 5º-A às demais permissões lotéricas celebradas até a data de publicação desta Lei após a data final de vigência, inclusive quando

decorrente de renovação automática prevista no respectivo contrato."

Art. 2º Ficam cancelados os efeitos do aviso publicado em 5 de agosto de 2015 na Seção 3 do Diário Oficial da União pela Gerência Nacional Gestão de Canais Parceiros da Caixa Econômica Federal e as licitações decorrentes do mencionado aviso.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DDAA7DD0EC641EBD41B3AA7BE5CB3C8A.proposicoesWeb2?codteor=1379353

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

– **Projeto de Lei da Câmara n° 144, de 2015** (n° 5.568/2013, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei n° 9.503, de 23 de setembro, de 1997 — Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos de automotores.

É o seguinte o projeto:

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 144, DE 2015

(Nº 5.568/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.

Art. 2º O art. 291 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"**Art. 291.** .....

.....

§ 3º Nos casos previstos no § 2º do art. 302, no § 2º do art. 303 e nos §§ 1º e 2º do art. 308, aplica-se a substituição prevista no inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, atendidas as demais condições

previstas nos incisos II e III.

§ 4º O juiz fixará a pena-base segundo as diretrizes previstas no art. 59 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dando especial atenção à culpabilidade do agente e às circunstâncias e consequências do crime." (NR)

Art. 3º O § 2º do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 302.** .....

.....

§ 2º Se o agente conduz veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - reclusão, de quatro a oito anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Art. 4º O art. 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"**Art. 303.** .....

§ 1º .....

§ 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima." (NR)

Art. 5º O caput do art. 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 -

Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"**Art. 308.** Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada:

....." (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=18193BE73934A0D0FB008600E108CFD4.proposicoesWeb2?codteor=1088367&filename=PL+5568/2013

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria pedir a Senadora Fátima que ocupasse...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Hoje eu não posso, Senador, eu vou para a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, peço ao Senador Reguffe a gentileza de ocupar a Presidência porque, pela lista de inscrição, eu sou o próximo.

Aliás, hoje, muita gente ficou sem almoço, Senadora, em razão da bela sessão especial em homenagem às pessoas com deficiência.

O Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Lasier Martins, para uma comunicação inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, José Antônio Reguffe, meu correligionário do PDT, Senadoras, Senadores, telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, eu quero falar sobre dois assuntos brevemente de inegável relação ao momento que estamos vivendo no País.

Um deles, Presidente Reguffe, diz respeito à dispersão dos processos que estavam na Justiça Federal ou alguns que estavam a caminho da Justiça Federal de Curitiba, aqueles que tratam dos desvios de conduta na política.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal decidiu desmembrar o processo referente ao escândalo da Petrobras e relações de processos ligados aos mesmos métodos. Em razão disso, convém assinalar que, desde logo, o Ministro do Supremo, Gilmar Mendes, disse que isso vai prejudicar as investigações. Não é um Senador ou um jornalista que está a dizer isso, mas um integrante do próprio Supremo tribunal Federal.

Por seu turno, na mesma linha, o Procurador-Geral da República revelou sua preocupação, lembrando muito bem que são casos que têm os mesmos autores, têm os mesmos delatores, os mesmos métodos a respeito dos desvios de conduta e mesmos objetivos.

Então, uma certa surpresa sobre esse desmembramento. Agora, nós queremos acreditar, apesar dessas desconfianças, que isso não esteja sendo uma manobra naquilo que a população brasileira acompanhava com tanto interesse e até com algum entusiasmo; que não seja uma manobra para embaraçar o andamento dos processos da Lava Jato. Nós queremos acreditar que essa redistribuição de processos não venha impedir que os novos juízes, que assumirão esses processos, muitos deles sendo cogitados para o Foro Federal de São Paulo. Nós não queremos acreditar que não trabalhem com a mesma diligência, a mesma responsabilidade, o mesmo labor com que vinha fazendo e com tanta coragem o Juiz Sérgio Moro, de Curitiba. Então, esta é nossa expectativa: nós queremos acreditar que os desdobramentos se propiciarão a que muitos outros juízes brasileiros, seja lá de que Estado forem, tenham esse mesmo desempenho no sentido de fazer essa depuração de que a política brasileira tanto precisa.

O outro tema que abordo aqui, Sr. Presidente, é sobre a abertura do balcão de negócios no Palácio do Planalto. Aviva-se o velho e lamentável vício que sempre tem recebido, cada vez mais, a repulsa da população brasileira e tem feito desacreditar os políticos e a política: a política das barganhas, Sr. Presidente, a política do toma lá dá cá, a política da negociação por cargos e por poder.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E as grandes negociações estão evoluindo entre o Governo e o PMDB, ao que tudo indica, que começa por receber o privilégio dessa troca, desse apoio: aquele que é o mais importante orçamento da Esplanada, que é o Ministério da Saúde, que lida com R$110 bilhões.

Então, lamentável é isso que começamos a ver, a coalizão fisiológica. Justamente no momento em que se prenunciava ou o partido anunciava o desembarque do Governo, eis que acontece justamente o contrário: assume, de todas as formas e cada vez mais, o Governo, inclusive ...

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... ao que tudo se percebe, o PMDB assume espaços, Sr. Presidente, que eram do PT. Isso já faz supor que a gritaria haverá de acontecer, porque, curiosamente, nós estamos constatando uma nova realidade: o Governo eleito do PT está cedendo cada vez mais espaços, e, hoje em dia, temos praticamente um Governo do PMDB, e não um Governo do PT.

Por que falo essas coisas? Porque não é essa a política que o Brasil quer, a política de que o Brasil precisa, a acomodação de interesses partidários. O que se quer no País não é a cogitação dos ministros buscando os seus interesses pessoais ou o poder. O que a população brasileira quer é uma política séria, transparente, onde prepondere a atenção às grandes necessidades do Brasil.

Vejam que justamente o Ministério da Saúde, que é o Ministério presentemente em negociação, com seu orçamento de R$110 bilhões, é exatamente aquele que diz respeito à maior carência do Brasil na atualidade, a carência da saúde pública, que tende a se agravar, porque já se começa a tomar conhecimento – a imprensa tem sido pródiga nessas divulgações – do grande número de famílias brasileiras que começa a cancelar os seus planos de saúde, diante da crise que lhes está acometendo. Nessas condições, a saúde pública a ser prestada pelo Ministério da Saúde deverá ser ainda maior.

E outro agravamento que nos preocupa, Sr. Presidente, é que, pelo que anunciam as primeiras notícias, nessa negociação, os ministérios serão entregues não a pessoas mais habilitadas, não àquelas que estejam acostumadas à lida com esses assuntos, e, sim, a interesses partidários, a interesses pessoais, o que poderá dificultar ainda mais a recuperação deste País.

Agora, desde logo, brota uma dúvida: será que as ruas vão apoiar essas negociações, a barganha que começa a acontecer neste momento entre o Palácio do Planalto e um dos principais partidos do Brasil? Será que vão calar as ruas, ou voltarão com maior força? Sem aquela esperança que nós temos – e sobre a qual se pronunciou muitas vezes, desta tribuna, aquele a quem tive a honra de suceder, o ilustre Senador Simon –, o grito das ruas, sem a vinda dos jovens a protestar, este Brasil talvez não tenha solução. Por isso, fica ao menos esta esperança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador Lasier, e o objeto do meu pronunciamento vai ser exatamente o seu. Então, eu vou reforçar as suas palavras, no que passo a Presidência a V. Exª para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, o Senador José Antônio Reguffe, eleito pelo Distrito Federal e que, ainda na eleição passada, como Deputado Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... foi o mais votado do País, sob o ponto de vista proporcional dos votos.

V. Exª tem a palavra.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não tenho como aceitar e como concordar com o atual critério de escolhas de ministros de Estado e de secretários de Estado neste País. Parece que o que vale é a carteira de filiação partidária, e não a qualificação técnica e o conhecimento do indicado sobre determinada área.

É muito ruim ver esse loteamento, como Parlamentar, como cidadão e como contribuinte deste País. O Estado tem que servir ao contribuinte, ao cidadão, e precisa devolver serviços públicos de qualidade para esse cidadão. Hoje, parece que o Estado brasileiro tem como propósito a construção e a perpetuação de máquinas de partidos políticos, e não a devolução de serviços públicos de qualidade ao cidadão brasileiro.

Temos 39 estruturas de ministérios, temos 23.941 cargos comissionados, só na Administração Direta, sem contar as agências reguladoras, as universidades federais. São 23.941, de acordo com uma resposta formal do Ministério do Planejamento a um requerimento formal de informações que fiz como Parlamentar.

Não posso aceitar que simplesmente se escolham ministros de Estado por causa da filiação partidária, que o critério seja de que partido é. Não pode! Essa é uma função importante. O Estado não pertence aos partidos, o Estado pertence ao contribuinte, ao cidadão, à sociedade brasileira.

Pode até, é claro, ocorrer de os partidos governarem juntos. Devem, na campanha, discutir um programa de governo, as ideias que serão implementadas. Mas não pode simplesmente um partido apoiar ou não um governo, se ele tem ou não ministério. Não pode um Parlamentar votar ou não votar favorável a um projeto, se ele tem ou não cargos no Governo. O nome disso não é democracia, o nome disso é fisiologismo. Isso não é correto, isso não é bom para o cidadão, não é bom para o contribuinte, independentemente do partido, porque pode sair esse partido e entrar outro no poder, e vai fazer do mesmo jeito.

Então, nós temos de mudar o modelo. Esse modelo não está a serviço do cidadão. Não dá para aceitar esse tipo de coisa, porque não é bom para o cidadão brasileiro, que é quem representamos aqui.

A escolha de um ministro de Estado não pode atender apenas a um critério político-partidário: essa pessoa deveria ter a qualificação técnica. E o pior é que isso rebate para tudo embaixo. Ou seja, aquilo ali vira um simples órgão de construção de uma máquina partidária, e não uma preocupação com o serviço que é oferecido ao cidadão, ao contribuinte. Isso não está certo.

O pior é que a nossa Constituição Federal é clara: diz que os Poderes são independentes. Mas isso é só a letra da Constituição, porque hoje o que não ocorre é serem os Poderes independentes. Um Poder interfere no outro o dia inteiro, e isso não é bom.

Também não é bom porque, além de haver pessoas às vezes sem qualificação técnica lá no Executivo, para devolver um serviço para o cidadão em determinada área, isso faz com que os Parlamentares mudem a forma de votar, porque têm ou não cargo no Governo. Não pode ser isso. Se um projeto é bom para a sociedade, e a consciência desse Parlamentar acha que é bom para a sociedade, ele tem de votar "sim"; se não é bom para a sociedade, tem de votar "não".

Um Parlamentar que vota sempre "sim" ou sempre "não" ou que vota um projeto simplesmente pensando em beneficiar ou prejudicar um governo não tem a menor consciência do que é a sua responsabilidade de Parlamentar, que é pensar no cidadão, no contribuinte, na sociedade.

Então, não dá para continuar desse jeito. Simplesmente, a discussão é: "Vou ter base parlamentar, não vou ter base parlamentar, vou dar para o partido A ou vou dar para o partido B o ministério tal".

E agora o ministério que estão discutindo é o Ministério da Saúde, talvez o maior problema hoje neste País! Um Ministério com orçamento de R$110 bilhões vai ser dado para um partido. Nós temos de discutir novas formas, novos modelos de política pública de saúde, para que a sociedade possa ter um serviço melhorado na saúde pública.

E aí se vai entregar um Ministério simplesmente porque tem que fazer um acordo político, uma base? E qual é a ideia? Qual é o projeto? Por que vai mudar o Ministro? Tem que existir alguma ideia, tem que haver um projeto. Qual é o projeto? Qual é a nova ideia? Qual é o novo programa? O que foi discutido numa campanha eleitoral? Será que está sendo feito? Será que não está sendo feito?

Ou seja, as ideias não valem de nada. O que vale é o jogo político. O que vale é esse carguismo e pronto. A consciência sobre se aquilo é bom ou ruim para a sociedade não vale nada.

Então, eu não tenho como concordar com isso. O nome disso não é democracia, o nome disso é fisiologismo. Na minha concepção – pode ser que eu tenha uma visão ingênua do processo –, isso não é bom para o cidadão, não é bom para a sociedade brasileira, não é bom para o contribuinte brasileiro, que é esse que todos nós representamos aqui.

Eu vejo muitas críticas ao Congresso Nacional nas ruas, mas todos os que estão aqui tiveram votos, foram eleitos. Agora, não dá para o Congresso Nacional simplesmente agir dessa forma. Se o partido A tem cargo no Governo, age de um jeito; se não tem, age de outro. Não pode ser assim. O foco tem que ser o cidadão e a qualidade do serviço que esse cidadão recebe.

Nós precisamos ter neste País uma reforma do Estado, criar um sistema de metas e resultados, ter como foco a qualidade do serviço que é oferecido ao cidadão. Infelizmente, hoje, o Estado brasileiro parece que tem como foco não a qualidade do serviço público que vai oferecer ao cidadão brasileiro, e, sim, a simples construção e perpetuação de máquinas políticas para os partidos políticos deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Reguffe, eu me sinto muito confortado por ser seu colega de Partido, porque é isso que nós preconizamos no nosso Partido.

Somos dois pedetistas independentes. Nós temos nos pronunciado constantemente desta tribuna deplorando que o nosso Partido não tenha saído ainda do Governo e temos agora ouvido notícias de que ele vai permanecer. Nós esperamos que isso seja levado em conta e que não se materialize, porque é exatamente contra isto que nos insurgimos: esse estado de coisas, esse fisiologismo, esse toma-lá-dá-cá, essa falta de qualificação para assunção a cargos importantíssimos, como agora se está aventando em relação ao principal ministério de interesse coletivo, que é o Ministério da Saúde. Não é isso o que o Brasil precisa, não é isso que nós queremos.

Agora, não estamos perdendo de vista o porquê de isso estar acontecendo. Isso está acontecendo em razão da profundíssima crise que vive o País sob o ponto de vista econômico, político e de ética. Então, essa negociação que, neste momento, está concedendo poderosos cargos, nessa verdadeira praga do "carguismo", contra o qual eu me insurjo há muitos anos, está se dando, porque quem ocupa o Palácio do Planalto precisa de sobrevivência. Essa é uma das razões. Em que isso vai redundar? Cada vez mais o Partido que foi eleito pelo povo e que tem cometido tantos erros está entregando a um outro Partido a supremacia do poder.

Eu me congratulo com o seu pronunciamento. O que está acontecendo no presente momento haverá de ter desfecho, amanhã ou depois, porque a Presidente da República está viajando para os Estados Unidos – e tive ontem uma informação de cocheira, como se diz na linguagem da minha antiga profissão, de que estaria até pensando em desistir da viagem em razão do momento convulsionado que vive a política. Independentemente de a Presidente viajar ou não, nós estamos em um momento crucial, que é o da mudança dos ministérios, dentro de um acordão administrativo, com o Partido que, cada vez mais, é mais governo do que o próprio eleito.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E eu me somo a V. Exª, Senador Lasier, porque seria muito cômodo para nós dois também indicarmos pessoas para lá, colocando os apaniguados, como se fala. Cada um poderia indicar cem pessoas, cem cargos; seriam cem pessoas a mais que ficariam gratas, que fariam política para nós. Mas é para isso que serve o Estado brasileiro ou é para devolver serviços públicos para o cidadão? É essa a reflexão que precisa ser feita neste País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Serviço público é o que não tem acontecido, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós precisamos devolver o Estado e lutar para que o Estado esteja a serviço do cidadão e não seja simplesmente um mero instrumento de construção e perpetuação de máquinas partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Acho que este é o momento de nós conclamarmos a população a voltar às ruas – ordeiramente, como tem acontecido, o que tem sido elogiável – com suas ironias, com seus caracteres de políticos, etc. Que cada vez se avolume mais nas ruas do Brasil. Só assim, haveremos de mudar esse *status quo* deprimente que estamos vivendo no Brasil e que agora vem culminar com essa verdadeira inversão do que determinaram as eleições passadas: aquele Partido que havia sido eleito em segundo lugar, através do Vice-Presidente da República, passa a ser, na prática, o primeiro, porque domina os poderes e domina os ministérios. É isso que está por acontecer.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado a V. Exª pelo tempo.

Que nós continuemos fazendo a nossa parte, para que tenhamos um País um pouco melhor do que temos e que não vejamos, simplesmente, no jornal, que indicações de ministros atendem apenas a critérios político-partidários e não ao critério técnico do serviço que será oferecido ao cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Cumprimentos por seu pronunciamento, muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sobre a mesa da Presidência do Senado, que estamos interinamente cumprindo nesta tarde de hoje, há um documento que vem da Senhora Presidente da República, adotando em 22 de setembro deste 2015 e publicando no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra do *Diário Oficial da União*, as medidas provisórias que devem ser lidas aqui, o que está sendo feito: a **Medida Provisória nº 692, de 2015**, que *altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza*;

e a **Medida Provisória nº 685, de 21 de julho deste ano de 2015**, que *institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit)*.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

O calendário de tramitação da medida provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB/PSD)	
Eunício Oliveira	1.
Omar Aziz	2.
Sérgio Petecão	3.
	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP)	
Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Benedito de Lira	3. Lindbergh Farias
Paulo Rocha	4. Fátima Bezerra
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2.
Ronaldo Caiado	3. José Agripino
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB)	
Lídice da Mata	1. Vanessa Grazziotin
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Fernando Collor	1. Blairo Maggi

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN	
Júlio Lopes	1.
	2.
	3.
	4.
PT	
Sibá Machado	1. Alessandro Molon
Ságuas Moraes	2. Afonso Florence

PSDB	
Carlos Sampaio	1. Nilson Leitão
Bloco PRB / PTN / PMN / PRP / PSDC / PRTB / PTC / PSL / PTdoB	
Celso Russomanno	1. César Halum
PSD	
Rogério Rosso	1. Paulo Magalhães
PR	
Wellington Roberto	1. Maurício Quintella Lessa
PSB	
Fernando Coelho Filho	1. Paulo Foletto
DEM	
Mendonça Filho	1. Efraim Filho
PSOL*	
Chico Alencar	1. Glauber Braga

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no *DOU*: 22/09/2015 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 24/09/2015
- Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 28/09/2015 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 19/10/2015(até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 19/10/2015
- Prazo no SF: de 20/10/2015 a 02/11/2015 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 02/11/2015
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 03/11/2015 a 05/11/2015 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 06/11/2015 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 20/11/2015

São os seguintes os ofícios das lideranças:

À publicação
Em 05 / 08 / 2015

SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

GLBSD- Memo.73/2015

Brasília, 5 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista de Medidas Provisórias

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que, nos casos em que o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia não encaminhar, no prazo regimental, as indicações para composição das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, seja feita prontamente minha indicação, na condição de Líder, como membro titular, bem como a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, na condição de vice-líder, para compor, como suplente, as referidas comissões.

Respeitosamente,

Senadora Lídice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 24 / 09 / 15 às 14h00
Nome: Daiane Reis
Matr. Nº 228548

Recebido em 05/08/15
Hora 14:45
Fernanda Melo e Silva
Mat. 207690
Irene da Silva Radicchi - Mat. 254840
SCLSF-SGM

A Publicação
Em 23/09/15

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 1325 Brasília, 23 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado **JÚLIO LOPES - PP** para integrar, na qualidade de **TITULAR,** a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 692/2015**, que "Altera a Lei nº 8.981, de 20.01.1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21.07.2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT.", em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**
Líder do Bloco **PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN**

Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

A Publicação
Em 24/9/2015

Of. nº 410/2015 – LidPR

Brasília, 23 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Indicação de membro titular e suplente da Comissão Mista MP 692/15

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado Wellington Roberto (PR/PB)** para membro **titular** e indicar o **Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)** para membro **suplente na Comissão Mista da Medida Provisória nº 692**, de 22.09.2015, que - Altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Partido da República - PR

Liderança do Partido da República – Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II - – Bloco das Lideranças Partidárias (BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, o Senador gaúcho Paulo Paim, que merece todos os nossos cumprimentos – já o fizemos uma vez, mas merece tantas vezes quantas possíveis – pelo extraordinário mérito que teve ao promover, na manhã de hoje, uma sessão especial para homenagear as pessoas com deficiência. Foi uma cerimônia concorrida. O plenário do Senado esteve repleto, e houve momentos de muita emoção, principalmente, quando, na conclusão dos trabalhos, o próprio Senador Paim assomou à tribuna, para o seu discurso, em que demonstrou o seu sentimento humanitário, como poucos o têm no Congresso Nacional. V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Lasier Martins. É uma satisfação usar a tribuna com a Presidência de V. Exª. V. Exª tem sido um parceiro aqui, em todos os debates, em todos os temas, mostrando toda a sua responsabilidade com o social e as causas que nortearam o seu Partido, o PDT, de figuras inesquecíveis, como Getúlio Vargas, como João Goulart, como Leonel Brizola. No momento de uma crise tão grande no País, a chama do trabalhismo tem que estar acesa. Esse farol que iluminou gerações tem que estar presente.

Senador Lasier Martins, eu vim agora de uma reunião com centrais e confederações, em que todos demostraram enormes preocupações com uma série de projetos que estão vindo, principalmente, da Câmara dos Deputados, que visam precarizar, diminuir, esfacelar a própria CLT e a Constituição no que tange ao direito do trabalhador, da trabalhadora, do aposentado e do pensionista.

Eles me diziam – e eu fiquei perplexo – que, agora, numa medida provisória que está para ser votada no dia 30, a ofensiva e a ousadia são tão grandes que tentam colocar uma matéria de novo numa medida provisória que não tem nada a ver, pois a medida provisória em questão vai tratar daquela proposta apresentada pelo Executivo à Casa, via MP, sobre a questão de redução de jornada e redução de salário para evitar demissão em massa em momentos de alta crise. Se não me engano, mais de 80 empresas em parceria com os próprios sindicatos de empregado e empregador já fizeram esse acordo, e, com isso, não houve demissão de cerca de mais de 50 mil trabalhadores, somando essas empresas, porque houve entendimento entre os sindicatos de empregado e empregador e a assembleia dos trabalhadores, que aceitaram a redução da jornada, não perdendo, claro, o total das horas não trabalhadas, porque uma parte ganham via adicional que viria do dinheiro do seguro-desemprego. Sr. Presidente, a proposta colocada ali diz que vai valer o negociado sobre o legislado. Lembro-me, quando era Deputado Federal ainda, de que essa proposta veio para a Câmara. Nós fizemos o bom combate e perdemos por dois votos, e o projeto veio para o Senado. Naquele dia, em novembro, não dava mais tempo de o Senado votar, eu disse: "Sou candidato ao Senado, porque vou atrás desse projeto lá no Senado". E, graças ao povo gaúcho – V. Exª, naquela época, era, como sempre foi, um grande profissional de imprensa –, eu me elegi Senador pela primeira vez, e o primeiro projeto que nós derrotamos aqui foi exatamente aquele que dizia que o negociado estava acima do legislado. Em síntese, a matéria diz o seguinte: não valerá mais a CLT, não valerá nem aquilo que manda a Constituição, e vale o negociado entre empregado e empregador. Ora, para que as leis no País, se elas não serão doravante respeitadas? Por que toda luta é histórica para fortalecer a CLT? Eu sempre digo que a livre negociação é muito boa acima do legislado, acima da lei e não abaixo da lei. Se foi acordado acima da lei, é o ideal, porque daí as partes acordaram, porque quiseram. Essa redação foi colocada, como se diz num termo do Congresso, no sistema jabuti, dentro dessa MP que não tem nada a ver com a questão.

Espero que, no dia 30 – com certeza, estaremos nessa reunião –, retiremos essa questão e aprovemos a medida na intenção que veio do Executivo, que tem o aval da maioria dos sindicatos brasileiros. Por isso, nós já estamos marcando uma reunião de todas as centrais em São Paulo, como também com as confederações, para nos movimentar aqui na Casa e fazer um apelo para que essa proposta seja retirada dessa MP.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, enquanto não começa a Ordem do Dia – e precisaríamos de quatro Senadores em plenário, já há mais um, isso é bom –, eu queria também falar algo sobre a importância da reunião de hoje pela manhã. V. Exª, com muita solidariedade, muita generosidade, falou do nosso pronunciamento. De fato, hoje de manhã, coincidiram duas questões emblemáticas para mim e para as 45 milhões de pessoas com deficiência. A primeira delas é que nós festejamos um projeto de nossa autoria, que tornou o dia 21 de setembro o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o que festejamos juntos hoje pela manhã. E coincidiu também que este é o ano em que aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência – de nossa autoria, mas com a contribuição de todos, V. Exª foi um dos que nos ajudou, o Romário foi Relator na Casa – e aqui enfatizamos a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que vai beneficiar em torno de 45 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, entregamos – e a Senadora Lídice da Mata é a Presidente dessa comissão – uma medalha, um diploma para pessoas que se destacaram na defesa dos direitos humanos. Cinco mulheres ganharam o prêmio. Isto é um bom sinal: de cinco prêmios, cinco foram mulheres que ganharam o prêmio. Como V. Exª disse, foi uma sessão bonita que mexeu com as nossas emoções.

E a poesia que li no encerramento, em que nós todos nos emocionamos um pouco, com certeza, foi escrita por um menino do meu gabinete, Luciano Ambrósio, que é deficiente visual. Ele dialoga comigo. Aqui, li a poesia, que dizia – ele não enxerga –:

Senadores, chegou a primavera.

Vejam, Senadores, as águas são mais transparentes.

Vejam, Senadores, as flores estão mais coloridas.

Vejam, Senadores, o verde voltando dos campos – e ele não enxerga.

Vejam, Senadores, os novos tempos para nós, que somos deficientes, com a criação do Estatuto e o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência.

E ele, na poesia, faz uma conversa com o Senador com o qual trabalha. Estou muito mais aqui não falando de mim, estou falando dele.

É uma demonstração, Sr. Presidente, de que as pessoas com deficiência só precisam de oportunidade. Se tiverem oportunidade, mostram toda a sua capacidade, toda a sua competência, toda a sua sensibilidade para fazer o bem, não importa, se estão olhando ou vendo, a quem, no caso desse menino cego.

Como outro, que V. Exª já conheceu, porque V. Exª o entrevistou uma vez, Santos Fagundes, que coordena meu gabinete no Sul, há mais de 15 anos, e também é cego. E faz um trabalho brilhante. Eu diria que está entre os melhores que até hoje me assessoraram, e é totalmente cego.

Ambos fizeram faculdade trabalhando no meu gabinete, não por mérito meu, mas por mérito deles. E foi de noite. De dia eles trabalham. Fizeram a faculdade no expediente que conseguiram, depois da cinco da tarde.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quando eu lembro esses fatos, eu o faço com muita alegria.

Passo agora ao terceiro ponto, Sr. Presidente, que para mim é de suma importância.

Nós vamos votar em seguida – e eu saí da reunião para vir ao plenário – um requerimento que eu mesmo assinei depois de conversar com o Senador Otto Alencar, que é Presidente da Comissão Especial, com o Senador Blairo Maggi, que é o Relator Geral da Comissão Especial, depois de conversar com o Presidente Renan Calheiros, sobre o PL 30, que trata da terceirização, que permite terceirizar tudo, até atividade-fim, seja bancário, metalúrgico, comerciário, professor, todos poderão ser terceirizados. É claro que eu não concordo com isso.

Estou viajando pelo Brasil, Sr. Presidente. Já fui a assembleias legislativas para eventos, para debates sobre esse tema, com a participação quase sempre do presidente da assembleia. O presidente abre a audiência, depois passa para um colega seu e depois eu assumo a presidência em nome do Senado. Já fomos a Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina e São Luís. Fomos também duas vezes, além, naturalmente, do Rio Grande do Sul, ao Estado de Goiás, e agora vamos à Bahia. À Bahia, nós fomos no dia 18/09, sempre com a assembleia lotada, Sr. Presidente, para debater a terceirização e, claro, o fortalecimento da própria democracia. Entra o debate sobre corrupção, entra o debate sobre educação, entra o debate sobre saúde, entra o debate sobre as NRs, por exemplo, que não podem ser revogadas, como a NR 0nº 12.

Amanhã, dia 25, o debate vai ser aqui em Brasília. Espera-se a participação de três mil trabalhadores. Depois de Brasília, Sr. Presidente, no dia 8/10, eu estarei em Aracaju; no dia 9/10, em Maceió; em Porto Velho, 22/10; em Rio Branco, 23/10; em Belém, 5/11; em Macapá, 6/11; em Palmas, 3/12; em Goiânia, 4/12; em Cuiabá, 18/02/2016; e, em Campo Grande, 19/02/2016.

Por que estou lendo isso, Sr. Presidente? É que, de fato, nós estamos tratando com muito carinho e respeito essa questão da terceirização. E foi baseado nesse trabalho que ajustamos com o Relator principal e o Presidente da Comissão Especial para que eu fosse o Relator do PL 30. O PL ia para a Comissão de Direitos Humanos, e, indo para lá, eu, como Presidente, avoquei a relatoria. Eu estava como Relator indicado por mim mesmo, mas é possível, porque o Presidente pode avocar para si a relatoria. Como agora a Comissão Especial está recebendo em torno de 50 projetos, o da terceirização vai para lá também. Acumulamos trabalho de relatoria. Sou Relator também de mais dois projetos de Senadores. Eu também já sou Relator nas comissões específicas. Um deles é do Senador Marcelo Crivella, um outro é do Senador Randolfe e um outro é de uma emenda popular que foi apresentada à Comissão e da qual também sou Relator.

Então, estou trabalhando com esse tema, e a minha intenção não é como aqueles que pensam assim: "Se o Paim pegar, vai radicalizar e vai ser contra tudo."

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é verdade.

Eu não concordo com o projeto da Câmara, e todos os Senadores sabem disso. Mas não sou contra construirmos um projeto regulamentando a situação dos 13 milhões de terceirizados, e é isso que a Casa quer, é isso que o Senado quer. Então, nós vamos construir um projeto equilibrado, regulamentando a situação dos 13 milhões de trabalhadores que estão hoje na terceirização. Vai ser um projeto discutido, elaborado, eu diria, a dezenas de mãos; para mim, a centenas de mãos, para que possamos resolver, de uma vez por todas, a regulamentação da situação dos terceirizados.

Era isso, Sr. Presidente. Eu havia assumido o compromisso de usar a tribuna pelo tempo que fosse necessário até que pudéssemos iniciar a Ordem do Dia. Se necessário for – estou aqui no plenário –, voltarei à tribuna para continuar dialogando com V. Exª e com os Senadores sobre temas do mundo do trabalho, da Previdência, o pacote que ora foi editado, o pacote que estão dizendo que vem na semana que vem, com o qual também estou preocupado, mas podemos discorrer com calma, com a profundidade que o momento exige.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A não ser que V. Exª já queira nos antecipar o conteúdo do pacote da semana que vem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se eu soubesse, eu já falava aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem. Muito obrigado. Cumprimentos pela versatilidade, Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nosso Senador da Paraíba Raimundo Lira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, do nosso Estado-irmão, Rio Grande do Sul, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer homenagem a um Município da Paraíba, um Município onde nasceu a história da minha família, tanto em relação ao meu pai como em relação à minha mãe.

Já dizia um colega meu, aqui, no Senado, que o homem que não ama sua terra também não ama as pessoas. Eu faço questão, sempre, de ressaltar e destacar, Senador Paim, que eu gosto da Paraíba, eu amo a Paraíba, como V. Exª ama o seu Rio Grande do Sul, repito, Estado-irmão da Paraíba.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Senador, sem tirar o seu tempo. Eu tenho um pezinho na Paraíba, porque, com muito orgulho, eu recebi o título de cidadão da Paraíba. Adoro também a Paraíba, como a Bahia e outros Estados, mas não há como não dizer que eu adoro a Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não posso nem falar, porque meu pai é filho de paraibano; meu avô, nascido na Paraíba.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está tudo em casa, então.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, que agora está presidindo esta sessão, V. Exª também tem um sangue paraibano.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com muito orgulho.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com muito orgulho. V. Exª, que é o 1º Vice-Presidente desta Casa, um Senador de muito destaque, de muito prestígio, eu fico feliz que V. Exª, a exemplo do nosso Senador Lasier, do Rio Grande do Sul, esteja presidindo esta sessão.

Eu quero falar, Sr. Presidente, da cidade de São José de Piranhas, que, hoje, completa 130 anos de fundação. Algumas pessoas da Paraíba poderiam perguntar: "Mas São José de Piranhas é uma cidade nova, não tem 130 anos." Só que São José de Piranhas nasceu às margens do Rio Piranhas, que, ao chegar ao Rio Grande do Norte, é chamado de Piranhas-Açu, em função da construção da grande Barragem de Engenheiro Ávidos, uma iniciativa do grande paraibano José Américo de Almeida, que foi Ministro de Viação e Obras do governo de Getúlio Vargas.

Essa obra começou em 1932 e depois teve prosseguimento na seca seguinte – houve uma grande seca em 1932 –, de 1942.

Em função do enchimento dessa grande barragem, São José de Piranhas teve que ser relocalizada numa região chamada de Jatobá. Por isso que a cidade de São José de Piranhas também é chamada de Jatobá por muitos paraibanos.

Quando a cidade foi transferida, na época foi uma cidade projetada por um tio do meu pai, José Augusto de Lira, que é da cidade também. Foi ele que projetou, na época, a cidade, chamado Inácio Lira.

E lá, no Município de São José de Piranhas, seja Piranhas Antiga, ou Piranhas Velha, ou São José de Piranhas, ou Jatobá, nessa grande região do Sertão da Paraíba nasceram o meu pai, José Augusto de Lira, e a minha mãe, França Dantas de Lira. Portanto, eu tenho uma história muito forte com esse Município.

São José de Piranhas é uma cidade exportadora de valores, Senador Paim. É uma cidade que foi construída pela força de grandes famílias. A família Cavalcanti – e aqui eu quero rememorar uma pessoa muito importante na minha infância, que foi Dona Dina e Seu Né –, o seu filho escritor, José Cavalcanti, que foi também

prefeito da cidade de Patos, uma grande cidade, e que tive de saudosa memória, mas teve um grande prestígio em todo o Estado da Paraíba, inclusive como membro da Academia Paraibana de Letras.

É uma cidade que tem várias famílias, como eu falei. A família Gomes, que tem no Sr. Antônio Gomes – também todas as pessoas de outras gerações – um grande empreendedor e que já naquela década de 1950, 1960 teve a visão de mandar os seus filhos estudar na capital.

Portanto, passou a ser uma família não só respeitada pelo seu valor econômico, mas sobretudo pelo seu valor intelectual.

Temos a família Cavalcanti, já falei da família Lacerda. E aqui eu quero, em nome de toda a família Lacerda, reverenciar o Deputado José Lacerda, que foi Deputado Estadual por oito mandatos consecutivos, foi Vice-Governador do Estado e, portanto, sempre foi conhecido e reconhecido como um dos grandes benfeitores da cidade de São José de Piranhas.

Aqui quero rememorar também a família Lucena e quero, em nome do ex-Senador Lucena, que também foi vice-Governador, referenciar a toda a família Lucena.

Quero referenciar também a família Andrade, a família Dantas, a família Lira, a família Dias e muitas outras famílias, como eu falei, que foram importantes na construção econômica, social, política e intelectual da cidade de São José de Piranhas.

São 130 anos, hoje completados, desta querida cidade que faz parte da região de Cajazeiras cidade que ensinou a Paraíba a ler. Portanto, daqui do Senado Federal, mando um abraço a todo o povo de São José de Piranhas, informando, neste momento, que, na próxima sexta-feira, amanhã, estaremos em uma comitiva em São José de Piranhas, com o Ministro Gilberto Occhi. O nosso 1º Vice-Presidente, Senador Jorge Viana, vai fazer parte dessa comitiva, como um reencontro com as suas raízes paraibanas.

Lá faremos a visita, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... e a supervisão das obras da transposição do Rio São Francisco. Visitaremos o Túnel Cuncas, o maior túnel de todo o Brasil. Visitaremos a Barragem de Boa Vista e a Barragem de Engenheiro Ávidos. Todo esse sistema faz parte da transposição do Rio São Francisco e é de fundamental importância para os nordestinos. A transposição vai atender à demanda dos recursos hídricos para 12 milhões de nordestinos. Trezentos e noventa Municípios serão atendidos.

E aqui, mais uma vez, eu quero informar que solicitei, como Presidente da Comissão de Acompanhamento da Transposição do Rio São Francisco, juntamente com o Relator, Senador Humberto Costa, que fosse feito o Eixo Piancó. Esse Eixo Piancó também vai ser integrado ao Eixo Norte, que tem 477 quilômetros de canais, de túneis. Será um eixo relativamente pequeno, vai beneficiar a região de Piancó, beneficiando diretamente cerca de 40 Municípios. A água do Eixo Piancó entrará, logicamente, no Rio Piancó, vai abastecer o maior conjunto de barragens da Paraíba, que é o conjunto Coremas/Mãe D'água, com aproximadamente 1.150.000.000 metros cúbicos.

E mais, ainda, Sr. Presidente, quando essas águas transbordarem no sistema Coremas/Mãe D'água, vão percorrer o Rio Piranhas – repito, que ao chegar ao Rio Grande do Norte, recebe o nome de Piranhas Sul – e abastecer também a maior barragem do Estado do Rio Grande do Norte, que é a barragem de Açu, com 2.400.000.000 metros cúbicos.

Portanto, a transposição é de fundamental importância para o Nordeste brasileiro e, também, para o meu Estado, a Paraíba, que será, indiscutivelmente, em número de Municípios e de população, o Estado mais beneficiado da transposição.

Portanto, estaremos aqui, com o apoio do Senador Jorge Viana, na qualidade de Primeiro Vice-Presidente do Senado, pelo seu interesse por essa transposição, apesar de ser um Senador do Estado do Acre, do Norte do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas é que eu recebi um convite, e havia falado com o Ministro Occhi – o senhor me permite, Senador Raimundo Lira – que é uma obra tão importante, porque ela corrige séculos de injustiça com a população nordestina. Nós, do Norte do Brasil, da Amazônia e do Acre, somos parentes, descendentes de nordestinos. Acho que também é uma maneira de nós, acompanhando o Ministro, relatarmos aqui, no plenário, a quantas anda, porque tem gente que acha que, primeiro, a transposição não está acontecendo; segundo, que ela pode acabar com a água do São Francisco; terceiro, que é uma obra inacabada e que não atinge, eu sei, os milhões de nordestinos que terão acesso, o quanto que pode mexer na economia do Nordeste. E aí, eu só sei defender aquilo que eu conheço e que eu vejo.

Então, eu estou indo conhecer, como engenheiro, como ex-Governador e como Vice-Presidente da Casa, e vou, certamente também, fazer uma homenagem à raiz. Meu pai vai ficar muito contente, filho de paraiba-

no, de saber que eu irei lá, porque nunca fui ao interior da Paraíba, ver as possibilidades que aquele Estado tão querido, especial até para a minha família, terá a partir dessa obra.

Eu sei que vamos surpreender o Brasil com a entrega de trechos importantes até o ano que vem. Eu estava junto com ele e a Presidenta Dilma, numa viagem para o Acre, no avião, quando ela falou: "Mas será que entrega?" Ele falou: "Vamos entregar!"

Então, eu quero ver isso de perto. Parabenizo V. Exª por estar fazendo essa conexão histórica, familiar do processo todo dos Municípios na Paraíba com essa viagem amanhã.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. E, mais uma vez, peço a V. Exª o apoio para essa nossa luta. Não só para a transposição, porque a transposição é um projeto definido. Segundo os últimos dados, aproximadamente 73% dessa obra já está pronta. Já foi inaugurado o primeiro trecho, com 40km.

Eu quero apenas o apoio de V. Exª para esse novo eixo que o Ministério da Integração Nacional já começou a estudar, que é o Eixo Piancó, que vai exatamente atender, de forma complementar, o Estado da Paraíba, atendendo uma região extraordinária que é a do Vale do Piancó, e também o nosso Estado querido e vizinho do Rio Grande do Norte. Então, é uma luta que nós temos que empreender. Vamos solicitar maior apoio político para que esta grande obra seja concluída.

Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, é importante que o povo nordestino tenha a certeza, tenha a informação precisa de que a obra não está parada. Hoje, existem mais de 3.500 máquinas grandes, médias e pequenas trabalhando nessa obra. É uma obra grandiosa, que, sem dúvida nenhuma, é a grande aspiração de anos e anos – desde Dom Pedro II – do povo nordestino, que é um povo trabalhador e que não deve sair da sua região por falta d'água. Com a chegada da transposição, essa razão não será mais usada para os nordestinos saírem do seu Estado e do seu solo tão querido.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui encerrar dizendo, mais uma vez, que amanhã eu, V. Exª, o Ministro Gilberto Occhi, da Integração Nacional, e mais alguns companheiros do Congresso Nacional, Senadores e Deputados, estaremos coincidentemente lá, no dia do aniversário de São José de Piranhas. Porque a data é hoje. São José de Piranhas completa hoje 130 anos de emancipação política, mas, em função de um decreto do Prefeito Domingos Neto, foi oficialmente transferida a data da comemoração, o feriado da comemoração, para exatamente amanhã, sexta feira, quando essa comitiva chegará ao Município de São José de Piranhas.

E aqui eu quero concluir, repito, transmitindo os parabéns para São José de Piranhas e para o seu povo, rememorando também que hoje é o aniversário da cidade sertaneja de Água Branca, uma cidade menor, mas uma cidade altaneira, uma cidade de gente boa, de pessoas que trabalham, que amam a Paraíba. Água Branca completa exatamente hoje 56 anos de emancipação política. Portanto, meu abraço, meus parabéns para São José de Piranhas e para a cidade de Água Branca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Lira, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, caro Senador. Fico muito contente por estar aqui. Aliás, V. Exª ainda não marcou presença e já está na tribuna. Senador Raimundo Lira, quero cumprimentá-lo e dizer que vai ser uma honra para mim também fazer parte dessa missão oficial do Governo brasileiro.

Eu, como Senador, estou adiando. Eu iria para o Acre hoje, só irei amanhã à noite, para poder cumprir essa missão que muito vai me alegrar. Vou também com o sentimento afetivo de andar um pouco na terra que deu origem à minha família, meu avô Virgílio Viana. Sempre tive dificuldade de identificar os familiares, algum descendente, mas na Paraíba, perto de Campina Grande, parece que existem duas famílias Viana, uma com um ene e outra com dois enes. Houve uma desavença. O certo é que dali que meu pai e toda a família descende. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento. Vai ser uma honra para mim estar junto.

Peço a compreensão de V. Exª para fazermos a Ordem do Dia, rapidamente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Como Líder.) – Sr. Presidente, São José de Piranhas fica a poucos quilômetros de Cajazeiras, cidade onde nasci. Agora, 22 de agosto próximo passado, estive em Cajazeiras, passei três dias. É uma cidade que é um grande centro universitário, com mais de 10 mil universitários da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ela nasceu de um colégio, fundado pelo Padre Rolim, nascido há 215 anos. Fui a Cajazeiras comemorar os 152 anos de emancipação política. Gostaria de levar essa comitiva para conhecer Cajazeiras, mas não vai ser possível, porque temos que nos deslocar em todo o eixo norte, numa distância de 477km. Portanto, fica para outra oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado.

Peço que V. Exª permaneça no plenário para que se possa fazer a Ordem do Dia. Depois, também vou fazer uso da tribuna, revezando com o meu colega Paulo Paim. Falarei do apagão no Acre, da audiência que tive hoje na Aneel, no Ministério de Minas e Energia, e também da audiência que tive com os presidentes das companhias aéreas e o Ministro Eliseu Padilha, hoje, tratando de preço de passagem aérea no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

ORDEM DO DIA

Nós temos a pauta sobrestada por conta de medida provisória, mas vamos, então, cumprindo o protocolo, fazer a apreciação de requerimentos que têm acordo rapidamente e depois voltamos à lista de oradores.

Votação, em globo, dos **Requerimentos nº 627, 761, 762, 870, 923, 1.073, 1,091 e 1.096, de 2015**, que solicitam audiência de outras comissões para diversas proposições.

São os seguintes os itens:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 627, de 2015, do Senador Douglas Cintra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

(A matéria vai à CAE, seguindo posteriormente à CDH, em decisão terminativa.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 761, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 761, de 2015, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, seja ouvida, também, a CE (regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico).

(Uma vez que já se encontra instruída pela CAS, a matéria vai ao exame da CE, seguindo posteriormente à CAE.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 762, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 762, de 2015, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, seja ouvida, também, a CAE (regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico).

(Uma vez que já se encontra instruída pela CAS, a matéria vai ao exame da CE, seguindo posteriormente à CAE.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 870, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 870, de 2015, do Senador Telmário Mota, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, seja ouvida a CDH (crime hediondo para acidente com vítima fatal causado por motorista embriagado).

(A matéria vai ao exame da CDH, seguindo posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 923, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 923, de 2015, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2014, seja ouvida a CCJ (regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista).

(A matéria vai ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1073, de 2015, do Senador Delcídio Do Amaral, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2013, seja ouvida a CAE (piso salarial do magistério da educação básica).

(Uma vez que já se encontra instruída pela CCJ, a matéria vai à CAE, seguindo, posteriormente, à CE, em decisão terminativa.)

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.091, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.091, de 2015, do Senador Hélio José, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2014, seja ouvida a CE (piso salarial dos técnicos e auxiliares em saúde bucal).

(A matéria vai ao exame da CE, seguindo, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Secretaria de Ata fará o registro individual na tramitação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Votação, em globo, dos **Requerimentos nº 842 e 1.070, de 2015**, que solicitam tramitação conjunta de diversas proposições.

REQUERIMENTO Nº 842, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 842, de 2015, do Senador Humberto Costa, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, já apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012; com o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2015, por regularem matéria correlata (normas de regulação para o mercado de órteses e próteses).

(As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CAE e CMA, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Secretaria de Ata fará o registro individual na tramitação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como V. Exªs podem ver, é apenas um ato formal, já que há acordo com as bancadas e a pauta está sobrestada.

A Ordem do Dia hoje, portanto, não pode acontecer.

Senador Paim, pede pela ordem?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na Comissão Especial, fizemos um acordo com o Senador Otto Alencar, com o Relator geral, Senador Blairo Maggi, com o Senador Eunício e também com o Presidente Renan Calheiros, de forma tal que o PL nº 30, que trata da terceirização e se encontra na Mesa, vá para aquela Comissão Especial. E mediante acordo que formulamos - e aqui em plenário estou assumindo essa responsabilidade - eu já relato sobre essa matéria três projetos: um do Senador Marcelo Crivella; um que foi apresentado pela Anamatra na Comissão de Direitos Humanos; e outro que foi apresentado também naquela Comissão por parte das centrais e confederações.

Chegamos ao entendimento de que, com a ida desse projeto para a Comissão Especial, nós vamos depois apensar os outros três, e eu assumirei a relatoria com o compromisso de fazer um relatório regulamentando a situação dos 13 milhões de terceirizados hoje.

Esse é o compromisso feito e por isso eu mesmo assinei o requerimento que está na Mesa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu fico contente e felicito V. Exª, eu que também tenho uma preocupação muito grande com essa matéria que trata da terceirização.

É importante termos a regulamentação dela, mas é importante também que não se aproveite a regulamentação para mais uma vez sacrificar aqueles que trabalham já de maneira precária. E eu acho que V. Exª pode fazer bem esse papel de salvaguardar aquilo que é a essência dos direitos daqueles que trabalham, especialmente em situações mais fragilizadas, sendo o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, vou à leitura do requerimento.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 1.096, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.096, de 2015, do Senador Paulo Paim, *solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010; e o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011), seja apreciado exclusivamente pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (contratos de terceirização).*

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai a exame da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

(Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 522, 523, 879, e 880, de 2015.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos aperfeiçoar, debater, amadurecer essa proposição e, na hora certa, a traremos de volta para o plenário.

Eu peço até ao Senador Paulo Paim que possa... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Raimundo Lira, se V. Exª puder assumir para que eu possa fazer uso da tribuna como orador inscrito, eu agradeço muito, enquanto o Senador Paim faz...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

Eu assumi o compromisso, Sr. Presidente, de retornar depois, porque vou atender a uma delegação de direitos humanos da ONU que veio visitar hoje o Senado e a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Eu passo a Presidência para o Senador Raimundo Lira, para que eu possa fazer uso da tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Srªs e Srs. Senadores, antes de passar a palavra ao próximo orador, no caso, o Senador Jorge Viana, eu quero declarar encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É falha minha. Eu deveria concluir o trabalho, dando por encerrada a Ordem do Dia. Vamos desligar a sirene lá fora. É bom porque eu tenho 20 minutos após a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna para dar uma satisfação à população do meu Estado pelo exercício deste mandato de Senador que ela me deu a honra de conquistar.

Nós estamos vivendo uma situação de precarização de alguns serviços no Acre, como a telefonia, que temos cobrado, a situação do serviço de transporte aéreo, com a busca de tornar a regionalização uma realidade, e essa situação gravíssima dos apagões, que levou a população dos Municípios interligados a algo absolutamente inaceitável. No último deles, foram cinco horas sem nenhuma explicação pelos operadores do sistema elétrico, sem nenhuma justificativa, sem nenhum aviso. E os prejuízos da população são incalculáveis. O que fazer diante disso?

Temos trabalhado, cumprindo o que estabelece a Constituição: o uso do mandato para debater temas, para apresentar projetos, para conduzir discussões e debates, seja aqui, seja na sessão do Congresso, como na última, quando atuei como relator, mas um dos papéis do nosso mandato é o de representar a população para garantir seus direitos e fiscalizar a prestação de serviços, especialmente aqueles que são essenciais.

Então, dando sequência, parece até uma rotina, parece até uma repetição. Alguns que estão me acompanhando na Rádio e na TV Senado podem dizer: "Mas o Jorge Viana está falando de novo?" É que eu estou prestando contas. E só há um jeito de nós conseguirmos as coisas, às vezes, neste País: insistindo, persistindo, sendo teimoso. E o que nós estamos vivendo, do ponto de vista da história dos apagões, é muito grave.

Eu estava em Rio Branco no dia 20 de setembro. Aliás, foi meu aniversário no dia 20 último. Houve outro no dia 18 de setembro – eu também estava lá - e no dia 13 de setembro, ou seja, nós tivemos, nos últimos 40 dias, em um pedaço de agosto e em um pedaço de setembro, sete apagões.

Por sete vezes foi desligado o fornecimento de energia para a capital do Acre, para os Municípios todos do entorno que estão interligados.

E qual é o nosso papel? Eu apresentei uma solicitação de audiência com o Ministro de Minas e Energia. Quero até agradecer à Assessora Parlamentar e cumprimentá-la pela eficiência. Estou me referindo à Martha Lyra, conhecida desta Casa por sua capacidade, que imediatamente organizou a audiência. E, nessa audiência pedida por mim – outros colegas também manifestaram interesse –, tivemos o Coordenador da Bancada do Acre, Deputado Federal Angelim, que tem sempre trabalhado. Alguns podem até cobrar: "Mas o Angelim não está aqui no Acre? Era para estar". Mas ele está aqui, trabalhando em Brasília. Acabamos de sair de uma audiência na Aneel. Ele é Coordenador da Bancada Federal, tem que ajudar a fazer com que as coisas andem aqui.

Agradeço ao Ministro Eduardo Braga, que prontamente recebeu hoje a Bancada. Estavam o Senador Petecão, o Senador Gladson, o Deputado Leo, vários Deputados do Acre, os três Senadores e também parte da Bancada de Rondônia, que, sabendo da nossa audiência, pediu para ir junto. Foi com muita satisfação que nós somamos forças. Aqui, os três Senadores de Rondônia já se pronunciaram. Nós tivemos uma reunião de trabalho com o Ministro Eduardo Braga, que também se mostrou absolutamente inconformado com essa situação, talvez com a sensibilidade que tem por ser da Amazônia e por ter sido Governador, colega nosso. Eu agradeço ao Ministro e Senador Eduardo Braga pela maneira com que nos recebeu e também pela maneira com que trabalhamos hoje.

Foram três apagões. No dia 13 de setembro, às 15h40, foi desligada a energia no Acre e em Rondônia; outro no dia 18 de setembro, às 15h45, também à tarde; e outro no dia 20 de setembro. No fundo, foram dois, às 10h37 e, depois, às 11h06.

Pelo que eu pude tirar hoje da reunião, tanto no Ministério de Minas e Energia, na audiência, quanto agora, com o Dr. Romeu, da Aneel, a quem eu quero agradecer a acolhida que nos deu com a sua assessoria técnica...

Nós fomos à Aneel, à Agência reguladora, que tem a prerrogativa dada por nós, aqui do Parlamento, de fiscalizar, de multar, de garantir os direitos do cidadão, porque nós queremos, sim, fazer algumas coisas. Primeiro, identificar se tem culpados, quais as causas; segundo, cobrar as medidas para que não se repita; e, terceiro, nós queremos explicações lá no Acre, dadas pelas autoridades do Governo Federal, do operador do sistema, para que, de posse dessa posição oficial, a população do Acre e de Rondônia possa buscar seus direitos, inclusive na Justiça, junto à empresa que fornece energia, porque eu não tenho notícia de que a conta de luz deixou de ser entregue em algum mês; eu não tenho notícia de que alguém que deixou de pagar não teve a conta cortada. Quem cobra, quem exige, quem cobra inclusive um preço abusivo, injustificável em muitos casos, tem que também garantir o serviço, tem que agora assumir a responsabilidade. E é a companhia de eletricidade, é o sistema Telebras que vai ter que ser acionado na Justiça.

Eu estou pondo na minha página, na *fanpage,* no meu *site,* vou divulgar nos jornais, nos veículos de comunicação os artigos, os direitos que as pessoas têm como consumidoras - e ouvi isso do Presidente da Aneel, Doutor Romeu, hoje -, para que elas possam acionar tão logo se oficialize quem são os culpados. Mas ele já deixou claro: nesse caso, aciona-se a empresa que fornece energia, independente dos culpados.

Eu falo aqui, da tribuna do Senado. Quem estiver me acompanhando pela Rádio Senado ou mesmo pela TV, se precisar de ajuda, procure o Procon no Acre. O meu gabinete vai colocar as informações à disposição. Quantos tiveram equipamentos domésticos queimados? Quantos estavam pagando as prestações, mas agora não têm mais os equipamentos porque eles queimaram? Quantos pequenos comerciantes, pequenos produtores rurais compraram equipamentos para ajudar na atividade produtiva, para melhorar a vida de suas famílias, e agora têm uma conta bancária a pagar e não têm mais os equipamentos? Quantos estão num programa de avicultura no Acre, especialmente na região do alto Acre, mas também ali próximo a Rio Branco, que, nesse calor que estamos vivendo, nesta fase de intenso calor, em que as aves, por exemplo, precisam de equipamentos ligados 24 horas por dia, sob pena de, em poucos minutos, perder-se toda a produção, quem vai pagar esse prejuízo?

Vá ao Banco da Amazônia, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica ou a qualquer outro banco ou à empresa e diga: "Eu não vou poder pagar mais a prestação porque faltou luz em casa, e, quando eu fui ligar, o equipamento estava queimado."

De boca, de boa intenção, pedindo, acho que não vamos conseguir muito.

Mas não tenho dúvidas de que um dos resultados que podemos ter é a formalização do evento. Com base nessa formalização, as pessoas pegam, sabendo que houve os culpados, e elas podem entrar, pedindo uma revisão e fazendo uma justificativa oficial. É a orientação que eu dou.

Mas não ficou só nisso. Eu queria dizer que a coisa mais importante que nós tivemos lá na audiência hoje foi tentar evitar... Repita-se que, na Assembleia Legislativa do meu Estado, esse tema ficou sendo debatido. Eu vi até setores da imprensa dizerem: "Não adianta os Deputados Estaduais debaterem." Eu acho que adianta de algum jeito.

Eu presto atenção no que a sociedade do Acre reclama, no que ela discute, o que a Assembleia debate, o que a imprensa divulga. E eu propus alternativas, e espero por elas. Tenho que ligar para o Presidente Ney Amorim, e acho que ele vai concordar, e propor de fazermos uma audiência na Assembleia Legislativa. Proponho na Assembleia, porque lá, de forma suprapartidária, com todos os representantes, podemos debater. Eu estou me dispondo a ir, acompanhando autoridades: primeiro, os operadores, ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), representantes do Ministério de Minas e Energia, representantes da Aneel e, obviamente, da companhia que faz o fornecimento de energia, pelo menos quatro, para que, diante dos Parlamentares, da imprensa, da sociedade acriana, relatem o que ocorreu, justifiquem e, mais, falem das medidas que estão sendo adotadas.

Foi isso que nós debatemos lá hoje. Nós discutimos também com o Ministro, que apontou caminhos.

A primeira conclusão a que eu chego – e ela não é sem causa, mas vem embasada na realidade – é de que apesar da construção de duas usinas – eu ajudei, inclusive, durante o período de debate desses projetos, porque eu entendo que são importantes para o País e para a região –, na hora de se fazer o desenho e de se executar o projeto, o fornecimento de energia para Acre e Rondônia ficou secundarizado. Priorizou-se o fornecimento, através de uma linha de corrente contínua, uma das maiores linhas do País, direto de Rondônia até Araraquara, para atender o Sul e o Sudeste do Brasil.

E só estamos identificando isso agora, porque o sistema mostrou fragilidade: desliga sozinho, não tem equilíbrio de corrente. São dois sistemas: um que manda energia para cá e outro que manda energia para Rondônia e Acre.

Nós funcionávamos com termodiesel, a Termonorte, em Rondônia. Tínhamos desligado as usinas a diesel no Acre, e o sistema não tem geração local. Imagine: nós somos importadores de energia, apesar de sermos produtores. Estou falando nós, porque somos da Amazônia. Está se usando a Bacia do Rio Madeira, que é formada também pelo Abunã, que passa pelo nosso Estado. Temos uma parcela pequena, mas temos.

O sistema lê o Acre e Rondônia como consumidores, importadores de energia, porque se manda energia para cá e depois ela volta pelo sistema interligado. Eu não sei se a população está conseguindo entender.

Fizeram a interligação até Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira. A energia que sai de Rondônia vai direto, numa linha de transmissão, para Araraquara, São Paulo, e depois ela volta. Uma parte dela vem pelo Mato Grosso e volta para Rondônia.

A tipificação que ouvi hoje, nas planilhas que apresentaram, é de que nós somos importadores de energia. É uma situação vexatória. Sempre defendi que o Acre, Rondônia, o Amazonas fossem sócios das usinas, com 1% ou 2%, na parte dos 49%, que é público.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, desculpe interromper. Eu não sou especialista em eletricidade, mas o que eu aprendi, ao longo dos tempos, é que, quando você faz uma transmissão de energia através de uma linha, lógico, você tem um percentual de perda dessa energia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Exatamente. E fragiliza o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, é um contrassenso, do ponto de vista técnico e do ponto de vista econômico.

Quer dizer, do ponto de vista técnico, porque a energia vai percorrer uma distância muito grande com perda da sua qualidade, do seu volume de energia. Ao mesmo tempo, ela fica mais cara porque está usando um sistema de transmissão.

O que V. Exª está dizendo é uma coisa absolutamente lógica que deve ser corrigida em benefício...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Veja como eu tenho razão. O que acontece? O sistema está desligando. Ocorreu um episódio ligado a raios, mas sempre houve uma soma de eventos.

Qual é a solução dada? Ligar hoje a Termonorte, que é uma usina que está desativada em Porto Velho, e gerar 300MW a diesel, ou seja, queimar dinheiro, queimar ouro, para poder dar segurança, como exatamente V. Exª está falando, para o sistema produzir uma geração em Rondônia a fim de compensar esse rodo que a energia dá.

E a solução definitiva qual é? Pegar duas ou três turbinas de Santo Antônio para que essas duas ou três turbinas sejam alimentadoras do sistema de energia local Acre-Rondônia.

Não sei se o povo e as autoridades de Rondônia atentaram para o fato de que aquele Estado não é produtor de energia, mas, sim, importador de energia. Isso foi o que eu vi na planilha hoje e cito os números, que estão aqui: o consumo no Acre e em Rondônia é de 853MW; a geração local, 258MW – pegaram lá Samuel, pegaram mais algumas hidrelétricas e algumas geradoras isoladas –; e a importação – está escrito lá na planilha que eu vi no Ministério –, 595MW.

Então, o Estado de Rondônia, que hoje abastece Sul e Sudeste com as duas hidrelétricas do Madeira – as turbinas todas ainda não entraram em funcionamento –, é importadora de energia. O sistema lê assim. Sabe por que lê assim? A população do Acre precisa saber disso. Sabe onde fica o controle, a gerência do sistema de distribuição de energia do Norte brasileiro, da Amazônia? Aqui em Brasília. O operador do sistema é aqui em Brasília. O próprio Ministro falou: "O certo seria haver um centro de operação na Amazônia." Estamos gerando tanta energia! Se for aqui em Brasília, Acre e Rondônia vão virar prioridade alguma vez? A população do Acre vai ser prioridade alguma vez? A população de Porto Velho? A dos outros Municípios? Não será!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, desculpe-me pela segunda interrupção, mas estou só complementando, entusiasmado com as informações que V. Exª está trazendo, porque sou uma pessoa pragmática e acho que as coisas devem funcionar dentro da lógica.

O Norte, que é exportador de energia, produtor de energia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Virou consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... está pagando como se fosse importador de energia. E é o Norte, o Estado de Rondônia, especificamente, que está pagando, em função de estar gerando energia, as consequências negativas em relação ao meio ambiente.

Quer dizer, quem está pagando toda a conta em relação a ser um exportador de energia, um produtor de energia é a Região Norte.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E aí tem mais, a coisa se agrava. Foi criado um sistema de bandeiras tarifário, verde, amarela e vermelha.

Quando a região, o Estado ou consumidor é incluído na bandeira verde, ele tem uma redução na tarifa de energia, na conta de luz, como o povo fala. Quando ele está no amarelo, é algo intermediário, meio neutro.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas, quando ele está na vermelha, ele tem um adicional na conta, ele passa a ter um adicional na conta por ser bandeira vermelha e paga a mais por isso.

Imagine qual é a bandeira que se cobra para Rondônia e para o Acre? Se é a verde, que paga menos, a amarela, que é neutra, ou a vermelha, que paga mais? A vermelha, que paga mais, Senador! E, certamente, é por conta dessa tipificação. Está ali o Paulo Emílio, que é meu chefe de gabinete, está ali o Yulo e eu vou preparar um projeto. Tem a Deputada Mariana, que está entrando na Câmara. Eu vou preparar um projeto de lei e ver qual é o estudo para que Estados que direta ou indiretamente geram energia, e energia sustentável, ou seja, em uma matriz sustentável...

O Acre colabora um pouco, de certa forma, porque somos da Bacia do Madeira, mesmo que de forma pequena, com o Rio Abunã, que é parte do Acre, a divisa do Acre e Rondônia. Temos como provar isso. Para quê? Para que fique na bandeira verde. Quem fornece energia, direta ou indiretamente, não tem que ser penalizado. Mas, certamente, o sistema faz essa leitura: a energia sai, vai para Araraquara, volta, e é como se São Paulo estivesse exportando energia para Rondônia, e não o contrário.

Eu vi isso hoje e um dos problemas graves é não termos um centro de operação na Região Norte. Vou, também, apresentar uma proposta no sentido de termos um centro de operação, já que é lá que há a geração de energia. É quase uma Itaipu o que nós temos do ponto de vista da capacidade de geração. É quase uma Itaipu as duas usinas. Só não são porque não têm a reservação, o lago de reservação, porque, para maior proteção, menor impacto ambiental, fez-se com fio d'água, o que faz com que a capacidade instalada seja de quase 7 mil megawatts em cada usina e só possa, em média, produzir 3 mil, pouco mais de 3 mil megawatts. Ou seja, as duas juntas são uma Itaipu. Como? Do lado. Sendo os que colaboram para ter essa nova Itaipu, pagar conta cara, ter apagão e não ter um centro de operação na região.

Então, eu queria dizer que o Ministro foi feliz quando encontrou uma solução. Ligar a Termonorte, o prejuízo para o cofre brasileiro será enorme. E aqui fica um alerta, tomara – tomara – que isso não signifique aumento na conta de luz. Porque aí é o fim do mundo. Se há apagão, se há geração de energia limpa, depois vem o apagão, depois vem de novo a energia produzida a diesel, em Porto Velho, e a população do Acre e Rondônia ser premiada com aumento da conta de luz. Só falta isso.

Então, eu acho que essa audiência que eu estou propondo no Acre, e que vai se repetir, segundo eu vi os Parlamentares de Rondônia, em Rondônia, deve acontecer de forma suprapartidária, e digo isso aqui ao

Presidente Ney Amorim e a todos os Parlamentares, alguns temas têm que ser de todos, sei que é o desejo do Governador Tião Viana, que está preocupado com essa situação, para que, lá em Rio Branco, perante a imprensa, a sociedade, os convidados – eu também estarei presente –, possamos esclarecer.

Não adianta eu falar aqui da Tribuna. As autoridades, os técnicos têm que ir lá dizer, se justificarem perante a sociedade, a todos os setores da sociedade, o que houve, que medidas estão adotando para não se repetir, e deixar claro que nós temos que adotar algumas medidas para que esse problema não se repita.

A principal medida é ter uma linha a mais de transmissão dentro de Rondônia, não é para o Acre, é dentro de Rondônia, para dar mais segurança. A outra é fazer com que turbinas de Santo Antônio, em vez de estar mandando tudo para o Centro Sul, para Araraquara, possam ter algumas turbinas de corrente alternada, para que possam estar alimentando a rede de Acre e Rondônia, saindo de Santo Antônio.

Só agora vamos pegar, para ficar realmente exclusivo, com corrente alternada, turbinas das hidrelétricas.

Vejam que absurdo: fazem as hidrelétricas, e não pensam na população, pelo menos não pensam, como deveriam ter pensado. "Não, vamos colocar aqui, e depois cuidamos do Acre e Rondônia; vamos mandar logo para o Sul a energia!" É um desrespeito, é algo inaceitável!

Entrei no assunto, estou entendendo o assunto, porque só sei defender ou combater aquilo que conheço. Estou conhecendo, estou com condição de falar e estou tentando ser objetivo com os meus colegas Parlamentares, no sentido de, primeiro, garantir, imediatamente, uma maior segurança para geração de energia. Isso é o que importa agora: identificar os culpados, as causas; intervir, para que não se repitam; e adotar medidas que possam, de maneira definitiva – a não ser diante daquilo que é imponderável, se acontecer um desastre ambiental, um raio, ou algo que não tenha segurança –, estabelecer-se uma segurança para a geração de energia na região. Então, acho que dessa maneira estou cumprindo o meu papel.

Outro dia fui dar uma entrevista e encontrei o Sr. Mário Felício, na TV 5, em Rio Branco, que disse sempre assistir à TV Senado. Estou mandando um alô para ele, que mora na Vila do Incra. Então, Sr. Mário Felício, da Vila do Incra, e quem estiver assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, fica aqui o meu abraço.

Por último, quero dizer, Sr. Presidente, não vou me alongar, tivemos uma audiência com o Ministro Eliseu Padilha, dando sequência às duas audiências públicas que propus sobre preço de passagem aérea. A situação está piorando, ou seja, estou numa batalha, para ver se conseguimos ter preços mais justos, tendo em vista o absurdo do preço das passagens, mas posso dizer aqui da tribuna que, pelo menos na média brasileira, as passagens vão subir de preço, as passagens de avião. Mas estou querendo combater os preços abusivos, injustificados, para ir especialmente para o Acre, que tem a passagem mais cara do Brasil. Agora, com o dólar, passando de R$4,2, a aviação toda – e conheço, porque trabalhei nessa área de defesa, trabalhei como Presidente do Conselho de Administração da Helibras, conheço um pouco desse assunto, durante três anos – funciona dolarizada, com dólar; o serviço é vendido em real; as contas são pagas em dólar.

Eu estou aqui alertando da tribuna: nós podemos ter uma situação de deterioração do fornecimento, da oferta de passagem aérea no Brasil. Eu estou aqui prevendo que nós podemos ter uma redução, porque, em abril deste ano, o número de passageiros de avião passou a ser maior do que o número de passageiros de ônibus – uma conquista. Quando o Presidente Lula assumiu, eram 20 milhões de pessoas que andavam de avião neste País por ano; agora, são 120 milhões de pessoas que andam de avião por ano no Brasil, ou seja, o mercado cresceu fantasticamente; muita gente que nunca tinha andado de avião anda para cima e para baixo.

Nós cobramos e eu cobro: por que tão caro? Eu acho que é um abuso eles colocarem aquelas tarifas, aqueles preços de passagem, quando você chega ao aeroporto, para embarcar, R$3 mil, R$4 mil, R$2,7 mil uma passagem na hora de o avião sair. A média de quem está dentro do avião por uma passagem é R$500, R$600, e cobram R$2,7 mil, e a pessoa não vai, e a cadeira vai vazia – tem que haver um acerto nisso.

Do mesmo jeito que não é possível: fazem uma promoção e põem passagens, algumas delas, de R$70, R$80...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... para você comprar sete meses antes. E, depois, querem da maioria das pessoas cobrar, pelo mesmo voo, R$1,5 mil, R$1,6 mil.

O Brasil não tem turismo interno. Fica ainda valendo mais a pessoa ir para o exterior, mesmo com o dólar a R$4,20 por US$1 do que fazer uma viagem. Por exemplo, os parentes do Acre querem visitar seus parentes no Nordeste, Senador, e não podem fazer isso.

Recentemente, um jovem, com uma família pequena, nova, contava-me que tirou 15 dias no trabalho e falou: "Vou para o Nordeste." O acriano, as pessoas de lá têm uma relação afetiva com o Nordeste, histórica, familiar. E aí ele levantou com a família R$9 mil – três crianças, ele e a mulher – para ir e voltar. "Não tenho condição de ir!"

O que fez? Pegou o carro, foi para Porto Velho. Entrou na internet; dirigiu oito horas; parou lá, em Porto Velho; deixou o carro; e foi com a família por R$4 mil, pela metade do preço. Mas isso é jeito de tratar os brasileiros, impondo isso?

Eu fiz, Senador Raimundo Lira, este ano – e o Senador Raupp também usa desse artifício... Na audiência, estavam os Presidentes da TAM, da GOL, da Azul e da Avianca, mais o Ministro Eliseu Padilha, na audiência de que participei ainda há pouco. Estavam também o Presidente da Anac e o Presidente da Infraero, e eu, o Senador Randolfe e o Senador Flexa Ribeiro, representando o conjunto dos Senadores. Estávamos lá, e eu falei: "Olha, eu estou fazendo uma ilegalidade. Daqui a pouco, vão me denunciar, porque eu sou Senador do Acre, e vivo em Manaus!"

Este ano, eu já comprei umas dez passagens para Manaus, Rio Branco-Manaus, para vir do Acre para cá, porque a minha passagem é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte. Sabe por que faço isso? Porque eu, minha secretária e as pessoas que trabalham comigo entramos na internet: Rio Branco-Brasília, R$1,8 mil; Rio Branco-Manaus, R$700. Aí eu compro Rio Branco-Manaus e economizo metade.

O problema é que, para sair de Rio Branco para Manaus, na TAM, tem que passar por Brasília. Aí venho, desço no aeroporto, e o avião segue, três horas depois, para Manaus. Nunca usei esse trecho.

Aliás, faz dois anos que não vou a Manaus, mas já comprei dez vezes este ano, para economizar metade da passagem. Está registrado na compra. Daqui a pouco, vão dizer: "O Jorge Viana foi dez vezes para Manaus, em vez de ir para Brasília e para o Acre." E eu não fui nenhuma vez, estou tentando economizar.

Sabe como o Senador Valdir Raupp faz? Para Foz do Iguaçu. Daqui a pouco, vai até ser denunciado de estar fazendo compra de bugiganga em Foz do Iguaçu, apesar de o nosso lado brasileiro ter coisas fantásticas para se ver. Nunca fui para Foz do Iguaçu. Ele compra a passagem de Porto Velho para Foz do Iguaçu por R$700, em vez de pagar R$1,2 mil de Porto Velho a Brasília.

Os Presidentes das companhias ficaram sem resposta. Por que para um cidadão de Rio Branco sair de lá, agora, com milhagem são 30 mil, na TAM, e 35 mil, na GOL? Eu falei isso para eles hoje. Por que isso? Que penalidade é essa?

Os que mais precisam são os que mais sofrem, os que têm maior prejuízo. Não é justo! Não é justo!

E a Anac diz: "Não, mas nós tratamos desse assunto. O País inteiro é um mercado que está regulado dessa maneira." Eu falei que não há sentido.

Então, hoje, fiz essas duas audiências, que para mim são da maior importância, porque dizem respeito ao interesse do povo do Acre, que mora em Cruzeiro do Sul, Thaumaturgo, Porto Walter e Assis Brasil. Acho que vamos ter resultados. Pelo menos o de que não haja abuso em alguns preços.

Eu sei que o piso vai ser elevado um pouco, a média vai crescer um pouco, mas nós também temos que fazer essa pirâmide perder o seu topo. Ela tem que ser um pouco mais cheinha no meio. Ou seja, que se cobre algo mais justo!

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Posso interromper, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se V. Exª quiser ir hoje para Rio Branco, sua capital querida, a tarifa na TAM é R$1.756,82 um trecho. Eu apresentei aqui, no Senado Federal, o PLS ...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso verificado hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas, se levantarmos, daqui para os Estados Unidos, daqui para Pequim – porque eu levantei, eu falei lá hoje –, é mais barato, que uma ida e volta para os Estados Unidos, é R$1,112 mil; um ida e volta para a Europa a gente consegue comprar por R$1,4 mil, R$1,5 mil, R$1,6 mil; e, para ir para a China, mais ou menos, para Pequim, demora uns dois dias para chegar à Terra do Sol Nascente, ou para Tóquio, você vai comprar uma tarifa, pelo preço de uma ida para Rio Branco, você compra uma ida e volta.

No dia em que tivemos uma audiência, foram duas, eu falei para eles: "Vocês sabem quanto que está hoje, para vir para esta audiência, eu teria que pagar?" No dia, estava R$2,3 mil uma vinda. Então é uma coisa inexplicável, que não tem sentido.

Agora, eu acho que vai piorar muito o serviço no Brasil. As quatro empresas estão correndo risco. E nós temos que calibrar, primeiro, em favor do usuário, e discutir seriamente esse serviço, que não é um serviço de luxo – há 120 milhões de brasileiros que usam –, e nós precisamos ter uma política para o setor aéreo, tirar a cobrança das taxas absurdas, encontrar um jeito de ficar parecido com outros países, para a gente ter um serviço que a gente possa cobrar.

Eu acho que precisamos estudar como que o mundo faz, para a gente também não perder as companhias aéreas. Eu estou numa sinuca, porque eu tenho que ser responsável. Eu quero empresas brasileiras, mas eu quero também o direito do cidadão sendo respeitado.

V. Exª estava falando...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, eu apresentei o PLS nº 330/2015, que está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, já com parecer favorável do Relator, o Senador Jader Barbalho, permitindo que o capital estrangeiro possa atuar na aviação interna brasileira nas seguintes condições: ela tem que criar uma empresa brasileira, com capital estrangeiro, que pode ser misto também o capital; seguindo e obedecendo todas as regras das empresas brasileiras semelhantes como, por exemplo, a Mercedes-Benz, a Volkswagen e a GM, que são empresas controladas pela legislação brasileira; exigindo também que o presidente e a metade da diretoria executiva seja obrigatoriamente de brasileiros e, naturalmente, todos os operadores, pilotos, comissárias e pessoal de terra.

Alguém pergunta: "Permitir o capital estrangeiro? Mas hoje nós temos o capital estrangeiro...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Está na telefonia, está em todos os serviços.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... em todos os setores de prestação de serviço do País. E, no caso específico da TAM, hoje nós sabemos que todas as diretrizes operacionais da TAM são originárias no Chile, pela LAN Chile, que criou essa associação com a TAM e, na realidade, é quem manda na empresa, apesar de a atual legislação permitir apenas que a empresa estrangeira tenha 20% do capital das nossas empresas.

E mais, ainda, Senador, nós temos que encontrar uma solução que preserve também as empresas, porque as empresas precisam ter lucro. Elas precisam ter lucro, porque o setor de prestação de serviço que mais exige segurança é exatamente a aviação civil.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora, eu estou dizendo, nós vamos ter que parar e nos debruçar. As empresas brasileiras podem entrar numa situação mais que crítica. Não é que vão entrar, eu acho que estão entrando.

Essa questão de o dólar ter aumentado 50%, como aumentou, vai inviabilizar vários setores da nossa economia. Nós temos que ter uma visão estratégica em vários lugares, para fazer dois movimentos, um em favor do cidadão brasileiro e outro também em favor do País, pensando como é que vamos equilibrar isso. Eu estou muito preocupado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E a nossa frota precisa ser renovada. Eu me lembro de que, na década de 90, quando o grande empreendedor e sonhador Comandante Rolim Amaro criou a TAM, era uma empresa de táxi, e ele a transformou numa empresa de transporte aéreo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Hoje eu não sei nem se a TAM é nossa ou é chilena. Eu acho que ela é mais chilena do que nossa.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Hoje, a estratégia operacional dela é toda emanada do Chile. Ela tinha dois *slogans*. Um era: "TAM, uma empresa brasileira que tem orgulho de ser brasileira", e não se fala mais nisso; e o outro *slogan* era: "TAM, a empresa que tem a frota mais jovem do Brasil", e também não se fala mais nisso, porque a frota da empresa TAM já está envelhecida, e isso também não é bom. E há não só o envelhecimento das aeronaves, mas sobretudo o desconforto, porque aquela poltrona mais confortável para o consumidor, para o cliente, para o usuário foi trocada para uma poltrona muito estreita, semelhante a essas cadeiras que há nos ônibus urbanos. Então, é um desconforto muito grande.

Portanto, a preocupação de V. Exª é uma preocupação importante. E nós precisamos atender às expectativas desses 120 milhões de usuários. E é importante, na economia, uma coisa que é um contrassenso, porque, toda vez que uma prestação de serviço é cara, Senador Jorge Viana, é porque a demanda é pequena, porque ela não tem escala.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora, essa tem uma escala enorme e é cara.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, hoje...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como a telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É como V. Exª falou, quer dizer, tem uma escala de 120 milhões de usuários. E, em vez de o serviço ser melhorado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E digo mais: aumentou. A ocupação dos aviões, há seis, sete anos, era de 60%; agora é de mais de 80%. É uma situação em que, realmente, precisamos de uma lupa para entender. Eu gosto de defender o que eu conheço. Estou mergulhando nisso porque acho que a população do Acre, depois de eu ter sido prefeito e governador, me elegeu para cumprir bem a missão de estar aqui no Senado, assim como V. Exª também. Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, nós sempre defendemos, a imprensa defende, esta é uma das essências do capitalismo, a liberdade de preço, mas liberdade de preço não pode ser liberalidade de preço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois é, mas veja só um exemplo, quando a Anac falou: "Não, mas tem que haver um tratamento igual para todo o Brasil", eu disse: "Espera aí! A distância entre São Paulo e Rio de Janeiro é de quatrocentos e poucos quilômetros, pela Rodovia Dutra". De Porto Velho a Rio Branco – como diz a própria propaganda da TAM, em que um dos rapazes da dupla Fernando e Sorocaba diz: "Não vamos brigar por causa de setenta, noventa quilômetros" – são quinhentos e onze quilômetros. Eu falei: "Faça uma concessão da Dutra, que é quase a mesma coisa, e uma de Rio Branco a Porto Velho. Veja qual o interesse das empresas de serem concessionárias em uma e na outra. Em uma virá gente do mundo inteiro; na outra não aparecerá ninguém". Questão de custo-benefício.

Os voos para o Acre só são à noite. E, felizmente, nós conseguimos – por isso está de parabéns o Governador Tião Viana, estão de parabéns todos os que batalharam – a obra do aeroporto, da pista, que acaba no final do ano. A única capital em que só se chega e de que só se sai à noite, de madrugada, é Rio Branco, pagando a mais cara passagem do Brasil.

Então, não dá para tratar coisas diferentes de forma igual. Tratar coisas diferentes de forma igual é ser injusto. Coisas diferentes, tratamento diferente. Se não houver a regulação do Estado brasileiro, com a Anac dizendo para as empresas TAM e Gol, que operam Rio de Janeiro e São Paulo: "Olha, vocês vão operar Rio Branco e Brasília, Porto Velho e Brasília, Roraima e Brasília, Amapá, Macapá e Brasília, e deverá ser um tratamento diferenciado, porque você está aqui operando".

Se você está levando o filé, tem que ver o que faz com a carne e com o osso. Não há outro jeito. Por isso que tem a figura do Estado no meio. E não dá para a Anac chegar e dizer: "Nós não temos nada com isso, não podemos fazer nada". Por isso eu disse: "Vocês podem fazer, sim! Podem fazer, sim! ".

E hoje foi um dia muito importante. Eu tive uma reunião com os quatro presidentes das companhias aéreas e o Ministro.

Está valendo a pena. Eu estou me sentindo bem, estou me sentido útil para o Estado, para o País, para a Amazônia, fazendo esse papel. E não é ir lá brigar e xingar; é ir lá procurar uma solução. E eu sugeri haver limites para essas passagens. Não pode ser deste jeito: tentar vender passagem por um preço melhor para que o avião vá mais cheio ainda, mas haver maior equilíbrio para regiões como a nossa, que são precariamente atendidas por esse serviço, com regiões que têm serviço de sobra.

E é exatamente por haver muita gente, por haver muitos voos, que é mais barato. Do nosso lado, parece uma combinação de TAM e GOL: 30 mil milhas para sair do Acre, quando a pessoa vai para o exterior por 30 mil milhas, para qualquer lugar do mundo. Mas para ir para lá é uma exploração das milhas dos coitados dos usuários, de todos nós. Como eu tenho o cartão vermelho, o *plus,* quantas vezes me pediram: "Compra no seu porque são 10 mil, 15 mil milhas". E quem mais precisa quem não tem cartão vermelho, é quem está comprando com milhas porque tem uma condição financeira precária. E aí eles exploram.

Então, fazer essa denúncia e cobrar das autoridades eu acho que ajuda, sim, a fazer com que o Brasil seja um pouco mais justo, que trate com mais respeito todos, especialmente os que vivem nas regiões mais distantes.

V. Exª vai certamente encerrar a sessão agora. E agradeço muito a tolerância e a colaboração de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Senador.

Antes de encerrar a sessão, eu gostaria, da Presidência do Senado, de fazer algumas complementações à homenagem que fiz à cidade de São José de Piranhas.

Eu falei da família Lacerda, do ex-Prefeito, o primeiro prefeito constitucional, Nelson Lacerda. Quero falar também da família Sobral, do Irapuan Sobral, do Irapuanzinho, do Dr. Oscar. Quero rememorar também aqui a família Vieira, a família do Deputado Jeová Vieira Campos; a família Lins, do grande escritor paraibano Pedro Lins; o ex-Prefeito Joaquim Assis; Pedro Bandeira, poeta repentista de São José de Piranhas; a família Holanda, do ex-Prefeito Expedito e do seu irmão Zuza Holanda; a família Dantas – e aqui quero mandar um abraço para o meu primo Duedson e sua esposa Lizete, filha do ex-Prefeito Luiz Gonzaga; e, também, referenciar aqui o Deputado, de vários mandatos, José Aldemir, que é casado com Paula, da família Lacerda; a minha irmã Neci, casada com um filho de São José de Piranhas, o J. Cavalcante; e dizer que três irmãos, Nelson Neci e Naibe, nasceram na querida cidade de São José de Piranhas.

Encerrando essa parte, gostaria de transmitir os parabéns ao Deputado Humberto Trócolli Junior, do PMDB, da Paraíba, que assumirá, na próxima segunda-feira, a Secretaria de Coordenação Política, assim como ao Governador Ricardo Coutinho pela escolha, pois, sem dúvida nenhuma, escolheu o homem certo para a função certa.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, votamos em caráter terminativo na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCTCI) do Senado, o Projeto de Decreto Legislativo que outorga à Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Sodlis), o direito de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, no meu Estado de Roraima.

Fiquei muito contente com esta votação, que se traduz em uma grande conquista para a população de Normandia, na área de comunicação radiofônica. Como todos nós sabemos, o rádio surgiu no Brasil nos anos 1920, do século passado, mas ainda hoje é um dos mais importantes meios de comunicação, dada a sua penetração nos mais longínquos lugares e levando a informação que os cidadãos e cidadãs precisam e têm direito.

Quero registrar a sabedoria e sensibilidade do senador Telmário Mota, homem dedicado aos interesses de Roraima, ao relatar esta proposta, indicando aos membros da comissão sua aprovação. Faço esse registro, como ação importante para o fortalecimento da luta de atores sociais e de entidades reconhecidas, pela ampliação do acesso da população brasileira aos meios de comunicação.

Faço este registro, como atitude destinada a respaldar o Plano Nacional de Outorgas (PNO) lançado em julho último, pelo Ministério das Comunicações (MinC), para emissoras comunitárias e educativas.

Por este plano, 699 municípios serão contemplados com novas rádios comunitárias e outras 235 localidades serão beneficiadas com rádios e TVs educativas. O plano nacional de radiodifusão comunitária contemplará, 496 municípios brasileiros que ainda não possuem nenhuma rádio autorizada. Para minha alegria, consta nesta lista o município de Rorainópolis.

É meta do novo PNO ampliar o serviço para 4.277 cidades, o que representa quase 80% das localidades brasileiras, conforme anunciado pelo MinC. Atualmente, 3.781 municípios contam com o serviço das rádios comunitárias, e isso é um avanço.

Estado novo da federação, Roraima dispõe hoje de 12 rádios comerciais - AM e FM - em funcionamento. Uma rádio a mais, vem em benefício da população, que tem o direito fundamental de ser informada sobre os atos administrativos de governos, poderes públicos e parlamentares. Sendo uma rádio comunitária, melhor ainda, pois garante a pluralidade das ideias que formam a nossa sociedade.

Uma cidade como Normandia que está em processo de construção, tem carência em todos os sentidos, desde os serviços básicos de energia, saneamento básico, saúde, moradia, cultura e laser, até meios de comunicação. Localizada na microrregião Nordeste de Roraima, e encantadora pela sua beleza natural, Normandia recebe esse nome em homenagem a uma região da França, que tem o mesmo nome.

Considero, portanto, que tanto a cidade de Normandia situada no interior de Roraima, como uma metrópole do centro do país, precisam de seus meios locais de comunicação. Nos tempos atuais, em que a comunicação exerce enorme centralidade na vida das pessoas, é de grande valia, o direito à comunicação. Em uma sociedade democrática um direito à comunicação é basilar. Trata-se, de comunicação que todo cidadão e cidadã, podem ter direito de acesso.

Portanto, estão de parabéns os cerca de 8 mil moradores de Normandia, com a conquista da Sodlis, uma rádio comunitária de caráter sustentável. Futuramente estará a cidade de Rorainópolis com sua rádio comunitária.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mais uma vez, mando um abraço cordial para São José de Piranhas e Água Branca e, neste momento, dou por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 36 minutos.)

PARECER Nº 57, DE 2015-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Benedito de Lira

1.Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, a Presidente da República adotou e submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 686, de 30 de julho de 2015, que, em seu art. 1º, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais); e, no art. 2º, autoriza a contratação da operação de crédito para financiar o Projeto F-X2.

Conforme o Anexo I da citada MP, o montante do crédito está distribuído da seguinte forma:

R$ 35.862.575,00 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais) em favor da unidade orçamentária "26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP", na ação/subtítulo "20RN.6500 Avaliação da Educação Superior e da Pós- Graduação – Nacional (Crédito Extraordinário)";

R$ 4.606.500.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões e quinhentos mil reais) para a unidade orçamentária "71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda", para a ação/subtítulo "000K.6500 Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres naturais (Leis nº 12.096, de 2009, e nº 12.409, de 2011) - Nacional (Crédito Extraordinário)"; e

R$ 5.178.277.293,00 (cinco bilhões, cento e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais) para a unidade orçamentária "74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação", sendo R$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais) para a ação/subtítulo "00IG.6500 Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)"; R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para a ação/subtítulo "00M2.6500 Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC - Nacional (Crédito Extraordinário); e R$ 578.277.293,00 (quinhentos e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais) para a ação/subtítulo "20RZ.6500 Administração do Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)".

No Anexo II consta o cancelamento de programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no valor global de R$ 578.277.293,00 (quinhentos e setenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais), sendo R$ 116.426.176,00 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e setenta e seis reais) provenientes da ação/subtítulo "20RQ.0001 Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional", e R$ 461.851.117,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e dezessete reais) da ação/subtítulo "12KV.0001 Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional".

Como já foi mencionado anteriormente, no art. 2º da MP nº 686/2015 consta a autorização para contratar a operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa.

Na Exposição de Motivos (EM nº 109/2015 MP) informa-se que os recursos consignados ao INEP têm por intuito garantir a aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE a cerca de 500 mil estudantes.

No caso da unidade orçamentária "71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda", assinala-se que o crédito viabilizará "o pagamento de subvenção econômica referente ao Programa de Sustentação do Investimento - PSI a fim de atender às finalidades previstas na Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, tendo em vista a redução de dotação orçamentária durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária de

2015, PLOA-2015, no Congresso Nacional, e a necessidade de atualização monetária do repasse de valores devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP".

Já em relação à unidade orçamentária "74902 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES – Min. da Educação", os recursos são destinados para as seguintes finalidades: (a) assegurar a continuidade de acesso de estudantes ao ensino superior não gratuito, por meio do pagamento de novos financiamentos e da renovação de contratos já formalizados; (b) pagar as despesas com a administração do programa; e (c) aportar recursos ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, de modo que esse Fundo continue a prestar garantia aos contratos do FIES em 2015.

Quanto à autorização para abertura da contratação da operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, que tem por finalidade a aquisição de 36 (trinta e seis) aeronaves novas de caça Gripen, o Ministério do Planejamento esclarece que a "referida autorização visa atender ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, caput, inciso V, da Constituição".

Foram apresentadas 6 (seis) emendas à medida provisória em exame. É o relatório.

Análise

Constitucionalidade

Da análise levada a efeito, constata-se que a Medida Provisória nº 686/2015 atende aos preceitos constitucionais insertos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição, haja vista que as motivações e justificativas apresentadas na exposição de motivos que acompanha a medida provisória sob apreciação comprovam a urgência e a relevância de suplementar as ações orçamentárias constantes do crédito extraordinário em exame, bem como de conceder a autorização para contratar a operação de crédito mencionada.

Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira, previsto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, cabe registrar que a MP nº 686/2015 está de acordo com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320/1964; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593/2012); Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (Lei nº 13.080/2015); e Lei Orçamentária para 2015 (Lei nº 13.115/2015).

A propósito, convém ressaltar que a Constituição Federal, conforme se deduz do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

Atendimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da medida provisória em apreciação.

Mérito

Quanto a esse aspecto, não há o que se questionar, pois as despesas relacionadas no crédito visam assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento de importantes programas governamentais já em curso. Além disso, a autorização para contratar operação de crédito, em conjunto com a recém-aprovada Resolução nº 9, de 5 de agosto de 2015, do Senado Federal, permitirá a assinatura do contrato do Projeto F-X2, de fundamental relevância para a soberania do Brasil.

Emendas

Com relação às 6 (seis) emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão quatro delas, conforme consta no Anexo I: as de números 00002, 00003 e 00004, que visam incluir matéria estranha ao tema tratado na MP nº 686/2015, o que colide com o estabelecido no § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN; e a emenda número 00006, por contrariar o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN.

Além disso, optamos por rejeitar as emendas de números 00001 e 00005. No caso da emenda 00001, por considerar que seu objetivo já foi alcançado com a aprovação da supracitada Resolução nº 9, de 5 de agosto de 2015, do Senado Federal, que divulgou informações detalhadas sobre a operação de crédito em exame. No caso da emenda 00005, por entender que seu atendimento prejudicaria a suplementação das relevantes ações orçamentárias relacionadas no Anexo I do crédito extraordinário aberto.

Técnica Legislativa

Por fim, convém apontar que o texto da MP nº 686/2015 não menciona o "Anexo II – Programa de Trabalho (Cancelamento)" que acompanha e integra o crédito extraordinário editado. Para corrigir essa falha, apresentamos um projeto de lei de conversão que incorpora uma menção ao referido Anexo II no texto da lei.

Voto

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 686, de 30 de julho de 2015, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, encontra-se adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário, e no mérito, somos pela sua aprovação nos termos do projeto de lei de conversão

apresentado, que corrige a omissão encontrada no art. 1º, referente à ausência de menção ao Anexo II no texto da norma original.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Senador Benedito de Lira
Relator

Anexo I
(Ao Parecer nº 57, de 2015-CN)
MP nº 686, de 2015 – Demonstrativo de que trata o art. 70, inciso III, alínea c, combinado com o § 1º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN
(Emendas com Parecer pela Inadmissão)

No	Autor	Unidade Orçamentária/ Texto	Finalidade da emenda	Parecer / Justificativa
00002	Deputado Giacobo	Texto da lei	Incluir dispositivo incompatível com a matéria	Pela inadmissão. Contraria o § 4º do art. 4º da Res. nº 1/2002-CN
00003	Deputado Giacobo	Texto da lei	Incluir dispositivo incompatível com a matéria	Pela inadmissão. Contraria o § 4º do art. 4º da Res. nº 1/2002-CN
00004	Deputado Giacobo	Texto da lei	Incluir dispositivo incompatível com a matéria	Pela inadmissão. Contraria o § 4º do art. 4º da Res. nº 1/2002-CN
00006	Senador Cristovam Buarque	26298 FNDE	Suprimir valor do Anexo II - Cancelamento	Pela inadmissão. Contraria o art. 111 da Res. nº 1/2006-CN

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2015

(Proveniente da Medida Provisória nº 686, de 2015)

Abrecrédito extraordinário em favordo Ministérioda Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Parágrafo único. Parcela dos recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Fica autorizada, para atender ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101,

de 4 de maio de 2000, a contratação de operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa, sem prejuízo da competência privativa do Senado federal estabelecida no art. 52, caput, inciso V, da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,dede 2015

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Oitava Reunião Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2015, APROVOU, por unanimidade, o Relatório do Senador BENEDITO DE LiRA, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado à Medida Provisória n° 686/2015-CN. Quanto às 6 (seis) emendas apresentadas, foram declaradas INADMITIDAS às de n°s 2, 3, 4 e 6, e REJEITADAS as demais.

Compareceram os Senhores Senadores Rose de Freitas, Presidente, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Hélio José, Paulo Bauer e Valdir Raupp; e os Senhores Deputados Giuseppe Vecci, Segundo Vice-Presidente, Átila Lins, Cacá Leão, Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Messias, Daniio Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Flávia Morais, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, lzalci, João Arruda, Lázaro Botelho, Leio Coimbra, Leonardo Monteiro, Niito Tatto, Nilton Capixaba, Orlando Silva, Paulo Pimenta, Pedro Fernandes, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Samuel Moreira, Valtenir Pereira, Walter lhoshi e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 22 de setembro de 2015.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Senador BENEDITO DE LIRA
Relator

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 14, DE 2015

(Proveniente da Medida Provisória n° 686, de 2015)

Abrecrédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 9.820.639.868,00 (nove bilhões, oitocentos e vinte milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Parágrafo único. Parcela dos recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 2° Fica autorizada, para atender ao disposto no art. 32, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de operação de crédito externa para financiamento do Projeto FX-2, a cargo do Ministério da Defesa, sem prejuízo da competência privativa do Senado federal estabelecida no art. 52, caput, inciso V, da Constituição.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ANEXO ICrédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2032Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão 35.862.575									
		ATIVIDADES							
12 364	2032 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	F	3	2	90	0	188	35.862.575
12 364	2032 20RN 6500	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional (Crédito Extraordinário)							35.862.575
									35.862.575
		TOTAL – FISCAL							35.862.575
		TOTAL – SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							35.862.575

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO ICrédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909ºperações Especiais: Outros Encargos Especiais4.606.500.000									
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009, e nº 12.409, de 2011)	F	3	1	90	0	100	4.606.500.000
28 846	0909 000K 6500	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento e do Programa Emergencial de							4.606.500.000
									4.606.500.000
		TOTAL – FISCAL							4.606.500.000
		TOTAL – SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							4.606.500.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação
ANEXO ICrédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

0902ºperações Especiais: Financiamentos com Retorno4.200.000.000

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 694	0902 00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES	F F F	5	0	90	0	100	4.200.000.000
12 694	0902 00IG 6500	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)		5	0	90	0	118	4.200.000.000
				5	0	90	0	380	3.557.059.961
									90.646.039
									552.294.000

0909ºperações Especiais: Outros Encargos Especiais400.000.000

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	0909 00M2	Integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC	F	5	2	90	0	380	400.000.000
12 846	0909 00M2 6500	Integralização de cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC - Nacional (Crédito Extraordinário)							400.000.000
									400.000.000

2109Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação 578.277.293

		ATIVIDADES							
12 123	2109 20RZ	Administração do Financiamento Estudantil - FIES	F	3	2	90	0	100	578.277.293
12 123	2109 20RZ 6500	Administração do Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)							578.277.293
									578.277.293

TOTAL – FISCAL	5.178.277.293
TOTAL – SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	5.178.277.293

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO IICrédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2030Educação Básica 578.277.293									
		ATIVIDADES							
12 368	2030 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	F	3	2	90	0	100	116.426.176
12 368	2030 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional							116.426.176
									116.426.176
		PROJETOS							

12 368	2030 12KV	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	F F	4	3	30	0	100	461.851.117
12 368	2030 12KV 0001	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares - Nacional		4	3	40	0	100	461.851.117
									150.000.000
									311.851.117
TOTAL – FISCAL									578.277.293
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									578.277.293

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-13 / PDT-6 / PP-6

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Ana Amélia. . . . . PP / RS
Angela Portela. . . . . PT / RR
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Cristovam Buarque. . . . . PDT / DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT / MS
Donizeti Nogueira. . . . . PT / TO
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Reguffe. . . . . PDT / DF
Telmário Mota. . . . . PDT / RR
Walter Pinheiro. . . . . PT / BA
Wilder Morais. . . . . PP / GO
Zeze Perrella. . . . . PDT / MG

Bloco da Maioria - 21
PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger. . . . . PMDB / SC
Edison Lobão. . . . . PMDB / MA
Eunício Oliveira. . . . . PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . PMDB / RN
Hélio José. . . . . PSD / DF
Jader Barbalho. . . . . PMDB / PA
João Alberto Souza. . . . . PMDB / MA
José Maranhão. . . . . PMDB / PB
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Raimundo Lira. . . . . PMDB / PB
Renan Calheiros. . . . . PMDB / AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB / ES
Roberto Requião. . . . . PMDB / PR
Romero Jucá. . . . . PMDB / RR
Rose de Freitas. . . . . PMDB / ES
Sandra Braga. . . . . PMDB / AM
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Simone Tebet. . . . . PMDB / MS
Valdir Raupp. . . . . PMDB / RO
Waldemir Moka. . . . . PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15
PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Serra. . . . . PSDB / SP
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM / SE
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
José Medeiros. . . . . PPS / MT
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9
PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi. . . . . PR / MT
Douglas Cintra. . . . . PTB / PE
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTB / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Marcelo Crivella. . . . . PRB / RJ
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT

S/Partido - 1

Marta Suplicy. . . . . SP

Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar União e Força	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15
Líder **Humberto Costa - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42) ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** (22,25) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38) **Líder do PDT - 6** **Acir Gurgacz** (10,36) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52) **Líder do PP - 6** **Benedito de Lira** (12,16,44)	..... **Líder do PMDB - 17** **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (18) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)	**Líder** **Alvaro Dias - PSDB** (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (11) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (3) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 10	**Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9**	**Governo**
Líder **Lídice da Mata - PSB** (13,26) Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,28) Randolfe Rodrigues (24,29) ..... **Líder do PSB - 7** **João Capiberibe** (1,17) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) **Líder do PPS - 1** **José Medeiros** (14,15,27) **Líder do PSOL - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,29) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,28)	**Líder** **Fernando Collor - PTB** (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) ..... **Líder do PTB - 3** **Fernando Collor** (7,8) **Líder do PR - 4** **Blairo Maggi** (6) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (5) **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella** (2,4)	**Líder** **Delcídio do Amaral - PT** (48) Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).

12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 19/12/2014
Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

**********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)

Instalação: 05/08/2015
Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Morais (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015
Instalação: 16/06/2015
Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira
Donizeti de Andrade
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim
Dorieldo Luiz dos Prazeres
Antônio Ivaldo Machado de Andrade
Celso Faria de Souza
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira
Tercio Ivan de Barros
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira
Kerlington Pimentel de Freitas
Ronei Saggioro Glanzmann
Ricardo Bisinotto Catanant
Thiago Pereira Pedroso
Roberto José Silveira Honorato
Claudio Jorge Pinto Alves
Geraldo Vieira (2)
Enio Paes de Oliveira (1,3)
Ricardo Nogueira da Silva
José Adriano Castanho Ferreira
Ricardo Bernardi
Fernando Silva Alves de Camargo
Carlos Ebner
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.
1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015
Instalação: 27/05/2015
Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Roberto Rocha (PSB)
Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.
***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.
****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadãos

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Ricardo Vital de Almeida

Notas:
*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.
RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)
RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP) (2)
Senador Paulo Rocha (PT) (5)	5. Senadora Angela Portela (PT) (5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (7)
Senador Otto Alencar (PSD) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Morais (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Senador Blairo Maggi (PR)	2.

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

******. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015
Instalação: 23/06/2015
Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	29.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.
**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.
****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.
1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).
2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).
3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).
4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
E-mail: coceti@senado,leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)
RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015
Instalação: 19/05/2015
Prazo final: 16/09/2015
Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

******. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 25/03/2015
Instalação: 31/03/2015
Prazo final: 28/09/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO (4)	1. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:
*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
***. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
******. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
*******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.
1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 61 33033492/3501
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015
Designação: 18/03/2015
Instalação: 24/03/2015
Prazo final: 21/09/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).
4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 61 33033510/11
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:
*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).
7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015
Designação: 29/04/2015
Instalação: 06/05/2015
Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO (2)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)
Senador José Medeiros (PPS-MT) (3)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

******. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) (5)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (11)
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (13)
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) (15)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) (4)

Notas:
*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).
**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (11)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (11)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (12)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (9)	2. Senador Romário (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
Fax: 3303 3652
E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Jorge Viana (PT) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) (9)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (7)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (PP) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Wilder Morais (PP) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
VAGO (12)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) (7)
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) (3)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO (10)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) (6)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) (8)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT) (1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (4)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) (14)	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Omar Aziz (PSD) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4251
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) (3)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) (6)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) (2)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) (10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) (5)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) (4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) (18)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) (5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (2)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (4)	5. Senador Hélio José (PSD) (6)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) (7)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (3)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO (8)
Senador Omar Aziz (PSD) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) (6)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB) (9)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (4)
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) (1)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.
	2.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30min -
Telefone(s): 61 33032024
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007
7ª Eleição Geral: 14/07/2009
8ª Eleição Geral: 26/04/2011
9ª Eleição Geral: 06/03/2013
10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258
Fax: 3303-5258
E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 31/01/2015

Notas:
*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

---

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)
Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)
Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - PP/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.
6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo
Telefone(s): (61) 3216-6892
E-mail: cmo.decom@camara.leg.br
Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015
Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	**Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	**Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015
Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)
2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:
1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	**Presidente** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	**1º Vice-Presidente** Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	**2º Vice-Presidente** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	**1º Secretário** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	**2º Secretário** Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	**3º Secretário** Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	**4º Secretário** Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	**Líder do Bloco Parlamentar da Maioria** VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	**Líder do Bloco Parlamentar Minoria** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	**Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO (2)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 226 páginas

(O.S. 13183/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL